

1

Presidência da República
Secretaria de Assuntos Estratégicos

O GOVERNO LULA segundo seus ministros

Patrus Ananias • Juca Ferreira

Celso Amorim • Guilherme Cassel

Orlando Silva

Brasília
2010

O GOVERNO LULA

SEGUNDO SEUS MINISTROS

PATRUS ANANIAS
JUCA FERREIRA
CELSO AMORIM
GUILHERME CASSEL
ORLANDO SILVA



VOLUME 1

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
MINISTRO SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Presidência da República
Secretaria de Assuntos Estratégicos
Esplanada dos Ministérios, Bl. O – 7º, 8º e 9º andares
70052-900 Brasília, DF
Telefone: (61) 3411.4617
Site: www.sae.gov.br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

O GOVERNO LULA

SEGUNDO SEUS MINISTROS

PATRUS ANANIAS
JUCA FERREIRA
CELSO AMORIM
GUILHERME CASSEL
ORLANDO SILVA

PALESTRAS PROFERIDAS ENTRE
8/4/2010 E 27/5/2010



VOLUME 1
BRASÍLIA, 2010

Governo Federal
Presidência da República
Secretaria de Assuntos Estratégicos
Bloco O – 7º, 8º e 9º andares
CEP: 70052-900 Brasília, DF
<http://www.sae.gov.br>

Coordenação Editorial
Walter Sotomayor

Projeto Gráfico e Diagramação
Rafael W. Braga
Bruno Schürmann

Produção Editorial
Adrienne Moura
Gabriela Campos
Juçara Santiago Pedreira
Karen Camargo Crippa
Luis Violin
Maria Cecília Costa Perez
Raul Oliveira
Sarah Pontes

Fotografia da capa
Patrick Grosner

FICHA CATALOGRÁFICA

C568

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O governo Lula segundo seus ministros. volume 1 Brasília:
Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE,
2010.

224 p.

1. Políticas Públicas 2. Desenvolvimento Social 3. Cultura 4.
Política Externa 5. Desenvolvimento Agrário 6. Esportes – Brasil.
I Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos.

SUMÁRIO

PATRUS ANANIAS <i>Desenvolvimento Social e Combate à Fome</i>	7
JUCA FERREIRA <i>Cultura</i>	49
CELSO AMORIM <i>Política Externa</i>	105
GUILHERME CASSEL <i>Desenvolvimento Agrário</i>	149
ORLANDO SILVA <i>Esportes</i>	191



PALESTRA DO MINISTRO

PATRUS ANANIAS

DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E COMBATE À FOME

PALESTRA PROFERIDA EM 4/2/2010



- 1952 *Nasce, em 26 de janeiro, em Bocaiúva (MG)*
- 1976 *Forma-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais*
- 1979 *Professor da PUC-MG, nas disciplinas Direito e Legislação Social na Escola de Serviço Social e Direito do Trabalho*
- 1982 *Ingressa, por concurso público, como consultor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, aprovado em primeiro lugar*
- 1979-1983 *Atuação profissional como advogado, especialmente nas áreas de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário, sendo consultor jurídico dos sindicatos dos professores, jornalistas e assistentes sociais*
- 1984 *Assume a cadeira de Introdução ao Estudo do Direito, também na PUC-MG*
- 1988 *Eleito Vereador de Belo Horizonte (MG) pelo PT. Em 1990 foi o relator da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. De 1991 a 1992, preside a Comissão de Legislação e Justiça da Câmara Municipal de Belo Horizonte*
- 1992 *Eleito Prefeito de Belo Horizonte (MG)*
- 1996 *Eleito Membro da Academia Mineira de Letras*
- 2000 *Especialização em Poder Legislativo pela Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e Instituto de Estudos Continuados da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)*
- 1997-2001 *Retorna à atividade docente na PUC-MG*
- 2001 *Torna-se mestre em Direito Processual pela PUC-MG*
- 2001 *Doutorando em Filosofia pela Universidad Complutense de Madrid*
- 2002 *Eleito o Deputado Federal (PT-MG) mais votado na história de Minas Gerais*
- 2004 *Assume o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, onde permanece até 2010*

PALESTRA DO MINISTRO
PATRUS ANANIAS

Começaremos por um breve panorama histórico da questão social do Brasil, que se caracteriza pela enorme dívida social. Começa lá nas capitanias hereditárias – penso que não devemos esquecê-las. Na minha avaliação e na de alguns historiadores, aí começa a relação promíscua entre o público e o privado no Brasil. Os donatários tinham benefícios e, mais que isso, poderes públicos. Podiam, por exemplo, condenar à morte escravos, índios e peões, pela legislação da época. E as pessoas mais gradas (notáveis) podiam ser deportadas, sofrer a pena do degredo por até dez anos. Ao mesmo tempo, os donatários auferiam lucros privados. Começa aí também o problema da concentração da terra no Brasil. Depois das capitanias hereditárias, vieram as sesmarias, aquelas extensões enormes de terra. Vinculado às sesmarias, o problema do coronelismo, um poder dentro do Estado, sempre com essa relação, com esse comprometimento do público, a privatização do Estado brasileiro, o problema da escravidão, que também é muito sério.



Para se ter uma ideia, quando foi abolida a escravidão, pouco antes de 13 de maio de 1888, o que se discutia era se os senhores de escravos seriam ou não indenizados pela perda da sua propriedade. Não foram indenizados, mas os escravos foram jogados na rua da amargura. Nenhum direito social, nenhuma política de inclusão, nenhum acesso à terra, como queria Joaquim Nabuco – é bom lembrá-lo neste ano em que comemoramos o centenário da sua morte. Joaquim Nabuco pretendia que se fizesse a abolição com política de inclusão, até mesmo com reforma agrária, já naquele tempo. Isso não foi feito.

A questão do genocídio indígena deixou uma herança pesada do ponto de vista social, da exclusão, da pobreza, da miséria. As manifestações que Euclides da Cunha chamou de revoltas sertanejas expressam muito isso, o Brasil pobre e esquecido do interior. Os cabanos do Pará, os balaios do Maranhão, os sabinos na Bahia. Numa perspectiva mais urbana, os praieiros, em Pernambuco, e Canudos, na Bahia, que teve o seu historiador – as outras não tiveram. Ninguém sabe exatamente o que aconteceu com os cabanos do Pará, o nível da violência, da repressão, de mortes etc.

A política social do Brasil, durante muitos anos, foi feita por meio da filantropia. Da Igreja Católica, especialmente. Depois vieram outras igrejas cristãs não católicas, espíritas, e as pessoas de bom coração, pessoas boas que acolhiam os mais pobres. Tivemos algumas leis anteriores, nos anos 1920, como a Lei de Eloy Chaves, e o surgimento do movimento de algumas categorias profissionais de trabalhadores, como os ferroviários, mas a questão social emerge efetivamente no Brasil depois da Revolução de 1930.

A primeira Constituição do Brasil que incorporou o tema dos Direitos Sociais foi a de 1934. Tivemos, no período Getúlio Vargas, do Estado Novo, em 1943, a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho. A CLT incorporou os trabalhadores urbanos. Não foram incluídos os trabalhadores rurais nem os trabalhadores informais. Ficaram também à margem da proteção legal pessoas desempregadas, subempregadas, os pobres, os excluídos, idosos, pessoas com deficiência, famílias e crianças em situação de maior carência.

O Estatuto do Trabalhador Rural é de 1963, ainda no período do governo de João Goulart, e foi sendo implantado aos poucos. Tivemos também outros fatores relevantes, nos anos 1960 e 1970, durante a ditadura. Mas vou dar um depoimento para vocês terem uma ideia da extensão do problema social no Brasil. Fui criado no interior de Minas. Meu pai era um fazendeiro, com uma extraordinária vocação para não ganhar dinheiro. Me lembro bem, pois passei parte da minha infância na roça, e depois sempre estive lá nas férias. Durante toda a minha vida, tive uma relação forte com o meio rural, com os trabalhadores rurais, com a agricultura familiar.

Na minha infância e no início da minha adolescência, os trabalhadores rurais não tinham direitos. Eles tinham que se subordinar a um contrato de adesão. Via de regra, era um contrato verbal, não escrito. Os trabalhadores rurais se submetiam às condições impostas pelo empregador, sem garantia legal de salário mínimo, de jornada máxima de trabalho, de hora extra, repouso semanal remunerado, férias, nenhuma cobertura, nenhuma garantia previdenciária para a família em caso de morte ou de doença do trabalhador; todos ficavam expostos à caridade, à boa vontade das pessoas.

Isso começa a mudar nos anos 1960, a partir do Estatuto do Trabalhador Rural. Depois, na ditadura, houve o início da Previdência Rural, inicialmente com o Funrural, que garantia meio salário mínimo para os trabalhadores rurais idosos que não podiam mais trabalhar. Depois do Funrural, veio o Pro-Rural, que aumentou para um salário.

Um momento importante na história dos direitos sociais, dos direitos dos pobres no Brasil, foi a Constituição em vigor, de 5 de outubro de 1988, precedida de um processo bonito. Quem participou, e eu participei intensamente, não esquece jamais. Em 1986, 1987, até a promulgação da Constituição, em outubro de 1988, o Brasil todo viveu momentos de muita participação popular, de mobilização de empresários, trabalhadores urbanos e rurais, indígenas, negros, afrodescendentes, o movimento ligado às crianças, jovens e portadores de deficiência. Isso levou a Constituição de 1988 a dar um passo importante à frente, consolidou o passado, os direitos trabalhistas, incluindo os trabalhadores rurais, e as conquistas no campo da Previdência Social. Abriu a perspectiva, ainda não realizada, da seguridade social referenciada na Saúde, na Previdência Social e na Assistência Social. A Assistência Social, portanto, entra no campo das políticas públicas, lança um olhar mais atento para as comunidades indígenas, quilombolas, famílias, crianças e adolescentes pobres, idosos, pessoas com deficiência.

Na esteira da Constituinte, tivemos algumas leis importantes, civilizatórias, como a legislação do Sistema Único de Saúde, o SUS; o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA; e logo depois a Loas, a Lei Orgânica da Assistência Social. Depois

vem um período em que as coisas pararam, que foi a hegemonia avassaladora, desumanizadora, do projeto neoliberal.

Como mencionado, no modelo da seguridade social incorporado pela Constituição, os benefícios e serviços são assegurados e passam a ser concebidos como direitos de cidadania e, em alguns casos, dever do Estado, também com a participação da sociedade. Mencionamos algumas normas que se desdobraram. No nosso caso específico, a Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, que se desdobra em 2004 com a Política Nacional de Assistência Social – isso já no nosso Ministério, no Governo Lula. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi implantado em janeiro de 2004. Com a norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social, um pouco antes, tivemos o Estatuto da Criança e do Adolescente e, em 2003, o Estatuto do Idoso.

Vejam que é um período longo entre 1993, quando veio a Loas, e 2003, quando tivemos o Estatuto do Idoso. Não houve nenhuma lei social relevante nesse período. Isso quer dizer que há um corte, um desdobramento da Constituição. Mostra o que foi, do ponto de vista dos pobres, do ponto de vista social, a hegemonia perversa do neoliberalismo.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi criado em janeiro de 2004. Festejamos, com pouca gente, mas muita alegria, os nossos seis anos, em 23 de janeiro de 2010. Voltados para essas populações mais vulneráveis, integramos três áreas já existentes. Havia o Ministério da Assistência Social, que foi para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; assim como a Secretaria Nacional de Assistência Social e, posteriormente, o Ministério Extraor-

dinário de Segurança Alimentar. Os Programas Fome Zero e Bolsa Família, até então ligados diretamente à Presidência da República, também foram incorporados pelo MDS.

O Programa Bolsa Família surgiu um pouco antes, em outubro de 2003, também por força legal – inicialmente uma medida provisória, que depois virou lei. Então, foram estabelecidas três secretarias finalísticas: a Secretaria Nacional de Assistência Social, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, que cuida mais diretamente do Programa Bolsa Família. E criamos mais duas secretarias: a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, agora chamada Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva, para dar mais ênfase a uma grande prioridade nossa no momento, as políticas de capacitação profissional e qualificação, para preparar os beneficiários dos nossos programas, especialmente do Bolsa Família, para as oportunidades de trabalho, emprego e renda que surgem e crescem no Brasil com as obras de programas como PAC, Minha Casa Minha Vida, o desenvolvimento do turismo. E a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, uma opção que fizemos desde o início e que tem dado bons resultados, pelo fato de nossas políticas serem monitoradas, avaliadas. Trabalhamos com resultados. Monitoramento, prazos, metas, procedimentos etc.

A evolução do orçamento do nosso Ministério é significativa. Porém, o que algumas pessoas consideram muito não é tão grande se observarmos o tamanho da dívida social brasileira, o nível das desigualdades e injustiças sociais. Mas é significativo e mostra que, de fato, a partir do governo do presidente Lula, e especialmente a partir da criação do Ministério, os

recursos destinados aos pobres passaram a ser cada vez mais significativos, evidenciando que a questão social, a questão dos pobres, dos trabalhadores de baixa renda, da agricultura familiar, passou a ser cada vez mais prioritária.

Tivemos recursos de R\$ 11,4 bilhões, em 2003; R\$ 14,3 bilhões, em 2004; e chegamos a R\$ 33 bilhões, em 2009. Esperamos que não haja contingenciamento este ano, até porque é um ano difícil, de prazos curtos, graças ao calendário eleitoral. Nosso orçamento para 2010 é de R\$ 38,9 bilhões. É significativo, é forte, além da questão do direito para os pobres. Mostra também a mudança: o Estado brasileiro está sendo desprivatizado. Os pobres estão sendo incluídos, considerados, na divisão do bolo nacional.

Na Secretaria Nacional de Assistência Social, estamos consolidando um Sistema Único da Assistência Social (Suas). Vale dizer, estamos colocando as ações da assistência social no campo das políticas públicas, no campo dos direitos, dos deveres, superando definitivamente o assistencialismo, o clientelismo, “os pobres de cada um” ou o “quem indica”. As pessoas entram e saem dos programas segundo critérios objetivos, legais. Quem tem direito tem direito. Entra, alcança melhor condição e sai.

Temos, dentro do Suas, um programa com recursos superiores ao Bolsa Família: o Benefício de Prestação Continuada, pago às pessoas de mais de 65 anos, às pessoas com deficiência e às incapacitadas para o trabalho. A linha de entrada é rigorosa, corresponde a um quarto do salário mínimo. A pessoa pode receber o benefício caso tenha renda inferior a um quarto do salário mínimo, mas o benefício, para os padrões do Brasil e

do mundo, hoje, em termos de políticas sociais, é significativo, corresponde ao salário mínimo. E, no caso das pessoas idosas, com base no Estatuto do Idoso, podem ser pagos até dois benefícios a pessoas de uma mesma família.

Estamos atendendo a aproximadamente 3,4 milhões de pessoas, e o valor do benefício é significativo. No ano passado, os recursos estiveram na casa de R\$ 18 bilhões. E isso é justo. Ser idoso e deficiente já é difícil. Mas ser idoso, deficiente e pobre, sem recursos, sem dinheiro, é muito pior. Então, é um programa que tem impacto enorme.

O Programa de Atenção Integral à Família, o Paif, se materializa na prática por meio dos Centros de Referência de Assistência Social, os Cras. Temos, no Suas, a Proteção Social Básica, que atende à pobreza nas situações ordinárias, do dia-a-dia, e temos a Proteção Social Especial, que trabalha situações mais específicas, mais difíceis: exploração sexual de crianças e adolescentes; o trabalho das crianças, por meio do nosso Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; famílias em situação de desconstituição familiar, de sofrimento, problemas graves de violência doméstica, alcoolismo, drogas etc.

O Cras atende dentro da Rede de Proteção Social Básica. E há os “irmãos” dos Cras, os Creas, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, que atendem às situações mais delicadas. Ambos são equipamentos – usamos também o nome de Casas das Famílias – implantados nas comunidades pobres. Portanto, interagem diretamente com o Bolsa Família, com o trabalho de psicólogos e assistentes sociais, que desenvolvem atividade de acolhimento e acompanhamento dessas famílias. Especialmente no caso dos Creas, interagem

com nosso Programa Sentinela, de prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Os Cras vêm desenvolvendo também atividades de capacitação profissional, alfabetização, inclusão digital, inclusão produtiva, desenvolvimento dos talentos e potencialidades das pessoas, famílias e comunidades. Às vezes, o atendimento é mais comunitário, sobretudo quando se trata, por exemplo, de populações indígenas, quilombolas, tradicionais, ribeirinhas – populações que têm uma constituição histórico-cultural que vai além da família, em uma dimensão mais comunitária.

Ontem tomei conhecimento de um avanço extraordinário. Foi feito um acerto, um pacto, uma política integrando a assistência social com o Bolsa Família para que os Cras e, em situações especiais, os Creas também acompanhem diretamente as famílias. Por exemplo, dirigimos o Bolsa Família à condição escolar. A criança tem de estar na escola. Mas às vezes ela não está na escola porque pertence a uma família sofrida. Ela não está indo à aula porque a família não tem condições, mesmo, há desconstituição familiar, alcoolismo, perdas, morte do pai, da mãe. Em vez de pura e simplesmente cortar o benefício, o que estamos fazendo? Os Cras vão ter o desafio de procurar essas famílias, identificar os problemas que estão vivendo. Essa integração dos Centros de Referência de Assistência Social com o Bolsa Família é cada vez mais estreita, o que mostra que o Bolsa Família está inserido nesta Rede Nacional de Proteção e Promoção Social.

Ainda vinculado ao Bolsa Família, temos o Projovem Adolescente, um programa recente, que substituiu o chamado Agente Jovem. Estamos alcançando 600 mil adolescentes de

16 e 17 anos, trabalhamos especialmente com adolescentes egressos do sistema socioeducativo, ou seja, jovens que têm algum tipo de conflito com a lei, e adolescentes do Bolsa Família. Aumentamos para 17 anos a faixa etária para receber o benefício variável escolar. É mais uma ação integrada com o Bolsa Família. Esses adolescentes vão à escola, mas também têm atividades no contraturno da jornada escolar: atividades pedagógicas, recursos de leitura, atividades esportivas, culturais, atividades comunitárias. Então, o esforço que todos devemos fazer hoje talvez seja o grande desafio nacional, para impedir que esses adolescentes tomem o caminho da morte, da violência, do crime, do alcoolismo, das drogas, e possam encontrar o caminho da vida, ser pessoas corretas, acertadas consigo mesmas e com a sociedade.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) se integra cada vez mais aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e com o Bolsa Família. É um trabalho para evitar que crianças e adolescentes sejam submetidos a trabalho precoce, com prejuízo da atividade escolar.

Vamos agora a outro braço do nosso Ministério: o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Na verdade, ele está ligado àquela política emblemática lançada pelo governo ainda em 2003, o Fome Zero. É importante lembrar que o Fome Zero não é uma política específica. Ele reúne todas as ações, todas as políticas públicas, ações governamentais e não-governamentais que visam erradicar a fome e a desnutrição no Brasil. E aqui uma notícia boa, que me aquece o coração todos os dias: estamos acabando com a fome no Brasil. O Fome Zero é vitorioso. Estamos zerando a fome extrema; temos ainda problemas graves de desnutrição, de

insegurança alimentar. Aquela fome endêmica que conheci no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, e que todos recentemente vimos em cenas dramáticas na televisão, aquelas multidões nas estradas, nas ruas do Nordeste, clamando por um prato de comida, até mesmo invadindo armazéns. No passado, eram criadas aquelas frentes de trabalho sem nenhum critério, sem nenhuma dimensão de política pública; isso não existe mais no Brasil.

Os personagens da obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, os retirantes, os Fabianos, as Sinhás Vitórias; os personagens aventureiros, os Bentinhos que tinham os olhos negros parados de fome, naquela tragédia denunciada pelo Josué de Castro – quanto a casos como esses, estamos virando a página, e não é pouca coisa, é muita. É bom e dá um ânimo danado para continuarmos trabalhando.

Em 2003, foi reconstituído o Consea, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no plano nacional, com representantes governamentais e da sociedade civil. O Consea se reproduz nos estados e municípios. Em 2006, tivemos a aprovação da Losan, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Aqui quero prestar uma homenagem ao Congresso Nacional e lembrar que alguns objetivos, algumas metas passam a pertencer à Nação, são parte do projeto nacional. A Losan foi aprovada no Congresso Nacional no ano eleitoral de 2006. Mostra que o País está convencido, na sua grande maioria, de que a fome, a desnutrição, a pobreza extrema são inaceitáveis. Recentemente, foi aprovado também no Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional que incorpora na Constituição, nos direitos fundamentais, o direito à alimentação, superando a visão, ainda presente no

Brasil, de que comida, alimentação, não é direito. “Não dar o peixe.” Dar o peixe é dar comida, é garantir que a pessoa tenha condição para pescar, é o primeiro momento para que a pessoa possa chegar ao rio. Se não, ninguém chega.

O programa de maior envergadura que temos no Ministério, de maior impacto social, na área de Segurança Alimentar, é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), também conhecido como Compra Direta. Ele está diretamente vinculado ao Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com recursos agora de R\$ 15 bilhões, da safra 2009/2010. Vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PAA trabalha com agricultores “pronafianos”. Ainda não é um programa universal, mas o estamos ampliando.

Compramos dos pequenos produtores por um preço justo de mercado, fazendo um contraponto à ação perversa dos atravessadores, dos especuladores e de quem quer ganhar dinheiro especulando com a fome. Com isso, garantimos condições para que as famílias permaneçam no campo, gerando emprego, trabalho, dignidade. Com a compra desses alimentos, atendemos pessoas e famílias em situações de vulnerabilidade alimentar, especialmente crianças e pessoas idosas. Por isso dizemos que é um programa que sintetiza bem o Fome Zero. É estruturante numa ponta, gera trabalho, emprego, é uma dimensão emancipatória; e atende quem precisa aqui e agora, na outra ponta.

Estamos integrando o PAA com outras políticas, como os equipamentos que estamos implantando – Restaurantes Populares, em cidades com mais de 2 mil habitantes; as Cozinhas Comu-

nitárias, que são restaurantes populares menores, com maior participação comunitária; os Bancos de Alimentos, que guardam alimentos, comprados do PAA ou de doação; as Feiras e Mercados, que possibilitam, por meio de instalações mais ampliadas, a relação direta produtor-consumidor. Estamos também desenvolvendo programas de agricultura urbana, hortas e lavouras comunitárias, programas de educação alimentar, sempre nessa linha de melhorar as condições de alimentação.

Outro programa importante na região mais seca do Brasil são as cisternas, uma tecnologia brasileira de captação da água das chuvas. Possibilita-se assim que as famílias que moram no Semiárido tenham água para consumo interno, para preparar os alimentos, para higiene e até para pequenas atividades agrícolas, como hortas familiares, e para a criação de pequenos animais. Tenho visitado essas cisternas nos sertões do Brasil. Na Bahia, encontrei uma senhora que me deu uma resposta que nunca vou esquecer. Perguntei para ela: “Qual o melhor benefício que a cisterna trouxe para a senhora?”. E ela respondeu: “Posso ficar mais tempo perto dos meus filhos”. Quem conhece a realidade do sertão do Brasil, do Semiárido, sabe que é um sofrimento. Às vezes você tem que buscar água a duas, três léguas de distância, em cacimba, e a água é suja. Via muito isso na minha infância. E as mulheres são poderosas, elas têm uma força impressionante. Elas põem uma rodilha na cabeça para acomodar aquela lata de querosene, que a gente comprava antigamente para colocar no lampião, na lamparina, aquelas latas de 18 litros, um peso danado, e vão andando. Não seguram a lata, não. É um *show* de equilíbrio. E fico pensando: que estrago na estrutura da pessoa! Carregar uma lata, um peso daqueles! E aquela mulher não falou que

não estava carregando mais lata, não falou nada disso. Falou de ter mais tempo para seus filhos.

Agora chegamos ao Bolsa Família. Fiz questão de deixar mais para o fim exatamente para irmos construindo a ideia de que o Bolsa Família está bem ancorado. Quem vai aos Restaurantes Populares, às Cozinhas Comunitárias, normalmente, na grande maioria dos casos, são os beneficiários do Programa Bolsa Família. Essas políticas, da Segurança Alimentar e da Assistência Social, convergem para o Bolsa Família. São um conjunto de ações que possibilitam o desenvolvimento das potencialidades das pessoas, famílias e comunidades pobres.

O Bolsa Família foi criado em outubro de 2003, instituído por lei federal. É um eixo estratégico para integração de políticas e ações da Rede de Proteção e Promoção Social e promove direitos básicos: direito humano à alimentação, acesso a serviços de saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família trabalha com famílias que tenham uma renda de até R\$ 140 como renda mensal familiar por pessoa. Uma família que ganha até R\$ 700 e que tenha cinco pessoas está dentro do Bolsa Família. Portanto, vamos quebrar um preconceito, um equívoco que muita gente comete: o Bolsa Família não trabalha só com indigentes ou miseráveis. Temos, no programa, um número representativo de famílias trabalhadoras pobres, trabalhadores de baixa renda. E aí o benefício entra como complemento de renda para essas famílias.

São hoje em torno de 15,5 milhões de famílias pobres atendidas em todos os municípios do Brasil, nos 5.564 municípios desta grande Pátria brasileira. Em 2009, foram R\$ 11,4 bilhões, o que corresponde a 0,4% do PIB. Vamos injetar R\$

13 bilhões em 2010. É um programa com um custo baixo de operação: apenas 5% do orçamento do programa; ele chega diretamente às pessoas. É uma operação que fazemos com a Caixa Econômica Federal: o beneficiário tem um cartão, vai lá e recebe, e pagamos especialmente para as mães: 92% dos benefícios chegam para as mães. O homem só recebe quando ele é a única referência familiar. E as pesquisas mostram – os homens que perdoem – que as mulheres têm um compromisso familiar maior. Quando a coisa aperta, os meninos ficam com a mãe, na maioria dos casos. Os homens tendem a sumir (isso é feito para nós). E não é só entre os pobres, não, é em todo canto.

O Bolsa Família trabalha com condicionalidades, a lei exige. É um preceito constitucional. Pela Constituição, toda criança entre 6 e 15 anos (agora a partir dos 4 anos) tem que estar na escola. Não é só exigência à família. Há o outro lado, também. É mão dupla. A lei possibilita que as famílias pobres possam reivindicar do poder público – seja no plano municipal, estadual ou nacional – serviços de boa qualidade, educação pública de qualidade, serviço de saúde de qualidade. Não é só obrigação deles pôr os filhos na escola, é dever do Estado oferecer esse serviço de qualidade. É importante dizer que estamos acompanhando, monitorando esse processo das condicionalidades.

Mencionamos a integração com os Cras e o acompanhamento feito, sobretudo quando as crianças não estão comparecendo à escola. E não há desligamento automático quando as condicionalidades não são cumpridas. É um processo gradual. Tem advertência, depois bloqueio, suspensão e, em última instância, o cancelamento do benefício. E quero enfatizar que não

queremos desligar ninguém. Queremos que as crianças estejam na escola. Daí essa integração positiva do Bolsa Família com outros programas do Ministério, e também do Ministério da Educação, especialmente agora, esse acompanhamento pelos Cras.

O Bolsa Família varia de R\$ 22 a R\$ 200. O benefício médio é de R\$ 94. Trabalhamos em dois níveis. Famílias muito pobres, com renda familiar por pessoa de até R\$ 70, têm direito a um benefício fixo que corresponde hoje a R\$ 68. E trabalhamos com famílias pobres. Família pobre é aquela que tem renda mensal familiar *per capita* de até R\$ 140. Essas famílias não recebem o benefício fixo, de R\$ 68. Elas têm direito ao benefício variável. É claro que as famílias muito pobres também recebem, além do fixo, o variável. Só que a família pobre recebe o fixo, independentemente de ter filhos, independentemente de ter criança na escola. Se tiver, entra o variável também.

O benefício variável se coloca em dois níveis: R\$ 22 por criança de 6 a 15 anos que esteja frequentando a escola, até o limite máximo de três. Portanto, pode chegar a R\$ 66. Morre aqui a acusação que fazem ao Bolsa Família de que estimula a natalidade inconsequente. E há o benefício variável jovem de R\$ 33 por adolescente de 16 e 17 anos, até o limite máximo de dois, portanto, alcançando R\$ 66. Se somarmos o fixo de R\$ 68 com o limite máximo dos dois variáveis, R\$ 66 e R\$ 66, dá R\$ 200. Fechamos a conta.

Impactos imediatos na melhoria das condições de vida das populações pobres: a promoção da segurança alimentar e nutricional; a superação da fome; o “empoderamento” dos mais po-

bres para o consumo (para o pobre, ter um armazém é bom); o “empoderamento” das mulheres (como vimos, o benefício é pago especialmente a elas); redução do risco do trabalho de crianças (com a integração com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); redução da desnutrição infantil – temos uma pesquisa de dois anos atrás, que me deu uma alegria enorme: 93% das crianças vinculadas às famílias que recebem o Bolsa Família têm pelo menos três refeições diárias e apresentam melhoria significativa na condição alimentar, com frutas, verduras e carne. Para os pobres, falar em carne e leite tem força, porque não é algo tão acessível. Devemos mencionar ainda o acesso a produtos de consumo básico, que melhoram a condição de vida e autoestima. Para o desespero de alguns, os beneficiários do Bolsa Família estão comprando geladeira, fogão e liquidificador, coisas fundamentais para garantir a segurança alimentar. Um jornalista escreveu um artigo intitulado “Bolsa Geladeira”, tentando desqualificar o programa, dizendo: “Um programa que está garantindo geladeira. Não são mais pessoas pobres”. É revoltante.

Há outro impacto importante: os pobres estão comprando. Esse fato deve ser visto em relação com a educação e a saúde. Alguns resultados são comprovados, como a redução da pobreza e da desigualdade – são 19 milhões de famílias pobres que saíram da miséria extrema desde 2003 – e a dinamização das economias locais. O dinheiro do Bolsa Família, do BPC e da Agricultura Familiar circula. Os pobres, como disse o presidente Lula, não guardam dinheiro. Eles melhoram suas casas e condições de vida; compram comida, roupa, material escolar para as crianças, bens básicos para a dignidade familiar, como eletrodomésticos fundamentais. Isso implica o aquecimento do comércio. O comércio vendendo mais, compra mais da in-

dústria e da agricultura. Um dos motivos pelos quais o presidente Lula determinou o aumento do Bolsa Família em plena crise econômica internacional foi esse. De um lado está a sua sensibilidade extraordinária para os pobres, seu compromisso permanente com a inclusão; do outro, a intuição política. As políticas sociais, entre outros motivos, cumpriram, e estão cumprindo, papel fundamental para que o Brasil esteja saindo de cabeça erguida dessa grave crise econômica internacional.

Além da dimensão humanitária, ética e moral, garantir acesso a bens e serviços básicos e direito à vida tem também a dimensão prática, e com isso estamos vencendo um preconceito histórico no Brasil: a ideia de que ou é econômico ou é social. Ou o País cresce ou distribui renda. Distributivismo, não. Uma coisa complementa a outra. Uma coisa é necessária à outra: o social dando apoio à economia. O País cresce porque os pobres estão entrando no mercado de consumo.

A redução da dependência das famílias em situação de trabalho escravo causa outro desespero em setores mais conservadores do Brasil. “Está desaparecendo gente para trabalhar.” Claro! Para trabalho escravo, não queremos mesmo não. Tem que pagar melhor, ter carteira assinada, pagar salário mínimo, tem que recolher Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Fui convidado para proferir uma palestra na Organização Internacional do Trabalho. É um reconhecimento do que estamos fazendo no Brasil. Eles estão colocando o Brasil como modelo de respeito aos direitos trabalhistas. Um trabalhador desempregado que recebe o benefício preserva sua dignidade de trabalhador. E eles querem trabalho decente.

Oferecemos aos trabalhadores o mínimo poder de barganha: o Bolsa Família integrado a outras ações, especialmente o Cadastro Único, referência para outras políticas sociais; o programa Brasil Alfabetizado; agora a Tarifa Social de Energia; o Programa Minha Casa Minha Vida; a inclusão financeira, chamada bancarização dos beneficiários do Bolsa Família. A bancarização não é um fim em si, ela visa ao passo seguinte, que é ampliar cada vez mais o microcrédito, além de formar micro e pequenos empreendedores, estimular o cooperativismo. Temos uma experiência positiva com o Banco do Nordeste, por meio do Grande Amigo, e agora o Próximo Passo, ações de capacitação profissional para os beneficiários do Bolsa Família para as oportunidades de trabalho e emprego que estão crescendo no Brasil com o PAC e outros investimentos.

Uma informação rápida sobre o Planseq, Plano Setorial de Qualificação: tem o Planseq de Construção Civil e o Planseq Turismo. E empresas privadas e públicas estão capacitando para suas ações no País, com recursos próprios, os beneficiários do Bolsa Família.

Um dado importante: se considerarmos o BPC e o Bolsa Família, as transferências totalizam R\$ 30 bilhões. Portanto, é mais de 90% do orçamento do Ministério. Cerca de 1% do PIB. Nas regiões mais pobres, essa proporção cresce. No Nordeste, as transferências representam 3% do PIB regional. Enfatizo alguns dados em relação à redução da pobreza: 19,4 milhões de brasileiros e brasileiras saíram da extrema pobreza desde 2003, segundo a Fundação Getúlio Vargas.

O Coeficiente de Gini 2001-2007 passou de 0,593 para 0,552, segundo pesquisa do Ipea. Há uma pesquisa do Ipea

mostrando que, segundo a Pnad 2007 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE), a taxa anual de crescimento da renda dos dez por cento mais pobres da população, no período 2001-2007, é próxima à da China e maior que a de 99% dos países.

Em 1990, o Brasil assumiu o compromisso internacional de reduzir a fome para um quarto e a pobreza pela metade até 2015, quando será dado o balanço universal das metas e objetivos do milênio. Em 2006, já tínhamos cumprido esse compromisso. Repactuamos perante o mundo e perante nós mesmos. Até 2015, vamos erradicar a fome e reduzir a pobreza extrema para um quarto. Uma pesquisa recente do Ipea colocou outra perspectiva. Se continuarmos com as políticas sociais, ampliando, consolidando, aperfeiçoando e mobilizando mais recursos, mobilizando mais os governos estaduais e municipais e a sociedade civil, até 2017 podemos vencer a pobreza extrema do Brasil. E, em 2022, a gente deverá comemorar os 200 anos da Independência com um Brasil sem fome, sem desnutrição, sem pobreza extrema, caminhando a passos largos para uma sociedade cada vez mais igualitária, que assegure a todos os nossos patrícios os mesmos direitos e oportunidades. Traduzindo na prática o Hino Nacional brasileiro: “Dos filhos deste solo és mãe gentil”. De todos e de todas.

Falamos da redução da desigualdade, do impacto do Bolsa Família, das políticas sociais no enfrentamento da crise. É importante lembrar também a manutenção da política de valorização do salário mínimo. Quando começamos no governo do presidente Lula, nosso sonho era colocar o salário mínimo em US\$ 100. Agora, já estamos nos aproximando dos US\$ 300.

Podemos mencionar a extensão do seguro desemprego, a existência de uma ampla rede de proteção e promoção social, o papel dessa rede na superação da crise e o aumento do mercado interno. Diferentemente de outras crises, segundo pesquisa do Ipea de agosto de 2009, a pobreza e a desigualdade continuaram caindo nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil, em plena crise econômica internacional.

Restam alguns desafios, já que ainda temos um alto número de pessoas na situação de pobreza. Ainda existem, no Brasil, por volta de 30 milhões de seres humanos em situação de pobreza. A taxa de desigualdade continua vergonhosa. Estamos entre os países que apresentam os piores indicadores sociais do mundo, apesar do extraordinário avanço dos últimos anos, especialmente nesse período do nosso governo. É preciso lembrar a herança que recebemos e, ainda, a desigualdade social e a concentração da renda. A concentração da terra no Brasil continua alta, e vamos ter que enfrentar isso futuramente, para criar um país que possibilite vida digna e decente para todos.

Nesse sentido, colocam-se desafios como manter a estabilidade econômica. Já fui um pouco tolerante com a inflação. Cheguei a pensar no passado: quem sabe com uma “inflaçãozinha” de 8%, 9%, o País cresce mais? Não dá. Já pensaram se houvesse inflação no Brasil? Em uma semana o benefício do Bolsa Família sumiria – sem mencionar o BPC, os programas de apoio à agricultura familiar, a revalorização do salário mínimo. Portanto, estabilidade econômica é fundamental. É só continuar mais alguns anos o processo histórico: estabilidade, crescimento econômico, rigorosas políticas de distribuição de renda, de inclusão e justiça social. Incluir cada vez

mais a questão ambiental. Agora estou convencido de que a questão ambiental não pode ser colocada nem como contraponto, “ou isso ou aquilo”. Tem que ser “e”. Não me esqueço do texto que li uma vez, de Alceu Amoroso de Lima, pessoa que marcou meu pensamento. Ele dizia: temos que superar a disjuntiva “ou” pela conjuntiva “e”. Econômico e ambiental e social. Mudamos o patamar do social quando começamos a falar de desenvolvimento social. Agora está na hora de começar a falar também de desenvolvimento ambiental.

Finalmente, outros desafios que enfrentamos:

1) Fortalecer a capacidade de gestão do Estado. Não há política social eficaz com Estado fraco. Quem viabiliza a política social é o Estado, com a participação, sim, da sociedade civil, dos empresários. Queremos e fazemos parcerias com as igrejas, com as organizações não-governamentais, mas quem define mesmo é o Estado. As políticas sociais do Brasil estão mudando a cara do País por alguns motivos. Entre eles, primeiro, o valor dos recursos; segundo, é o Estado que faz. Volta e meia recebo representantes de outros países que já chegam querendo saber como é que os empresários participam. Os empresários participam e ajudam como parceiros. Mas quem puxa é o Estado, é ele que determina as prioridades. A articulação federativa é um grande desafio. Não é fácil trabalhar com estados e municípios diferentes. Vai dos municípios de São Paulo aos municípios pequenos do Vale do Jequitinhonha ou da Amazônia. É um desafio importante integrar o País inteiro.

2) Aperfeiçoar os mecanismos de controle e fiscalização.

3) Fomentar a participação da sociedade civil, parcerias com empresários, responsabilidade social, igrejas, universidades, pesquisas. Parcerias queremos, mas sempre com a diretiva do poder público e, na mesma linha, os mecanismos de participação popular.

4) Garantir a continuidade do financiamento público das políticas sociais. Sem dinheiro não se faz política social. Tem que haver prestação de contas, tem que haver transparência, resultados, monitoramento, mas tem que existir dinheiro para promover, consolidar e integrar cada vez mais as políticas sociais. Promover convergências. As políticas sociais não podem ficar distantes umas das outras. Nesse sentido, o conceito de território é enunciador. Integrar as políticas sociais nos territórios. Cada um com a sua especificidade, mas convergindo sempre. O ser humano não é divisível. Metade de mim estuda. Metade de mim tem saúde. Outra metade de mim é pobre. Não! Uma criança na escola não aprende sem ter saúde. Ninguém tem saúde se não tiver assegurado o direito à alimentação adequada com água potável, saneamento básico, moradia, e assim por diante. O desenvolvimento do ser humano é integral e por isso as políticas sociais devem se articular para promover essa ascensão das pessoas, famílias e comunidades pobres.

E que Deus continue abençoando a nossa caminhada, porque estamos no caminho certo. É agora, para não haver retrocesso, e a gente abrir cada vez mais o compasso. Muito obrigado.

Pérsio Davison (Ipea) — O senhor fez referência aos efeitos benéficos do Bolsa Família, numa abordagem ampla de benefícios, e penso sobre um aspecto que talvez fosse importante ressaltar:

é que, embora o Bolsa Família tenha uma vocação, na sua destinação, à criança na escola, no sentido alimentar, ele tem um benefício fundamental ao seu irmão menor, às vezes de pouca e tenra idade. Segundo a medicina, até os dois anos de idade a nutrição é fundamental para a formação do cérebro e, portanto, para a capacidade intelectual e a capacidade de se integrar, de ser produtivo na sociedade. Então, há um efeito que não se mede no primeiro momento: da criança na escola ou do benefício direto. O benefício àquela criança que tem família, alimentação e a garantia de uma formação para ser um cidadão com plenas condições de participação na sociedade será medido em um prazo mais longo.

Bom, a questão que o Pêrsio coloca é mais uma contribuição ao que falamos aqui, sobre a importância da alimentação já a partir da infância. Uma criança que não é devidamente alimentada nos primeiros anos da sua vida, segundo estudos neurológicos, tem grandes possibilidades de ter sequelas, até de aprendizado, de desenvolvimento mental, psíquico e emocional, e as funções básicas para o aprendizado ficam comprometidas. Reforça a ideia de que a alimentação não é uma questão de filantropia, é uma questão de direito, diz respeito à vida.

Márcio Wohlers (Ipea) — Gostaria de parabenizar a transformação de uma secretaria na integração produtiva. Sei que já há um convênio em andamento com a Petrobras, de formação de técnicos que ajudem a formar outros profissionais que a Petrobras vai contratar localmente. Então, acho que a extensão dessa parceria com mais empresas estatais, não só a Petrobras, poderia ser exemplo para que até algumas empresas grandes, como Vale do Rio Doce, fizessem o mesmo. Tivemos muitas experiên-

cias de arranjos produtivos locais. Tornou-se uma palavra da moda dez anos atrás. Mas essa questão com as grandes empresas é algo novo, que complementa o arranjo produtivo local. E com as grandes empresas que têm visão e necessidade de formação de mão-de-obra local isso seria muito importante. Então, o que o Ipea puder fazer por essa oportunidade de integração produtiva e de formação de técnicos, estamos à disposição.

Se bem entendi a sua questão, Márcio, estamos trabalhando com algumas empresas. Além do caso da Petrobras no Pro-minp (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural), que você mencionou, há algumas outras empresas, como a do Norberto Odebrecht, que fez um convênio conosco se comprometendo a qualificar, com recursos próprios, beneficiários do Bolsa Família em todas as obras que ela esteja realizando no Brasil. Já implementamos em duas, a meta é alcançar três, ou seja, todas. A primeira foi na obra da hidrelétrica do Rio Madeira, em Rondônia. Estamos buscando também outras parcerias, como por exemplo o Planseq, o Plano Setorial de Qualificação Profissional. Temos trabalhado muito também com a Câmara Brasileira da Indústria. Eles não estão aportando recursos, mas estão trabalhando, procurando sensibilizar as empresas para que elas absorvam os beneficiários que estão sendo treinados e qualificados.

Márcio Wohlers — Mas elas gastam esse dinheiro de responsabilidade social com marketing, fazendo as suas fundações, algumas até fazem algo de bom; estou dizendo isso porque a minha área é mais telecomunicações. Então elas põem uns postos de inclusão digital, mas isso é mais ligado à área fim das empresas, para aparecerem mais no mercado, mas com a própria área fim. E se

o Ministério, por exemplo, desse outro selo, um prêmio? Acho que estou chovendo no molhado.

Não, não está chovendo no molhado. Trabalhamos muito isso, agora quero colocar um depoimento também aqui, até para que vocês considerem o assunto. Acho que o Ministério – e dentro do Ministério, é claro, o Bolsa Família é um caso singular de gestão que merece um estudo – opera com pouco mais do que 1,4 mil funcionários, sendo a metade terceirizada, para atender mais de 60 milhões de pessoas pobres em todos os municípios do Brasil, operando o orçamento que apresentamos aqui. Mil e quatrocentos é o que tem a Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte. A Secretaria de Assistência Social do Rio de Janeiro tem o dobro. Mil e quatrocentos destemidos. Então somos claros e objetivos, temos muito respeito, queremos parceria com as empresas, mas o tempo que temos para ficar tentando converter empresário ao bem público é pequeno. Até porque acho que a primeira responsabilidade social de um empresário social é cumprir a lei. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental, tributária, depois vamos conversar. Algumas empresas, como disse aqui, têm nos procurado para uma conversa séria, querem fazer um convênio. “Vamos capacitar? Tudo bem.” Pelejamos muito mesmo. Fazemos um trabalho evangélico com eles.

Sandro Pereira Silva (Ipea) – Ministro, ao fim de sua fala, o senhor colocou a questão da articulação de políticas públicas como um desafio para avançar na qualificação das políticas sociais no Brasil. Há quase dois anos, o governo federal vem lançando uma proposta de trabalho nessa área de articulação de políticas públicas que é tida, talvez, como um programa ousado, que é o Programa Territórios da Cidadania, que o senhor citou

um pouco rapidamente. Queria saber duas questões. Primeiro, dentro do seu Ministério, qual está sendo o esforço das várias secretarias de trabalhar em conjunto com os órgãos do governo, os vários ministérios, nessa questão de articulação de políticas públicas? E a outra questão é como o senhor, integrante do primeiro escalão do governo, a Casa Civil (que coordena o programa com a metodologia do MDA) e o próprio governo estão vendo o avanço metodológico desse programa, e a aceitação das várias forças políticas dentro do governo.

O Sandro apresentou uma questão muito interessante sobre os Territórios da Cidadania. Não sei se é exatamente essa a questão que você coloca, temos uma experiência, que é mais na área rural, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas o Ministério que aporta mais recursos é o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Vejo um grande desafio em termos do Territórios da Cidadania nas regiões metropolitanas, na área da periferia, nas áreas pobres das cidades maiores, das grandes capitais, regiões metropolitanas, onde as políticas sociais enfrentam maiores dificuldades, porque elas confrontam as forças diluidoras da morte, do crime, da desconstituição dos valores familiares, comunitários. É um desafio que temos hoje, começamos, avançamos com o Pronasci, o Programa Nacional de Segurança e Cidadania, que vem integrando ações, os nossos Cras e outras ações do Ministério; mas vejo que tem um desafio maior de integrarmos essas ações. Aqui vou desenvolver um pouco o que o Sandro levantou, nessa linha da integração. Creio que a questão dos territórios das periferias das grandes cidades pode ser um grande passo agora. Mesmo nas regiões mais carentes e nas regiões mais conflagradas pela violência, pelo crime, temos ali a presença do Estado. Tem um destacamento policial,

tem uma delegacia de polícia, eventualmente até a presença das Forças Armadas. Tem escola, um posto de saúde, a Saúde da Família, o Cras, o Creas, os equipamentos culturais, esportivos; porém, esses equipamentos, esses agentes e gestores públicos não se comunicam para se contrapor de forma ordenada às forças diluidoras da violência, do crime, da desconstituição das forças comunitárias. Esse é um desafio, fazer que esses equipamentos públicos, sejam municipais, estaduais ou nacionais, se integrem; que os gestores públicos ali presentes conversem, interajam, para construir ações integradas que promovam a comunidade e que criem uma relação mais direta e, a partir dessa interação dos agentes públicos, interagir com os agentes comunitários que em todo canto também têm as forças da vida. Há, ainda, as igrejas, os movimentos sociais, os movimentos de jovens, os jovens que fazem esse trabalho belíssimo de enfrentamento da violência, do rap, do hip hop; temos que buscar esses jovens, esses movimentos de jovens e movimentos de mulheres, de mães, para congregar e fazer um trabalho mais enunciador. Penso, Sandro, que a criação do nosso Ministério foi um passo importante nesse sentido. Integramos, pelo menos aqui, assistência social, segurança alimentar e nutricional, Bolsa Família e transferência de renda; e agora temos uma ênfase maior nas políticas de capacitação profissional. Não sei se foi por aí que você quis colocar a sua questão. Se não foi, a gente fica com o diálogo assim meio truncado, mas com o compromisso de continuá-lo.

Helder Ferreira (Ipea) – O Ministério está de parabéns pela capacidade de execução orçamentária neste período todo, e a minha pergunta é nesse sentido. No MDS, quais os principais entraves para execução, ou seja, dentro de uma preocupação de reforma do Estado, o que precisa ser aprimorado para facili-

tar, para aperfeiçoar a gestão e o relacionamento com estados e municípios, o que pode ser feito para aprimorar a gestão do Estado?

Os entraves para a execução são muitos, viu, Helder. Mas estamos avançando. É isso que falei aqui. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, não por mérito meu, mas por mérito das pessoas que lá trabalham, merece um estudo sério de gestão. Nosso Ministério é um pouco como um besouro, porque algumas pessoas já me disseram que o besouro não deveria voar, ele voa desafiando todas as leis da Física. O nosso Ministério também não deveria dar certo. Mil e quatrocentos para 60 milhões, presente em todos os municípios do Brasil, é um pouco demais. Então, é uma experiência extraordinária, e batemos no peito todos os anos – para não dizermos que somos os melhores, digo que estamos sempre entre os dois, três melhores da execução orçamentária de todos os anos. O desafio é este: aperfeiçoar as relações federativas. É difícil acertar com os estados e municípios que são diferenciados, uns têm maior compromisso social, maior compromisso ético, outros nem tanto. Enfim, há alguns desafios, mas acho que estamos avançando muito. Recentemente, o Ministério do Planejamento colocou o nosso Ministério também como o caso de melhor experiência na Esplanada em termos de gestão.

Nabil Moura Kadri (Sae) – Ministro, gostaria de fazer uma pergunta a respeito dos desafios do Ministério daqui em diante quanto às políticas sociais do governo. Conforme sua fala no início, temos um desafio grande de redução das desigualdades de riqueza, não só das de renda. Também conforme a sua fala, segundo a questão da poupança das famílias mais pobres, quais

são os desafios que o senhor vê e as possibilidades de atuação de um Ministério como o MDS na redução das desigualdades de riqueza, não só das de renda, tendo em vista que a propensão marginal à poupança da população mais pobre é baixa? Se eles não têm condições de fazer a poupança por si mesmos, qual é o papel de um Ministério como MDS na redução das desigualdades de riqueza e não apenas de renda?

O Nabil formulou uma questão que outras pessoas também fazem, que é a da desigualdade na distribuição da riqueza. Penso que o Ministério representa um grande avanço, como falei aqui, porque historicamente o dinheiro público no Brasil foi sempre privatizado, ele sempre pertenceu aos ricos. Vi muita gente falar comigo, e falam até hoje: “Esse dinheiro que vocês estão gastando na área social é muito, esse dinheiro tem que ir para a área econômica, para gerar empregos”. É a velha lógica que diz que o que produz justiça social é o crescimento econômico. Se fosse assim, o Brasil seria um país justo hoje, crescemos muito no século XX, não distribuimos riqueza. Penso que temos alguns desafios, temos de fazer no Brasil, sim, uma reforma tributária vinculada aos princípios da justiça tributária. Quem pode mais paga mais. Quem pode menos paga menos. Quem não pode não paga, recebe, para contribuir no futuro. Porém, isso não depende só do governo, isso tem que ser um pacto. Qualquer reforma tributária é um sufoco no Congresso Nacional, imagina uma reforma tributária que incida realmente, de maneira mais vigorosa, na propriedade. Porque defendo historicamente, sempre defendi, dois princípios básicos: um deles, aliás, que faz parte da minha formação cristã, é o princípio da condição social da propriedade do grupo. O direito de propriedade é legítimo, é civilizatório, o mercado é importante, mas não pode

ser desorganizado. Vimos que o mercado precisa ser disciplinado. O direito de propriedade e a livre iniciativa, boas em princípio, não podem ser divorciadas, dissociadas, do bem comum, do interesse público, do interesse coletivo, do bem maior da sociedade. Então, o direito à propriedade abusivo – você ter hoje, por exemplo, propriedades especulativas, propriedades que não produzem, seja na área rural, seja na área urbana – isso me parece inaceitável, no século XXI, com as exigências sociais e ambientais que temos. Que a sociedade tem. Fico pensando que daqui a cem anos os nossos netos e bisnetos vão falar o que falamos hoje dos antigos senhores de escravos que queriam ser indenizados. Imagino que os nossos bisnetos, tataranetos, vão falar assim: “Olha, que coisa engraçada, no tempo deles as pessoas tinham o direito de ter uma propriedade que não trazia nenhum benefício público”. Você ter terra que não traz benefício público é um atraso. Os países capitalistas mais desenvolvidos já resolveram isso no começo do século passado. O princípio da função social da propriedade e do lucro está hoje consolidado nos países do chamado capitalismo mais desenvolvido.

Outra questão é a do lucro. Tem que ter lucro, sim, se não tiver lucro não tem expansão empresarial, não gera empregos, não incorpora novas tecnologias. O modelo estatizante fracassou. Agora, o lucro tem que ter limite também, e não é razoável que o empresário rico vincule a empresa para ter os benefícios empresariais no seu patrimônio. Então, ele põe na empresa o seu avião particular, o seu iate particular, a sua fazenda particular, as suas casas, os seus apartamentos, e não paga imposto sobre isso. Considero injusto. Claro que não vamos fazer isso à força. A democracia é um valor fundamental, temos que construí-la pelo diálogo e colocar represen-

tantes no Congresso Nacional, no Poder Judiciário – mas seguindo essa nova dimensão. Não se trata de socialismo, mas de um capitalismo atento às necessidades maiores do interesse do País.

Melissa Andrade (Ipc-Ig) – Qual é a relação entre as políticas sociais no Brasil e a comunidade internacional? Acho que bastante significativo na experiência brasileira é justamente assumir a política social no nível mais alto de governo, o que é um exemplo até para outros países, especialmente no contexto africano, onde existe uma ortodoxia muito forte. O Estado não assume a política social como prioridade. Assim, acho que isso é o que se destaca dentro da experiência brasileira. Ao mesmo tempo, creio que existem experiências interessantes na comunidade internacional, como, por exemplo, no caso do Chile, onde existe uma base de dados extremamente avançada, diria que em alguns casos até mais avançada do que a base de dados brasileira. Existem algumas experiências interessantes, como no caso da Índia e da África do Sul, onde há programas de emprego público que estão criando um diálogo com os programas de transferência de renda. Então, a minha pergunta não é somente no sentido do que é que o Brasil tem compartilhado com a comunidade internacional, mas em termos do que a comunidade internacional tem promovido de políticas inovadoras e em que medida e que tipo de lições o Brasil também tem que extrair delas para poder avançar nas suas próprias políticas sociais.

Melissa coloca a questão da relação internacional. Temos uma relação forte com o plano internacional. Melissa, estamos até

mesmo aprendendo. Tínhamos uma forte relação de oportunidades com o México; com o Chile, que você mencionou, temos até hoje uma boa cooperação nessa parte de resultados, de monitoramento, de avaliação. A implantação da nossa Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação teve grande participação na nossa cooperação com o Chile; temos fortes relações com organismos internacionais, como o Banco Mundial, os organismos da ONU: FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), Unesco (Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura), e Pnud – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Você mencionou a Índia e a África do Sul: temos um programa específico para esses países, no contexto do Ibas. Estamos trabalhando muito com os países da África. Alguns países da América do Sul estão investindo, mas temos dificuldade com alguns. Por exemplo, não conseguimos acertar um acordo de colaboração social com a Venezuela, nem muito profundo com a Argentina – gostaria disso, porque eles têm certo preconceito com o Bolsa Família, eles acham que os nossos programas são ditados pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional. Com o Uruguai, por exemplo, temos uma relação ótima. O Uruguai está implantando o Bolsa Família. Então, o Brasil tem uma opção muito própria. É singular a opção do Brasil. Isso que o presidente Lula conseguiu fazer, colocar as políticas sociais em lei, é algo admirável, porque a tradição na América Latina é do populismo, que é um pouco a dos nossos países irmãos que não vou citar aqui, e há um esforço grande na África. Agora é isso, país que se interessa tem que pôr dinheiro, de alguma forma. Estamos em uma tentativa de colaboração sofrida com o Haiti. É isso, estamos pelejando. Pé na estrada.

Luís César Loureiro de Azevedo (Ipea) — De certa forma, o Brasil adotou uma atitude bastante corajosa tendo o Benefício de Prestação Continuada, que é um benefício assistencial, com o piso na mesma referência do sistema trabalhista, o salário mínimo. Em pouquíssimos lugares do mundo existe isso. É até normal que esses benefícios de cunho social tenham um valor menor que o trabalhista. Então, já se começa a constatar certa reação conservadora a essa posição adotada pelo Brasil, fazendo-se este tipo de crítica: “Está querendo inventar coisa, no mundo inteiro isso é muito diferente do que estamos fazendo aqui”. Gostaria de saber o que o Ministério está fazendo para articular, vamos dizer, de forma convincente, uma defesa para a manutenção dessa política no Brasil?

Luís César, acho que você colocou um assunto importantíssimo. Ontem, discuti isso com o pessoal do Ministério. Vamos ter de enfrentar a questão do BPC (Benefício de Prestação Continuada), sim. E o setor conservador está “em cima”. Se somarmos com a renda mensal vitalícia, vai dar R\$ 22, R\$ 23 bilhões. Estamos trabalhando a focalização cada vez maior, vamos discutir também como estamos discutindo o Bolsa Família. É razoável integrar o BPC, pensando-o em outro modelo — por exemplo, devendo sempre manter vinculado ao salário mínimo, ao reajuste do salário mínimo. A reação é muito forte. De um lado, temos uma atitude meio ousada, para não falar outra coisa, do Poder Judiciário, que está ampliando muito. Eles estão definindo a linha de pobreza deles, o que é uma temeridade, porque daqui a pouco explode. E, na outra ponta, os setores mais conservadores, monetaristas, também doidos para tirar o BPC da história. É um desafio para nós.

Antônio Jorge Ramalho (Sae) — Antes de mais nada, ministro, parabéns pela palestra, aliás, pelo trabalho que vem sendo feito. Já na apresentação do senhor, a instrumentalização do processo educacional. Educação cidadã. Os incentivos do Estado à execução dessas políticas servem também para conscientizar o cidadão dos seus direitos, dos seus deveres, e assim por diante. Nesse sentido, o senhor termina falando sobre a questão ambiental. Gostaria que o senhor elaborasse algumas questões fundamentais, como: em que medida esses programas trazem e motivam o papel da educação ambiental? A preocupação com isso sei que existe, programa de catadores de lixo, por exemplo. Existe alguma preocupação de tornar as pessoas conscientes de sua responsabilidade já na concepção do programa ou não? Em segundo lugar, a questão da formação profissional. Em que medida o senhor enxerga esses programas também como instrumentos de educação das pessoas, não só para a cidadania, não só para conscientização de seus direitos e deveres, mas também para uma ação mais ativa, no sentido de se tornarem autônomas, independentes, quanto aos problemas futuros?

Gonzalo Enriquez (Sae) — Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o ministro pela sua apresentação, pelo trabalho que tem sido feito até agora, os dados são incontestáveis. Nesse sentido, o avanço das políticas públicas no combate à pobreza e à fome é fundamental para continuar esse ciclo de expansão coletiva, econômica e social. Do ponto de vista dos desafios, para mim fica uma questão, e acredito que a sua explanação seja fundamental. Fala-se muito da “porta de saída” — na verdade, como o senhor havia falado em outras oportunidades, é a porta de entrada a outras oportunidades que são fundamentalmente de transformar todo esse conjunto de seres humanos, que já são produtivos, que não vivem do assistencialismo, e trabalham

certamente; novas oportunidades de trabalho para faixas sociais que ainda não estão incorporadas nesses setores. Lembro de ter ouvido em outras ocasiões que a superação da pobreza não passa apenas pelo salário e as condições econômicas, passa também por todo um conjunto de oportunidades que é necessário gerar e oferecer de forma estrutural e até de forma regional. Então, novas possibilidades devem ir nesse sentido. Gostaria de ouvir seu comentário sobre esse tema.

Glauce Maria da Costa Campello (Ipea) — Pergunto em que medida o governo considera a possibilidade de transformar o Bolsa Família efetivamente num direito, como o Benefício de Prestação Continuada, compondo aí um sistema de garantia de renda? E gostaria ainda de saber se se considera a possibilidade de criar uma regra de reajuste dos benefícios, a fim de salvar essa política.

Fabio Veras (Ipc-Ig) — A minha pergunta é um pouco como a da minha colega do Ipea, basicamente é pensar no futuro do Bolsa Família. O programa nasce como uma reforma no sistema já existente de transferência de renda, e fico pensando se não seria o momento de dar um passo mais adiante na perspectiva de redução da desigualdade no Brasil e propor algo mais audacioso e que revele todas as transferências que o Estado brasileiro faz para as famílias e para as famílias com crianças. Vemos ataques sistemáticos ao Bolsa Família, por induzir a preguiça, por desvio da finalidade precípua do programa, e esquecemos que a nossa classe média, os meus pais, por exemplo, descontavam do imposto de renda o que eles gastavam com a minha educação no ensino privado. Esquecemos que existe também o salário-família que os trabalhadores do setor formal, de baixo salário, mas que

podem ser de famílias, recebem. Pergunto se não seria este o momento de a gente não só olhar para a transferência, mas olhar também para os impostos que financiam as transferências e para as outras transferências que não têm um caráter assistencial, mas que também são vinculadas à criança, e fazer uma grande reforma e mostrar o que o Estado subsidia às crianças de todos os brasileiros. E, nessa perspectiva, fazer uma reforma, algo, por exemplo, que o Uruguai acabou de fazer. Juntou-se o benefício previdenciário que já existia com o benefício “assistencial” que o programa Panes implementou em 2005, fazendo uma grande reforma, estruturando algo que passa a ser uma política, uma perna da proteção social, que dessa maneira se livra dos ataques sistemáticos, por exemplo, de possível uso político do programa ou de gerar efeitos desnecessários. Então, a minha pergunta é nesse sentido, se há uma reflexão no Ministério sobre transformar o Bolsa Família realmente num outro critério da proteção social, junto com o BPC, numa perspectiva de um direito que seja universal, que seja para todos, mas que corrija desigualdades, ou seja, os pobres continuam recebendo benefícios maiores. Se colocarmos na ponta dos lápis, não sei até que ponto a classe média brasileira não recebe benefícios maiores para seus filhos, mas essa é uma conta que acho que ninguém está com vontade política de fazer.

Agora vou responder a algumas perguntas que seguiram a mesma linha, em relação ao Bolsa Família, os seus desafios daqui para a frente. Temos uma discussão muito boa nos ministérios sobre isso. Essa ideia de que os programas sociais tendem a acabar. Os países mais desenvolvidos do mundo, do ponto de vista social – por exemplo, os países escandinavos – continuam investindo, e muito, na área social. Na medida em que as pessoas, as famílias, as comunidades pobres vão melho-

rando as condições de vida, os problemas sociais também vão se integrando, vão interagindo, vão se universalizando, vão se aperfeiçoando e vão acompanhando a ascensão das famílias, das comunidades, na perspectiva que para mim é muito cara, de uma sociedade que assegure efetivamente, de fato e de direito, para todas as pessoas, desde o ventre materno, um patamar rigorosamente comum de direitos e oportunidades. Que todos tenham rigorosamente as mesmas chances diante da vida. Quero deixar claro aqui o nosso trabalho no Ministério: não estamos lá, esses 1,4 mil bravos que estão carregando esse Ministério e fazendo esse trabalho esplêndido, não estamos lá só para acabar com a miséria extrema não. O que nos motiva é o nosso olhar mais altaneiro, mais ousado, para frente, uma sociedade igualitária, democrática, que respeite e promova os direitos humanos, mas que afirme, de forma vigorosa também, os direitos sociais, econômicos, culturais, a dignidade da pessoa humana e a expansão da vida. Nesse sentido, estamos discutindo muito as perspectivas do Bolsa Família – por exemplo, vamos mantê-lo vinculado à linha da pobreza ou vamos avançar na perspectiva da desigualdade social? Independentemente da renda, os 20% mais pobres vão receber um benefício até que o País atinja um patamar decente de relações humanas, de igualdade. É claro, não se trata ainda de uma igualdade retilínea, igualdade de direitos, de oportunidades, de chances na vida. A questão do trabalho também. “Porta de saída” é uma expressão horrorosa, porque lá em Bocaiuva, o pessoal fala que “a porta de saída é serventia da casa”, para a pessoa incômoda, desagradável. Os pobres ficaram 500 anos excluídos, 500 anos na escravidão, sofrendo a concentração da terra. Aí, de repente, as pessoas falam assim: “Quando que essa gatinha vai sair daí? Esses incômodos, esses chatos, não querem progredir na vida”. Lembro quando lançamos o Bol-

sa Família, vocês lembram disso: “Eles vão tomar cachaça com esse dinheiro”. Hoje, a gente faz as pesquisas e o dinheiro está chegando lá para as crianças, elas estão comendo, estão morando melhor, estão melhorando de vida.

Ana Paula Calil (Sae) — Na sua visão sobre o papel do Ministério, caso se consiga desenvolver o País do jeito esperamos para daqui a vinte anos, qual seria a evolução natural do Ministério do Desenvolvimento Social?

Não estou pensando em acabar com o Ministério não. Tem muita gente que acha que o Ministério é passageiro. Fizemos aqui um simpósio de desenvolvimento internacional, você vê o que a Suécia continua investindo hoje na área social. A igualdade de direitos e oportunidades exige uma vigilância permanente porque o ser humano gosta de puxar um pouquinho para si, então o Estado tem que estar sempre presente.

José Maria Reganhan (Dirur/Ipea) — A minha pergunta refere-se ao que poderia ser um desafio para o futuro e decorre de uma informação que recebi por e-mail. Como preparar as famílias para saírem com opções de trabalho e de renda dos programas sociais do governo, não só o Bolsa Família? Recebi um e-mail informando que 500 mulheres capacitadas em um curso de costureiras pelo CID Têxtil não quiseram registrar em carteira de trabalho as ofertas de emprego das empresas associadas. Soube que essas mulheres trabalhariam sem ser registradas para não perderem acesso ao Bolsa Família.

O trabalho dá dignidade às pessoas, dá autoestima, segurança, é pelo trabalho que nos inserimos na vida social, é pelo trabalho que aportamos a nossa contribuição para o bem co-

mum. O trabalho é um valor fundamental – aliás, acho que devemos dissociar o trabalho de remuneração. O trabalho tem uma dignidade em si, o ser humano se orgulha em trabalhar. Essa é uma dimensão importante. Mas há outra dimensão, José Maria, que é o seguinte: no Bolsa Família existe um conjunto de famílias que são muito pobres, gente que nunca teve chance na vida. Pessoas que no passado não tiveram os direitos e as oportunidades básicos. Temos ainda no Brasil, hoje, 11% de analfabetos. Imagina uma pessoa analfabeta hoje: terá muita dificuldade para trabalhar. Pessoa que nunca trabalhou, que está desempregada há muito tempo, pessoa que perdeu a autoestima, famílias em processo de desconstituição. Agora, trabalhamos também com trabalhadores de baixa renda. Quanto à questão do trabalho, o próximo passo é a relação com as empresas. Estamos dando grande prioridade ao trabalho, mas alguém lembrou aqui de outra dimensão: não podemos nos reduzir apenas ao valor econômico. Até separo o trabalho do econômico. A emancipação das famílias precisa de uma dimensão mais cidadã. Queremos formar trabalhadores, mas também cidadãos e cidadãs. Pessoas que tenham uma inserção na vida social. Pessoas que tenham um olhar mais alentado para o futuro, sobre a vida, sobre si mesmos. Queremos também alargar a consciência, a mente e o coração das pessoas com as quais estamos trabalhando.



PALESTRA DO MINISTRO

JUCA FERREIRA

CULTURA

PALESTRA PROFERIDA EM 11/2/2010

CICLO DE
SAE
PALESTRAS

JUCA FERREIRA

1949 Nasce em 31 de janeiro, em Salvador – Bahia.

1968 presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

1974-1978 Estudou Línguas Latinas na Universidade de Estocolmo – Suécia.

1978-1980 Concluiu Licenciatura em Sociologia do Desenvolvimento – Institut
D’ Etude du Developpement Economique et Social – Université Paris 1
Sorbone.

1981-1989 Assessor especial da Fundação Cultural do Estado da Bahia

1991-1992 Participa da construção de um dos primeiros projetos de arte-educação
do Brasil, o Projeto Axé, voltado para crianças e adolescentes em situação de
risco social.

1993-1996 Secretário municipal de Meio Ambiente, em Salvador.

1993-1996 Vereador do município de Salvador.

1993-1995 Presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente
(ANAMMA).

1997-2002 Diretor da Fundação Movimento OndAzul, entidade ambientalista
fundada por Gilberto Gil.

2000-2002 Vereador do município de Salvador.

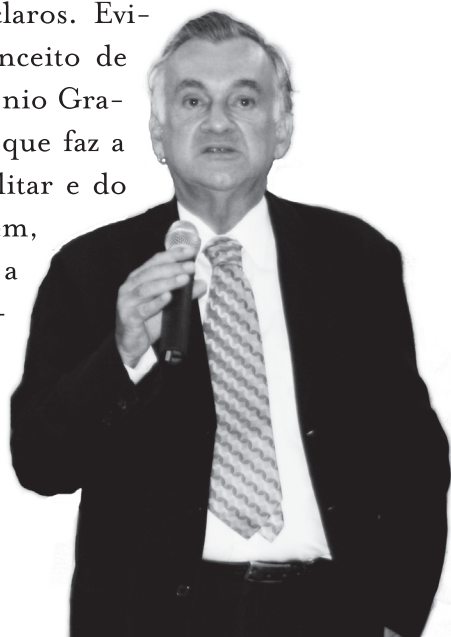
2003-2008 Secretário-executivo do Ministério da Cultura.

2008 Ministro de Estado da Cultura.

PALESTRA DO MINISTRO
JUCA FERREIRA

É uma alegria estar aqui para falar da compreensão do Ministério da Cultura, da maneira como nós estamos tratando a cultura brasileira e a relação do Estado brasileiro com a Cultura.

Primeiramente, quero falar da visão estratégica da cultura. Esse conceito de estratégia é do mundo militar e migrou para o mundo da política, e da política migrou para o mundo dos negócios e agora está migrando para as políticas sociais. Ou seja, é um conceito que vem se consolidando pelo caráter organizativo, da possibilidade de você compreender conjuntos complexos a partir de objetivos muito claros. Evidentemente, cada dimensão adapta o conceito de estratégia para o universo específico. Antonio Gramsci produziu textos sobre estratégia em que faz a diferença entre estratégias do mundo militar e do mundo da política; e os empresários também, para o mundo dos negócios, são obrigados a adaptar o conceito; e eu vou tentar desenvolver a visão a partir do mundo da cultura, que é uma dimensão importante.



Quando chegamos ao Ministério da Cultura, encontramos uma realidade assustadora. O Estado não tinha uma compreensão clara do seu papel em relação ao mundo cultural e quanto à produção simbólica brasileira. Havia até uma ideia de transferir essa responsabilidade completamente para a área privada, para o mundo empresarial. Como se isso fosse possível em um país com a dimensão do Brasil, com uma riqueza cultural como a nossa, reconhecida no mundo todo como uma das maiores diversidades culturais do mundo. O Estado brasileiro insistiu em ignorar, durante muito tempo, a importância social, a importância de projeto de qualidade de vida, a importância para o desenvolvimento, considerando que hoje está entre as três maiores economias do mundo, a que mais cresce e a que mais emprega.

O principal *slogan* do Ministério, “Cultura é um bom negócio”, reflete bem a lógica de como era encaminhada a questão cultural na época. O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), uma instituição que já foi, junto com as Forças Armadas e o Itamaraty, considerada a melhor burocracia do Estado brasileiro, a mais eficiente, a mais eficaz, tinha mais de vinte anos que não tinha um concurso sequer. Isso era reflexo do encaminhamento para essa estratégia de se ver livre da relação com o mundo simbólico, o mundo da produção cultural, toda essa complexidade que compõe o mundo da cultura. Isso não é um equívoco governamental, não é um erro ao acaso.

Na verdade, a relação do Estado com a cultura é muito difícil. Historicamente, em todos os lugares do mundo, é uma relação complexa. É uma questão vital para a formação da Nação, o desenvolvimento da sociedade, os vínculos sociais e a econo-

mia. Mas, ao mesmo tempo, ela tem uma complexidade e uma sutileza. Frequentemente, se caminha na direção da isenção e do distanciamento ou na direção do intervencionismo, do excesso de presença do Estado na produção cultural, muitas vezes até definindo correntes estéticas como prioritárias, isolando áreas do pensamento crítico. A história está cheia desses exemplos, e o Brasil viveu durante muito tempo sob a égide dessa desconfiança da produção cultural e dos seus agentes.

O Estado brasileiro está construindo sua legitimidade. Historicamente, sua margem de legitimidade foi muito pequena, de pouco reconhecimento por parte da sociedade de que ele é um ente que produz qualidade de vida, que é sensível aos interesses da sociedade, que é capaz de absorver as demandas e transformá-las em processos de construção e de fortalecimento do conjunto dos que formam a sociedade.

Essa baixa legitimidade do Estado tem a ver também com a tradição de autoritarismo. Desde que foi proclamada a República no Brasil, tivemos muitos anos de autoritarismo, de instabilidade, de regimes que não tiveram a capacidade, de fato, de criar vínculos sólidos com a sociedade, de gerar um controle social do Estado por parte do conjunto social – a não ser neste último período da República, em que estamos construindo de fato mecanismos mais profundos a partir da Constituição de 1988. A sociedade brasileira é convocada de quatro em quatro anos para votar, mas não tem muita identidade com as políticas que são desenvolvidas, a não ser em momentos excepcionais. Assim, coloca-se uma tarefa importante para este momento de construção da democracia, que é alargar a legitimidade do Estado brasileiro. Só se fortalece o Estado na medida em que este conta com a compreensão, por parte das maiorias sociais,

de que ele é um agente de construção, de qualidade de vida, de fortalecimento da Nação e dos vínculos sociais.

Essas considerações preliminares são importantes porque esta discussão é estratégica no Brasil. Estratégica na medida em que está no núcleo central de um conceito de desenvolvimento para o País. Não há possibilidade de pensar no Brasil apenas na circulação de mercadorias, no desenvolvimento da capacidade produtiva do País, na satisfação das demandas mais elementares de sobrevivência, no aumento do poder aquisitivo, na habitação. É evidente que esse conjunto que compõe as necessidades básicas mais reconhecidas pela sociedade é fundamental. Não existe possibilidade de fortalecer, de se desenvolver, se não gerarmos redução da desigualdade social no Brasil. Aumentar o poder aquisitivo por meio do aumento da capacidade produtiva da sociedade e do esforço do Estado em distribuir melhor essa renda é uma instância que já está na consciência da cidadania, já faz parte da demanda social, de um programa de cidadania.

A questão cultural sempre ficou um pouco à margem. O ministro Gilberto Gil dizia que o Estado brasileiro tratava a cultura como se fosse a cereja do bolo. Na hora da festa, convidavam-se os artistas, dava-se um brilho aos eventos, geravam-se políticas pontuais de se associar aos artistas, cantores, músicos, e outras áreas da cultura que tinham proeminência social. O Estado estabeleceu uma relação privilegiada para conseguir captar essa sinergia social produzida pelos artistas.

O primeiro esforço que fizemos, dentro dessa visão estratégica da cultura, era tratá-la como uma necessidade básica. O que diferencia o ser humano de todos os outros animais

é justamente a necessidade de simbolização, de produção de cultura, necessidade de expressão. Estamos sempre mediados pela dimensão simbólica. Existe um filme de Godard em que a mãe está lavando pratos, e a filha ao lado pergunta: “Mãe, o que é linguagem?”. E a mãe diz: “Linguagem é a casa onde a gente mora”. E a visão de cultura no sentido amplo – a produção de valores, a produção simbólica, as artes, as expressões culturais que são múltiplas, e com essa complexidade, esse mundo simbólico – ela é o que nos caracteriza como seres humanos. É uma necessidade básica. Tanto é que o ser humano produz cultura em qualquer ambiente, por mais degradado socialmente que seja. Pode-se discutir a qualidade da produção, a pertinência de valores, pode-se discutir a recriação do mundo que aquela comunidade produz, pode-se discutir tudo no mundo da cultura, e isso é uma das características mais importantes, essa diversidade de pontos de vista, essa possibilidade da abordagem infinita pela diferenciação dos pontos de vista.

Então, essa construção simbólica é um processo social, é uma necessidade, e ela se dá em qualquer situação – mas, evidentemente, se é uma necessidade básica é um direito, e se é um direito, o Estado tem a obrigação de fazer parte da satisfação dessa necessidade. A construção das condições para o desenvolvimento cultural de uma sociedade é muito complexa, principalmente no mundo contemporâneo. Não é uma produção espontânea. Devem existir escolas de formação acessíveis a todos, mesmo para os que não serão artistas; o Estado tem a obrigação de dar acesso à produção simbólica, seja em que campo for. A possibilidade de acesso à informação cultural, de acesso à produção cultural da sociedade. Sem essa dimensão, a sociedade se apequena, enfraquece seus víncu-

los. O reconhecimento mútuo, como o sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade, a capacidade subjetiva de compreender o mundo e de recriá-lo e de enfrentá-lo, e de se inserir nele são questões fundamentais nos dias de hoje.

Muitos dos intelectuais na década 1960 estranharam a importância da televisão no momento em que ela começava a se implantar no Brasil, o pipocar de antenas de televisão nas favelas brasileiras era frequentemente criticado por parte da intelectualidade, que achava aquilo um desperdício. Não havia comida na geladeira, não tinham nem geladeira, não havia luz elétrica. Por que a televisão passa a ser o objeto de desejo mais importante? Exatamente por essa importância.

Não podemos esquecer que, até o fim da década de 1950, mais de 80% da população brasileira vivia na área rural; e o desenvolvimento brasileiro a partir de 1964, particularmente, construiu um fluxo migratório para as cidades numa velocidade enorme, uma das maiores velocidades de urbanização do mundo. E aquelas pessoas recém-vindas do campo estavam em busca de educação, de saúde, de trabalho e também desse acesso à cultura.

Então, somente a televisão era capaz de corresponder, naquele momento, àquela sede de cultura, e era uma necessidade básica, independentemente da discussão sobre ser a televisão capaz de satisfazer plenamente essa demanda. Portanto, essa centralidade da cultura na vida das pessoas pode ser desdobrada, compreendida pelo menos em três dimensões. Primeiramente a simbólica, que eu estou ressaltando como uma dimensão essencial da condição humana. Depois, como direito,

à qual eu também me referi. E, por fim, como uma economia estratégica para o desenvolvimento do País.

O Brasil não compreende ainda a importância da economia da cultura. Todas as famílias políticas que se movimentam no espaço da democracia brasileira, assim como os economistas, a maioria deles, tinham a obrigação de compreendê-la porque, numericamente, em termos absolutos, já é uma economia relevante no mundo inteiro.

Nós temos uma das maiores diversidades culturais do mundo, mas não conseguimos compreender a importância e a possibilidade de alavancar nossa economia a partir disso. Não existem políticas consolidadas nesse sentido, como ocorre na área da construção civil, na indústria automobilística e em todos os setores mais tradicionais da economia, toda a área de *commodities* no Brasil. A cultura fica como um hiato, como algo que não faz parte do mundo da economia. Isso é um *gap* (uma lacuna) no conceito de desenvolvimento do País, pois, ao mesmo tempo, temos uma cultura que é atraente para o mundo inteiro. Vejamos o exemplo da música brasileira. Desde a década de 1950, nossa música passeia pelo *hit parade* da Europa, dos Estados Unidos. Quando estava exilado na Suécia, fiquei impressionado porque os suecos pensavam que “Brasileirinho” – aquele choro conhecido, importante aqui na produção do choro brasileiro – era sueco porque, como era orquestrado, ele tocou muito na década de 1950, virou uma música popular sueca. Eles apresentavam frequentemente em festas, dizendo: “Olha, você conhece essa música?”. Eles deram outro título à música, que não “Brasileirinho”.

A presença econômica da música brasileira no mundo é fruto do esforço individual de cada artista e do seu produtor. As empresas que exploraram a música brasileira o tempo inteiro e que só agora entraram em crise – está se recompondo o modelo de negócio na área da música no Brasil – não tinham interesse em botar música brasileira concorrendo com a música dos países centrais, que correspondem às sedes dessas empresas.

Então, atingimos algo impressionante: a música brasileira é considerada a música mais bonita do mundo ou a segunda, no máximo a terceira. Trata-se de algo que se afirmou por força da sua qualidade e do esforço individualizado dos próprios artistas e dos seus produtores individuais. Nunca tivemos uma política para colocar a música num patamar satisfatório do ponto de vista econômico.

É igualmente impressionante que o Brasil seja um dos poucos países do mundo, fora os Estados Unidos, em que 80% da música que é consumida e veiculada no País seja nacional. E nem isso chamou a atenção. É como se a bola estivesse quicando na porta do gol e nossos economistas e estrategistas de políticas públicas da área de economia não tivessem a capacidade de perceber o potencial econômico que tem uma atividade dessa ordem. Menciono a música como paradigma.

Igualmente, na indústria de animação há uma quantidade enorme de brasileiros (diretores, artistas, roteiristas, desenhistas) e há um esforço para se estabelecer uma política nessa área no Brasil, mas encontram-se barreiras mesmo na fase do convencimento.

Essa área da economia, essa terceira dimensão que chamo de atenção da cultura, conta com uma incompreensão profunda, uma incapacidade de compreender cultura econômica, que é uma economia estratégica. Essa área já é responsável, segundo o Ipea e o IBGE, por pouco mais de 5% do PIB brasileiro – sem mencionar as repercussões nas cadeias produtivas, porque esta pesquisa ainda não foi feita. E temos aqui ainda a geração de quase 6% do emprego formal do Brasil, mais do que a indústria da construção civil, mais do que muitas dessas economias que contam com um carinho enorme por parte das políticas econômicas de governo, no sentido de protegê-las e alavancá-las e de dar uma dimensão de fato.

Portanto, o Ministério da Cultura está trabalhando a cultura em três dimensões. A primeira, como fato simbólico, como dimensão importante da constituição do conceito de Nação, de desenvolvimento do povo brasileiro, da capacidade do povo brasileiro de recriar o mundo e de interpretá-lo e se mover nele. Aqui, a expressão povo brasileiro deve remeter a coletividade, mas pode ser considerada individualmente também, porque a cultura tem essa capacidade: potencializar os indivíduos que têm acesso pleno à cultura a um deslocamento dentro da sociedade no sentido de se inserir no mercado de trabalho, como cidadão, como capaz de ser um ente produtivo dentro da sua comunidade, do seu país.

A segunda dimensão é a do direito. Os números no Brasil são escandalosos. Sempre soubemos que quando fizéssemos a pesquisa sobre o índice de acesso à cultura no Brasil, nos depararíamos com algo assustador. Nem mesmo no Governo Lula havia sido feita essa pesquisa, porque a cultura nunca foi tratada como política pública. Na medida em que a ques-

tão é tratada como política pública, os dados são necessários, precisa-se de informações detalhadas sobre o desenvolvimento daquela atividade para definir quais são as metas, as estratégias, as táticas que serão utilizadas para ampliar o acesso e o desenvolvimento daquela atividade.

Somente 5% dos brasileiros entraram alguma vez na vida em um museu, só 13% dos brasileiros vão ao cinema com uma frequência média de uma vez por mês; 92% dos municípios brasileiros não têm um cinema sequer, nem um teatro, nem um centro cultural; apenas 17% dos brasileiros compram livros.

Então, quando se fala da falta de acesso pleno à cultura, isso significa que o povo faz cultura independentemente do Estado, independentemente das condições sociais e econômicas a que se tem acesso. E faltam no Brasil as condições básicas para o desenvolvimento cultural. O Estado é o grande ausente desse processo. Não podemos esperar que o mercado resolva isso, porque este tem interesse nas áreas lucrativas da atividade cultural.

Para se garantir, por exemplo, o desenvolvimento da música no Brasil, não se pode viver apenas da geração espontânea de músicos. É preciso ter escola de música, é preciso que no ensino básico a música tenha presença, que haja escolas especializadas para que tenhamos mais talentos se desenvolvendo. Mas nada disso é acessível no Brasil. O mesmo se aplica ao teatro, à dança e a qualquer área da atividade cultural, pela complexidade, pelo desenvolvimento. Sem esse suporte de educação e de capacitação, é impossível de fato garantir desenvolvimento. Portanto, essa ausência do Estado é absolutamente prejudicial. E a questão cultural funciona como um fator de qualifi-

cação dos ambientes sociais e das relações sociais. Essa é outra dimensão facilmente comprovada.

Tenho interesse pela relação da cultura com a segurança, por isso participei de alguns estudos sobre segurança social, um deles em El Salvador, onde americanos e canadenses apresentaram trabalhos que, como alguns estudos brasileiros, comprovam que onde há desenvolvimento cultural a violência cai de modo significativo. A famosa política de tolerância zero americana que foi aplicada inicialmente em Nova Iorque, de punir todas as infrações, mesmo as pequenas, e criar uma relação com a lei de respeito às regras sociais – não se tratava de algo puramente repressivo – tinha essa dimensão. Mas a ideia era dotar as comunidades com alto nível de violência de equipamentos culturais, com a possibilidade de acesso pleno para que elas vivessem um processo de qualificação das relações sociais em seu meio. Nos becos americanos, nos becos negros, latinos, de imigrantes, principalmente em Nova Iorque, foi implantada uma política de desenvolvimento de centros culturais e esportivos, que também nesse aspecto têm uma importância grande, e isso deu resultados, junto com as ações de repressão a todo o hábito antissocial, mesmo os menores. Porém, o que teve repercussão no Brasil foi o aspecto repressivo. É da natureza da imprensa, do governo e da opinião pública brasileira se relacionar mais com esse aspecto, acreditar que, por meio da repressão, consegue-se qualificar os ambientes sociais.

Estamos à frente no Brasil. O povo brasileiro desenvolveu uma verdadeira estratégia social. E não é só o governo. Não é apenas o empresário. Não são somente os militares que pensam em estratégia. Na verdade, a população brasileira desenvol-

veu uma estratégia, eu diria com um grau de espontaneidade razoável, uma vez que não há contato entre eles, de utilizar a cultura para compensar a ausência do Estado em suas comunidades. A cultura é um instrumento socialmente presente, constituído por organizações da própria comunidade, por intelectuais orgânicos, por organizações não-governamentais, por igrejas, grupos de capoeira, cineclubes, grupos de dança ou de música. Existem no Brasil cerca de 200 mil grupos culturais nas favelas, nas periferias das grandes cidades, nos assentamentos rurais, nas tribos indígenas. Chama atenção a quantidade de indígenas que fazem filmagens. Isso é fruto de grupos culturais existentes dentro das comunidades indígenas. Portanto, é uma quantidade enorme de grupos culturais existentes na sociedade que nunca tiveram visibilidade nem para a imprensa nem para os governos municipais, estaduais e federal.

Fica clara, portanto, a necessidade de qualificar seus ambientes por meio da atividade cultural. Trata-se do sentimento de pertencimento, da capacidade de compreensão mais complexa do mundo, do deleite estético – que é uma dimensão pouco lembrada na sociedade brasileira, mas é um direito, é uma dimensão incontornável. Cada indivíduo escolhe qual é o instrumento, o estilo, o artista, a linguagem com que ele mais se afina, mas não há a possibilidade de se viver sem criar relação com essa dimensão, que é tão importante quanto a alimentação. Os quase 200 mil grupos existentes na sociedade tiveram reconhecimento pela primeira vez no nosso governo: o Estado brasileiro transformou-os em pontos de cultura. Foi uma ideia do ex-ministro Gilberto Gil, que disse: “A estrutura cultural do corpo social brasileiro se parece com os pontos dos meridianos, e é preciso massageá-los, fazer uma espécie

de *do-in* antropológico para que a gente tenha a liberação das energias dessa dimensão”.

É essa a estratégia que estamos desenvolvendo. Primeiro, reconhecemos a cultura como uma necessidade. É obrigação do Estado realizar esse direito da comunidade, o direito de acesso a recursos públicos (os quais nunca chegaram nem para boa parte dos artistas e muito menos para essa produção cultural). Tivemos até de reconhecer a excelência de alguns desses grupos culturais, porque nem todos realizam ação social como é concebida no Brasil, ou seja, algo de segunda categoria para os sem-cidadania. Muitos desses grupos sociais são reconhecidos no mundo inteiro. Poucos tiveram alguma proeminência social, principalmente os que se desenvolvem com estratégia de aparecer na mídia, no momento do carnaval, ou em outros momentos – não é o caso das escolas de samba, dos blocos afro da Bahia, dos maracatus, esses têm alguma proeminência.

Algumas situações me emocionaram completamente. Por exemplo, visitando a Zona da Mata de Pernambuco, fui convidado para assistir à apresentação de um grupo de música clássica composto por lavradores. Eles trabalham até cinco horas da tarde na lavoura e vão tocar com o maestro – este é de origem da cidade e estudou em São Paulo, mas quis voltar para prestar um serviço social e montou um grupo cultural musical. Então, os lavradores saem direto da lavoura para tocar Bach, Vivaldi, Villa Lobos. E o interesse da comunidade por aquela apresentação é enorme. Eu me emocionei.

Outra experiência emocionante: uma biblioteca que funciona sobre uma palafita na favela mais violenta de Pernambuco. Eu li uma matéria em um jornal pernambucano sobre o

criador da biblioteca, e dizia que ele era um traficante de livros. Como era a favela mais violenta de Pernambuco, a imprensa criminalizava toda a comunidade, quando na verdade os traficantes são uma organização numericamente insignificante dentro da coletividade. É a maneira como a exclusão social acaba estigmatizando aquela comunidade. Então ele, trabalhando, eu diria com uma inteligência política razoável, declarou-se traficante de livros. E na porta da biblioteca, na palafita, havia a seguinte frase: “Nós não somos pobres, nós somos roubados”. Uma frase enigmática que reflete que o camarada estava ligado nas condições sociais de desenvolvimento dele e da comunidade.

Eu quis visitar esse local sozinho, como ministro, mas o governo não deixou. Fui com um aparato de polícia militar impressionante, parecia que estávamos no Iraque, visitando uma esquina daquelas mais perigosas do Iraque. E a comunidade apontava para os policiais militares e dizia: “Eles frequentemente vêm aqui, ministro, para matar jovens”. Havia assassinado cinco jovens 15 dias antes, e quatro deles não tinham nada a ver com o tráfico. Foi vingança, por causa do enfrentamento com os bandidos que vivem naquela área. Visitei a biblioteca, evidentemente precária, mas com quase mil livros, porque ele já tinha despertado a solidariedade das pessoas. Ele abordava algumas pessoas no sinal de trânsito pedindo livros e estava compondo a biblioteca dele. Eu perguntei assim, como gesto político também, como ministro: “Você quer que façamos, ali em terra firme, uma biblioteca de qualidade?” Ele disse não. “Enquanto minha comunidade viver nessas condições, essa biblioteca tem que estar compartilhando com ela a condição de palafita”. E eles são milhares. O cálculo que o Ministério faz indica 180 mil grupos desse tipo.

Quando secretário-executivo do Ministério, recebi uma visita dos Bororos, uma etnia conhecida mundialmente, uma das tribos estudadas por Lévi-Strauss no Brasil. Eles disseram: “Queremos conversar com o ministro Gilberto Gil. Tem mais de cem anos que os salesianos chegaram à nossa tribo e proibiram os rituais de contato com os antepassados”. Trata-se do ritual principal da transmissão cultural deles, a manutenção das suas tradições. “É com nossos ancestrais que a gente vai buscar a partida para continuar a viagem. E eles proibiram também a tribo de ser redonda”. Veja só que demanda. “Desde que os salesianos chegaram transformaram a tribo em quadrada, e a gente quer que a tribo seja redonda”. Achei aquilo tão incrível que eu disse não, vocês não vão subir para falar com o ministro, vamos para a tribo. Nunca vi uma situação de delírio coletivo tão grande. Quando nós chegamos à tribo, os índios corriam por todos os lados, numa alegria imensa. E todos que chegavam perto do ministro Gil, pegavam no braço dele e diziam: “Ministro, a tribo tem que ser redonda”. É impressionante o grau de etnocentrismo cultural e como se usa a cultura como um sistema de colonização e de domínio. Pegar um elemento redondo, e que é básico para o princípio de coerência com a cosmovisão daquele povo, e transformar em quadrado, quando havia aquela consciência!

Meninos, jovens e velhos, todos diziam que a tribo devia ser redonda. Pode aparentar algo extremamente secundário, mas isso é questão de autonomia, de construção do mundo, de reconstrução do mundo, de coerência com sua cosmovisão. E quando o cacique foi falar, ele disse, com um sorriso no canto da boca: “Precisava ser um preto para vir aqui reconhecer nossos direitos de indígenas”. Estava-se, ali, recuperando uma relação que foi histórica no Brasil no período da escri-

vidão, uma aliança que existia, na maioria das vezes, entre os quilombos e as tribos. E disse ainda: “Ministro, nós queremos ser índios, porque jamais seremos vocês. Se nós abdicarmos de sermos índios e tentarmos ser vocês, nós não seremos nem nós nem vocês. Então nós queremos ser índios, mas gostamos de muitas coisas de vocês. Gostamos de novela das oito, de parabólica, de computador, de câmera de filmar”. Ou seja, naquele momento ele definiu a estratégia que o Ministério tem adotado para a relação com os índios. Eles é que devem definir o quanto índio eles querem ser e o quanto eles querem assimilar dessa assimilação inevitável. Não adianta os antropólogos quererem manter – alguns, evidentemente – quererem manter esses indígenas como eram antes do contato com a nossa sociedade, antes de 1500. Porque, na verdade, todo contato humano, toda experiência humana faz que se avance em alguma direção. E é inevitável o fascínio por boa parte do que nós significamos para quem vive na selva, na floresta. E isso tem dado uma rentabilidade enorme na relação com o Ministério da Cultura.

Por exemplo, um antropólogo pensou, há trinta anos, que, se disponibilizasse tecnologia moderna, como câmera de filmagem digital, para os índios, inevitavelmente a juventude que ia manejar tal câmera ia acabar filmando a partir da ótica do índio e iria se interessar pela cultura indígena. Então, em vez de o contato com nossa cultura ser um sistema de alienação das suas tradições culturais e da sua condição específica, aquela tecnologia moderna poderia representar um empoderamento da capacidade de sobrevivência das tradições e adaptação da convivência com a nossa sociedade. E disse certo. Hoje são centenas de grupos de filmes indígenas, que até estão ganhando prêmios internacionais com a produção deles, porque

muitos são de boa qualidade. E a linguagem visual é de fácil assimilação, até muito mais por eles do que por nós. É um campo da linguagem em que eles têm mostrado uma capacidade de desenvolvimento enorme.

E por que destaco tais fatos? Porque vão além de uma necessidade básica, de todo ser humano, até individualmente, da construção dos vínculos sociais, identitários e de qualificação da capacidade de enfrentar o mundo, de reproduzi-lo, de compreendê-lo, de vivenciá-lo de forma prazerosa, por meio do deleite estético que a produção simbólica traz, de construção de identidade, de inserção no mundo. Alguém já disse que os artistas são a antena da raça, são eles que interpretaram o que estamos vivenciando e não fomos capazes de compreender, por sua complexidade. Alguns artistas entre nós fazem isso. Durante a década de 1960, Caetano, Gil e muitos outros foram capazes de nos dar o sentimento de algo que vivíamos naquele momento e que, certamente, sem eles, seríamos capazes de compreender com um grau infinitamente inferior ao que é possível depois dessa contribuição. Portanto, essa dimensão é relevante.

Existe essa dimensão da construção e da qualificação do ambiente social, da capacidade de enfrentar diversas condições que os seres humanos têm colocadas diante de si. Assim, chegamos a uma questão estratégica, fundamental. O Brasil será a quinta economia do mundo. Os cálculos dos economistas mundiais, em geral, falam no máximo em dez anos. Estamos caminhando fortemente para isso. Temos todas as condições de nos tornar uma das maiores economias mundiais. Há muitas economias fortes que não são acompanhadas de desenvolvimento social, com a estrutura de desigualdade social. Por

exemplo, os países árabes: estão entre os países mais ricos do mundo, mas muitos deles vivem em condições sociais absolutamente injustas, com uma desigualdade monstruosa.

Se queremos, de fato, construir a sociedade que sonhamos, temos de alargar o campo de visão do projeto de desenvolvimento do País. Para uma abordagem mais profunda da construção da igualdade social, devemos pensar em uma política social de construção de igualdade. Isso me parece profundamente didático, no sentido de organizar esse campo que está em marcha no Brasil. Pela primeira vez, o desenvolvimento foi associado à construção de igualdade social. Conseguimos incorporar quase 40 milhões de pessoas nos últimos dez anos, mesmo que precariamente, na economia. E foi esta incorporação que tornou o Brasil capaz de enfrentar a crise mundial com poucos danos para sua estrutura econômica. Vivenciamos a crise, as estatísticas sobre a área industrial foram publicadas nos jornais na última semana, e vê-se o impacto que a crise internacional teve, mas fomos uma das primeiras economias do mundo a sair da crise econômica. Por quê? Pela ampliação do mercado interno. Pela incorporação das pessoas.

Então, até sob o ponto de vista puramente capitalista da circulação das mercadorias, é estratégico para o Brasil corrigir o rumo do seu desenvolvimento e incorporar as pessoas. O País não pode continuar com um mercado interno do tamanho da Inglaterra, uma pequena ilha. Somos um país de 200 milhões de habitantes. Porém, sob o ponto de vista social, é fundamental criar solidariedade, criar vínculos, criar possibilidades para que todos se sintam satisfeitos com o País ao qual pertencem — isso é estratégico. Porque temos uma das maiores reservas de petróleo do mundo, considerando o pré-

sal; temos a maior biodiversidade do mundo, que é outra área subestimada pelo Brasil, pois continuamos destruindo as florestas, como quando os portugueses chegaram aqui, sem compreender que ali havia uma riqueza fantástica. Vê-se que a indústria farmacêutica do mundo, a indústria de cosméticos, a indústria alimentar, têm vindo ao Brasil, não com biólogos ou botânicos, mas tem trazido para o Brasil antropólogos para conversar com os índios, com os caboclos para saber o que eles sabem dessa biodiversidade. Levam uma caneta e um pedaço de uma folha para investigar se é real o princípio ativo que a população usa, e então o patenteiam. Já são quase duas mil patentes. Há uma lista das patentes no Congresso: chá de cidreira, capim santo, quebra-pedra, por exemplo, estão nessa lista. Portanto, os laboratórios internacionais que não têm esse defeito básico da sociedade brasileira, de só acreditar no conhecimento produzido nas universidades, eles estão vindo diretamente com antropólogos, e não com biólogos para olhar a floresta. Eles querem saber o que o povo brasileiro sabe. Há pesquisadores nas manchas de Mata Atlântica do Brasil investigando também o que aquela biodiversidade guarda como informação econômica importante.

Então, é fundamental incorporar economicamente o povo brasileiro. É importante agregar valor ao desenvolvimento brasileiro. Não podemos pensar como pensávamos na metade do século passado, éramos uma China da época. Tivemos um dos maiores índices de desenvolvimento econômico, mas com enorme custo social e ambiental. Estamos pagando o preço até hoje.

Passei doze dias na China com o vice-presidente, assinando uma série de tratados, acompanhado por uma pessoa da

Academia de Ciências que falava português perfeitamente. Quando senti que já havia certa intimidade, perguntei: "Já vi o lado bom da China, agora me conte quais são os problemas da China". Ele riu e disse: "Vou contar um só que, aliás, não gostamos de tratar externamente, mas é algo que vocês conhecem muito bem no Brasil. O desenvolvimento chinês como está se dando é concentrado em oito cidades. Mas somos 1,3 bilhão de chineses e a grande maioria vive no campo. E não estamos conseguindo levar a modernização para o campo. Porque se levamos a máquina, criamos desemprego. Se transformarmos em agronegócio, no modelo ocidental, também. A pressão para migrar para as cidades é enorme. Se no Brasil – ele sabia os índices; até a década de 1960 mais de 80% dos brasileiros viviam em área rural, agora 83% dos brasileiros são urbanizados, fruto dessa migração desordenada –, ele disse: "no Brasil foi dramático, vocês pagam até hoje o preço. Imagine na China, se perdermos o controle dessa migração para as cidades!" E a pressão está enorme, os chineses agora têm um passaporte: só podem se mudar de uma cidade para outra com autorização, com um carimbo no passaporte, exatamente pelo receio de constituir essa tragédia que seria a desorganização do tecido social. E ele disse com a maior sinceridade: "A China ainda não tem saída para o fato. Estamos com uma estratégia periférica para tentar atrasá-lo enquanto pensamos na possibilidade de correção do desenvolvimento do país. Por exemplo: a TV digital da China vai começar na área rural, exatamente para criar um *plus* de qualidade de vida e eles se sentirem menos motivados a irem para as cidades".

Portanto, a conclusão é que não basta incorporar economicamente as pessoas. Não basta aumentar seu poder aquisitivo. O resultado disso seria apenas a ampliação do consumo de pro-

teína e carboidrato. Dinheiro no bolso e cabeça vazia é vendaval. Então, é necessário constituir também o desenvolvimento cultural do povo brasileiro. Há dois vetores estratégicos para a sociedade brasileira. Desses dois, um já está consolidado: a consciência da necessidade de educação de qualidade para todos os brasileiros. Persequimos isso, ainda estamos Tateando, ainda estamos construindo o modelo brasileiro de garantia de educação de qualidade para todos, mas já está na consciência da cidadania a necessidade de ampliar, universalizar o acesso à educação. Não basta universalizar a educação, não basta ter uma estatística de 99% dos jovens e das crianças na escola. É preciso que a escola pública seja capaz de garantir a mesma qualidade de educação numa cidadezinha no interior do Amazonas e em Ipanema ou nos bairros ricos de São Paulo.

Mas isso ainda é pouco. A cultura é o que dá possibilidade do sentimento de pertencimento à mesma nação. É preciso que o gaúcho, o paraense, o baiano, o pernambucano e o goiano se sintam pertencentes à mesma nação, com a mesma possibilidade de acesso ao mundo simbólico dessa sociedade. É preciso enriquecer esse mundo simbólico. Porém, há um dado importante, com o qual nem mesmo as pessoas mais intelectualizadas lidam, e ele é estratégico. Até o fim do século XIX, éramos uma nação construída a partir do amalgamento, dentro de condições dramáticas, de portugueses, povos indígenas e africanos que vieram como escravos para trabalhar nas lavouras brasileiras e na mineração. No entanto, hoje o Brasil é o País mais complexo, sob o ponto de vista étnico e cultural, do mundo. Há mais libaneses no Brasil do que o Líbano. Temos quase 30 milhões de descendentes de italianos e a maior colônia japonesa no mundo. Praticamente todos os povos do mundo compõem, como parte significativa ou não-significa-

tiva, o povo brasileiro. E isso tem relevância. Somos uma Nação de boa cepa, com generosidade, capacidade de dialogar.

Vejam um reflexo disso: o Ministério da Cultura recebeu mais de trinta pedidos de realização do Projeto Ano do Brasil – Itália, Portugal, Espanha, Inglaterra, China e outros. Mas não temos dinheiro para fazer tantas edições do Projeto Ano do Brasil, e tive que procurar alternativas. Então, o embaixador da Bélgica marcou uma reunião com autoridades culturais de seu país e vão realizar o Ano do Brasil na Bélgica, independentemente do nosso Ministério. Porém, eles querem alguma contribuição. Eu disse a ele que estamos recebendo uma enorme quantidade de pedidos. Ele disse: "O Brasil hoje se tornou um *player* mundial, é uma economia importante, tem um presidente que é um astro *pop* do mundo, há uma compreensão da importância dele, do que ele fala. Mas não é apenas isso. Sabe por que estou aqui? O máximo que conseguimos na Europa foi pedir tolerância entre os diferentes, mas vocês parecem extrair prazer das diferenças". Isso é uma sinalização estratégica para o nosso País. Agora, é preciso construir igualdade, é preciso construir os canais de amalgamento contemporâneo.

O diálogo intercultural é estratégico para o Brasil. É fundamental. Visitei áreas do Brasil que nunca imaginei que existissem. Por exemplo, existe uma região do Paraná em que moram 500 mil ucranianos que começaram a migrar para o Brasil no fim do século XIX. Vivem ainda como ucranianos, mas eles se sentem brasileiros. Perguntei se alguém saído dali havia se tornado proeminente no Brasil. Então me deram uma lista enorme de pessoas de origem ucraniana. Começaram com (o poeta) Paulo Leminsky. E choraram quando eu

disse a seguinte frase – visitei oito comunidades e nas oito expliquei o mesmo – “Vocês são brasileiros e o Brasil é generoso o suficiente para não exigir que vocês se aculturem e abandonem suas raízes. O importante é vocês constituírem iniciativas que contribuam para o adensamento da identidade brasileira a partir dessa contribuição singular de vocês”. E alguém falou, em nome da comunidade: “Eu tenho um livro escrito sobre a luta de um ucraniano contra o regime autoritário do Brasil”. Ou seja, ele disse que somente uma pessoa que se sente brasileira é capaz de colocar sua vida em discussão. É preciso constituir essa complexidade, pois ela não é uma coleção de excentricidades.

A política do multiculturalismo que os Estados Unidos desenvolveram na verdade aprofunda a desigualdade porque diz o seguinte: a comunidade negra fala um inglês específico, então os professores vão educá-la dentro do inglês que aquelas pessoas falam. Ou seja, reconhecem uma singularidade, mas não criam canais de universalização e de desfrute dos bens e serviços universalizados de que a sociedade dispõe. E o que é pior: existem poucos canais de interatividade porque não basta dialogar. É preciso assimilar. E isso é o que o Brasil faz de melhor. A nossa identidade é complexa, com desigualdades, mas com enorme potencial de construção de um sentimento de pertencimento ao mesmo povo. Todas as nações do mundo que são ricas em energia, em água, em biodiversidade, em minerais, como é o Brasil, são alvo da cobiça internacional, e são alvo de ações no sentido de desagregar o tecido social. O Líbano já foi o paraíso da convivência social do Oriente Médio. E, artificialmente, de fora para dentro, inocularam o ódio ali entre aquelas comunidades de diversas situações culturais. Muçulmanos de vários matizes brigam entre si, bem

como católicos etc. E não estamos livres disso. É preciso, na medida em que crescemos, ir fortalecendo a coesão social. Tal fortalecimento é construção de igualdade, de justiça social, de acesso, de sentimento de pertencimento e de constituição de uma superestrutura identitária que seja capaz de agregar essa diversidade que o Brasil hoje concentra. Esse é o epicentro. Além disso, a economia da cultura pode se tornar a economia mais importante do Brasil, junto com a economia oriunda da biodiversidade brasileira. E não se trata de longo prazo, mas de curto prazo. Se montarmos uma infraestrutura para o audiovisual, para animação, para a música brasileira, seremos capazes de produzir renda e emprego numa escala não vista. Porque espontaneamente chegamos a 5%, e o próprio Ipea e o IBGE constataram que mais da metade dessa cultura (quase 53%) está na informalidade, não é reconhecida pela sociedade e não gera recursos porque não há impostos. Portanto, a compreensão generosa da cultura passa também por uma visão pragmática de incluí-la no cerne de projeto de desenvolvimento do País, na economia, nas estratégias de aprofundamento da coesão social e da identidade de todos os brasileiros, na necessidade de lidar com as adversidades. Adversidade não é um fator de enfraquecimento da Nação, muito pelo contrário. Quando se vê um gaúcho numa manifestação musical ou de dança, sabe-se que é do Rio Grande do Sul, mas sabe-se também que é parte do País. O mesmo acontece quando se vê um samba carioca, um maracatu. Temos uma matriz positiva, o que não se pode é fingir que não existe discriminação, racismo, incapacidade social de incorporar todos os brasileiros, desigualdade profunda e um sistema que, se deixarmos à mercê das leis do mercado, sem as regras do mundo público, vai gerar concentração. É a lei do mais forte, sempre. Do dinheiro aplicado pelo Ministério da Cultura, 80% ficam em

dois estados do Brasil: Rio e São Paulo; 60% ficam em duas cidades e, dentro dessas cidades, 3% dos proponentes ficam com 53% do dinheiro do Ministério. É essa a realidade que encontramos ao assumir a Pasta.

O Brasil tem o parque arqueológico mais importante do mundo, na Serra da Capivara, no interior do Piauí, com os traços mais antigos da presença do ser humano no planeta. Cientificamente é exemplar: ganhou uma polêmica intelectual com a Academia de Ciência da França porque aquele país queria manter o privilégio de ter a marca mais antiga. Depois de muito debate, eles reconheceram que, sob o ponto de vista de parque, é exemplar. E ainda assim, não se consegue um tostão de investidores! Um diretor de *marketing* de uma grande empresa me disse: “Ministro, o senhor quer eu enterre dinheiro no interior do Piauí?”. Compreendo e, aliás, louvei a sinceridade dele. Quando uma empresa se associa à Lei Rouanet, ela quer retorno de imagem. E o retorno de imagem quem pode dar são os segmentos mais bem aquinhoados da sociedade, nas cidades mais desenvolvidas, nas atividades culturais das classes que são consumidoras em potencial. Jamais vão investir em escolas de artistas, escolas de técnicos para cultura. É incontornável o papel do poder público, ora regulando, ora distribuindo, ora potencializando. É isso que precisamos aprender no Brasil, a constituir um Estado a serviço da sociedade, não a serviço de partidos, não a serviço de grupos, não a serviço de segmentos de empresários. A esfera pública é a dimensão que falta consolidar no Brasil para que, de fato, caminhemos na direção do País que queremos, e a cultura é essencial dentro desse programa.

Ana Paula Saad Calil (SAE) – Como libanesa, descendente de libaneses, eu tenho muito orgulho disso no Brasil, do fato de sermos um só, apesar das diferenças culturais. Mas aí vem minha dúvida. Algumas políticas que estão sendo feitas, baseadas puramente na questão racial, têm gerado em algumas pessoas esse medo de que parte disso se desfça, porque não é simplesmente social. Elas são baseadas nas diferentes raças que estão aqui no Brasil. O senhor acredita que isso possa ter influência negativa?

Primeiro, eu não acredito que exista raça. Acho que a ciência não conseguiu ainda caracterizar uma diferença significativa entre os seres humanos que caracterize raças. Isso já é um ponto de partida da ciência mundial. De vez em quando, aparece alguém dizendo que existe raça. Recentemente, um prêmio Nobel disse que os negros não deram nenhuma contribuição para o desenvolvimento da sociedade. É o racismo europeu se manifestando para além da ciência. Porém, socialmente existe raça. Na Suécia, fui considerado preto, morei oito anos lá. O mesmo xingamento que valia para Pelé valia para mim. Svartskalle, que significa cabeça negra. A partir do pelo negro, ou seja, a partir dos não louros, é sub-raça. Italianos sofrem essa discriminação, portugueses, espanhóis e, evidentemente, com maior intensidade, os negros, árabes e indígenas. Cada sociedade organiza seu cabedal e sua coleção de preconceitos. No Brasil existe racismo, existe reprodução da desigualdade. Os números estão provando que a desigualdade existe e ela se reproduz, então precisa-se de política pública. Sou a favor de cotas para que se tenha, no curto prazo, gerais negros, empresários negros, presidentes negros, governadores negros, como parte da oferta. A nossa diversidade tem que ter direitos e oportunidades iguais na nossa sociedade. Para isso, é preciso saber que somos diferentes. Porque até a geração de Jorge

Amado o medo do racismo e dessa desagregação a partir das diferenças, como existe nos Estados Unidos, como existe na Inglaterra, como existia na África do Sul, levou o povo brasileiro a se declarar mestiço e igual. Isso é medo de ver a realidade. Os números provam: a maior parte da mortalidade ocorre entre os negros, bem como maior desemprego, dificuldade de acesso à educação, maior mortalidade por morte violenta, maior incidência na marginalidade. Então é um fato social.

Quando nós abolimos a escravidão, jogamos nas periferias das grandes cidades uma massa de negros enorme, sem nenhuma política no sentido de inserção e de acesso aos bens. Então é preciso ter cotas. A política de cotas é uma política de curto prazo, como foi nos Estados Unidos. Hoje se observa nos Estados Unidos uma quantidade enorme de empresas com políticas de cotas, fruto de uma luta intensa. Nossa realidade é diferente, é aí que começa o erro de algumas lideranças do movimento negro e da formulação. Acredito que racializar a questão é um equívoco. É preciso tratar a diferença como uma produção social e construir mecanismos de inserção plena de todos os segmentos, principalmente os mais atingidos. Isso nos remete a uma discussão que foi muito importante no Brasil. A democracia vive de política universalizada, ou seja, a disponibilização, para todos, de direitos e oportunidades iguais. Mas quando a sociedade se mostra resistente a oferecê-los para todos, são necessárias políticas focadas. Por exemplo: é preciso uma política para mulheres. Para garantia de seus direitos plenos e em pé de igualdade com os homens, colocá-las num patamar maior do mercado de trabalho, acesso à educação qualificada. Para os negros, ou afrodescendentes, ou que nome se queira dar ao segmento, aos que são marcadamente de origem dos que vieram para o Brasil como escravos,

isso é fundamental. É algo que vai fortalecendo o tecido social e criando, de fato, uma possibilidade de igualdade. Então, ao mesmo tempo em que o perigo da racialização existe e isso pode gerar uma desagregação, uma perda de sentimento de identidade, fingir que não existem diferenças, desigualdade, discriminação, racismo e capacidade de reprodução da desigualdade, seria o pior dos caminhos. É preciso enfrentar com muita franqueza esse problema, que é muito sensível.

Durante minha infância, na Bahia, a sociedade ainda não estava com esse nível de violência, e por volta dos dez anos de idade, a composição do meu grupo de amigos era de pretos e brancos. Contudo, à medida que o tempo foi passando, os pretos foram desaparecendo. Isso não me chamou a atenção, à época. Até que um dia, quando estudava no Colégio Militar, estava no ponto de ônibus voltando para casa e vi um amigo meu, que tinha desaparecido há muito tempo, vendendo amendoim perto do ponto de ônibus. Eu percebi que essa questão é incontornável. Eu tive a oportunidade de entrar numa escola de qualidade e seguir porque era classe média e porque tinha já uma origem na sociedade que me permitia isso, e ele teve que ir pelo caminho de sair da escola e vender amendoim porque não tinha acesso às condições necessárias para que se dedicasse principalmente à formação dele. Isso é o comum. É preciso oferecer meios, e não podemos tratar desiguais como iguais. Um dia não serão mais necessárias políticas focadas, haverá apenas políticas universais. No entanto, vai ser preciso um esforço muito grande para isso, e não é preciso racializar, desenvolver ódio. Creio que o combate ao racismo é uma questão de todo homem e de toda mulher de bem. Sinto-me mobilizado para isso, até porque já experimentei o gosto de ser discriminado. Uma vez, estava em um ônibus, e

uma bicicleta próxima a mim caiu, durante uma curva. Tentei segurar a bicicleta e, sem querer, peguei no ombro de uma senhora, e a cara dela de medo, ódio, nojo, porque eu era cabeça negra me impressionou. Eu nunca vou esquecer do rosto dela. Medo. Certamente ela achou que eu estava tentando tirar a alça da bolsa dela. E há brasileiros que vivem isso diariamente. A maioria não é racista. Eu não acredito que sejamos uma sociedade racista, mas é uma sociedade que convive com um grau de discriminação. E temos, de fato, de garantir a esses novos grupos possibilidade de acesso pleno.

Marina Moreira da Gama (SAE) — Há um problema na área cultural que está muito relacionado com acesso: a relação muito forte entre cultura e os problemas encontrados nas cidades, porque a periferia fica muito longe e sem acesso aos instrumentos culturais. Então, gostaria de saber se existe alguma política conjunta com o Ministério das Cidades, de integrar os dois aspectos.

Garantir a acessibilidade, como mencionei, é uma das três estratégias do Ministério. Estamos desenvolvendo o Vale-Cultura. Até hoje, o Ministério da Cultura vinha financiando e incentivando a produção cultural. Ocorre que, por exemplo, já chegou-se a 100 filmes/ano patrocinados com o dinheiro público, mas só 13% dos brasileiros assistem a esses filmes. Jamais vai se montar uma indústria cinematográfica no Brasil, nem garantir a autossustentabilidade dessa atividade se não garantirmos a ampliação do acesso. Os cinemas são caros, quase todos dentro de shopping centers. Até a pipoca ali é caríssima. Se a pessoa for com família, filhos, é um rombo na economia. Para a maioria, os cinemas estão longe de casa, principalmente para os pobres — porque só há cinemas

em bairros de classe média e dentro de shopping centers. E as pessoas pobres têm medo de entrar nesses lugares – isso eu descobri numa pesquisa de um sociólogo: boa parte dos brasileiros não circula dentro da cidade em que vive, só sai do seu próprio bairro para trabalhar e volta. Na Bahia, muitos não vão à praia. No Rio de Janeiro também. Então, são sintomas de enfermidade urbana no Brasil e sobre os quais é preciso avançar. Por isso criamos o Vale-Cultura, fizemos um convênio com toda a área do PAC, com a ministra Dilma Rousseff e o ministro das Cidades, Marcio Fortes, para que em todo investimento realizado em bairros, possamos construir biblioteca, centro cultural etc. Não devemos compreender melhoria do padrão urbano apenas como infraestrutura de esgotamento sanitário e novos padrões de moradia. Temos que incorporar a essa noção o fato de que a cultura é uma necessidade daquela população e pode qualificar aquele ambiente. O ministro Márcio Fortes é entusiasta do programa, e estamos indo muito bem. Foi emocionante, recentemente, a visita a Mangueiras (RJ), um dos primeiros bairros reformatados a partir da ação do PAC. Moradias de qualidade, com jardins, área de lazer na cidade. Na entrada, o presidente Lula brincou comigo: “Ministro, quero ver o Ministério da Cultura na periferia, não só discutindo com a turma rica”. E respondi: “Presidente, aguarde!”. Quando chegamos, eu mostrei a ele um teatro, uma biblioteca com 25 mil livros, computadores não só para capacitação, mas para conexão cultural e lhe informei que estávamos implantando ali três programas importantes, o Pontos de Cultura, o Vale-Cultura e o Mais Cultura. Mas ele havia feito a provocação de brincadeira, porque sabia que nosso Ministério estava presente. Nossa intenção é, ainda, incorporar a toda ação o conceito de qualificação do ambiente urbano, o que faz parte da disponibili-

zação desses serviços culturais. Porque não basta promover o que a comunidade já faz – embora isso seja importante, pois gera protagonismo, sentimento de pertencimento, identidade. Contudo, ao mesmo tempo, é importante levar a informação universalizada para que eles tenham acesso aos mesmos bens e serviços que a classe média tem, para poderem, de fato, se integrar plenamente à sociedade.

Ricardo Garcia França (SAE) – Minha pergunta diz respeito à gestão propriamente dita, no Ministério da Cultura. Todos os ministérios que trabalham com setores periféricos, comunidades carentes, enfrentam muita dificuldade do ponto de vista da gestão. É difícil realizar um convênio com comunidades carentes, o TCU faz muitas exigências, e deve-se ainda responder à CGU. Então, gostaria de ouvir a reflexão do ministro sobre o aprendizado, sobre o desafio que tem sido – em especial, imagino, trabalhando com esses 180 mil pontos de cultura, o que não deve ter sido uma tarefa fácil – e sobre o aprendizado acumulado por parte do Ministério.

Vivemos no Brasil um momento de tomada de consciência das mazelas e insuficiências da sociedade brasileira. A educação de qualidade com acesso a todos os brasileiros conseguiu se afirmar como uma necessidade, bem como a reforma tributária, reforma política. Há um tema pouco debatido, mas que é fundamental: a reforma do Estado. O Estado brasileiro é de uma precariedade, de uma fragilidade assustadoras. Um exemplo disso: ocorre uma enorme quantidade de roubo aqui na Esplanada dos Ministérios nos fins de semana. Já roubaram duas vezes os computadores do Ministério da Cultura. Inacreditável! Quando nós denunciemos à Polícia, disseram: “É muito comum roubarem aí”. No coração do Estado brasi-

leiro! Não existe nem uma câmera filmando para evitar sabotagem. Isso é um detalhe, até anedótico, mas é verdade. Menciono isso para ilustrar a fragilidade em todos os aspectos. O Estado brasileiro é, de fato, frágil. Primeiro pela baixa legitimidade, segundo pela baixa eficiência, pela incapacidade que a sociedade brasileira tem demonstrado de usar o Parlamento para modernizar sistematicamente todas as regras sociais, incluindo o próprio Estado. Porque o bom da democracia é que não há crises, momentos de ruptura; a própria democracia cria, ao reconhecer a complexidade da sociedade de interesses, de divisões do mundo, cria, por meio dos Parلامentos, dos sistemas representativos, sistemas de aprimoramento.

Há leis que regem o Estado brasileiro, por exemplo, na área da cultura, que são do tempo em que nem existia o videotape. Como lidamos com essa complexidade? Como se pode garantir direito autoral no Brasil, num mundo digitalizado, se a regra foi determinada quando não existia nem videotape? E o Brasil era outro, ainda era um país da velha República, de áreas privatizadas do Estado. Tinha dono. Os usineiros de Alagoas e Pernambuco eram donos de um pedaço do Estado, os empresários da indústria automobilística eram donos de outro pedaço do Estado. O Estado era fragmentado e apenas legislava a partir de interesses. E a construção dessa democracia universalizada que estamos fazendo, com a emergência da classe média, de partidos contemporâneos, com toda a crise, é o que está criando a possibilidade, mas ainda não nos debruçamos sobre alguns aspectos que atrasam a construção do Brasil.

A primeira leva de Pontos de Cultura foi em Pernambuco. Estava lá o ministro Gilberto Gil, garboso, todos numa alegria enorme, inaugurando o reconhecimento por parte do

Estado de que a sociedade faz cultura, que é um direito. Estávamos no avião alegres. Quando chegamos lá, uma senhora de um grupo de congo de uma das cidades próximas do Recife disse, em termos bem populares: “Ministro, quem bolou esse programa de vocês deve ser alguém lá de cima, agora eu tenho certeza de que as regras deve ter sido o capeta, o Sete Peles”. É quase impossível a sociedade atender às demandas burocráticas. E que na verdade não servem para o controle do uso do dinheiro público. Vemos que aqueles que de fato roubam nadam de braçada e os que querem trabalhar têm a maior dificuldade para realizar seu trabalho. É difícil fazer convênio, assim como é difícil depois prestar contas, e ter de provar aos órgãos de controle que determinadas ações são importantes. Por exemplo: como parte desses Pontos de Cultura não têm o mínimo de estrutura administrativa-gerencial, transformamos parte da relação com eles não mais em convênio, mas em prêmio. Então o Tribunal de Contas da União abriu uma fiscalização para saber por que havia tanto prêmio assim. São processos ultracomplexos.

Certa vez, ouvi um barulho imenso num departamento do Ministério da Cultura. Era um índio protestando porque tinham pedido IPTU para ele. Questionei a funcionária: “IPTU? Mas ele mora no meio do mato”. E ela disse: “Mas olha aqui as regras, eu não posso, se não eu vou ter que responder processo”. É preciso modernizar o Estado brasileiro, modernizar conceitualmente, fortalecer o controle social sobre ele, a possibilidade de participação na formulação e na execução das políticas e na avaliação, é preciso modernizar as regras de funcionamento. A Lei 8.666 (Lei de Licitações) um horror. Dizem até que o número é cabalístico, não deve ser coincidência. Nunca perguntam aos que trabalham na Administração Pública, aos

quadros permanentes do Estado, o que eles acham das regras. Porque quem vive o problema é que pode contribuir e criar uma base, uma espécie de minuta da reforma. Deve-se pegar essa experiência e transformar numa inteligência, numa possibilidade de reflexão. É preciso fazer isso. Tenho dito ao presidente Lula sempre que posso: “Presidente, não há mais tempo no seu Governo, mas se o senhor puder influenciar o próximo presidente ou presidenta, por favor, inclua isso no programa porque é estratégico para o Brasil”. O Estado do Brasil é ineficiente, ineficaz e não foi criado para se relacionar com “o andar de baixo” da sociedade. Contratamos uma auditoria externa para avaliar essa experiência de Pontos de Cultura. Uma grande fragilidade é que a maioria dos grupos culturais comunitários não tem condições institucionais para atender às demandas da lei. Isso já é suficiente para compreender que, se queremos democratizar o Estado e ampliar o acesso aos bens e serviços que são prestados pelo Estado, é preciso uma reforma do Estado brasileiro. Fortalecer, para mim, é aumentar a identidade social com o Estado e ampliar a possibilidade de controle social sobre os governantes, sobre o funcionamento.

Acho que devemos diminuir os cargos disponíveis para quem vem de fora, qualificar o serviço público, criar carreira para todos – pode-se até diminuir o número, em alguns lugares do Estado é preciso diminuir o contingente de servidores, pagar bem, ter um sistema de avaliação, motivação para que as pessoas funcionem de maneira eficiente. Apesar de dizer isso, que é preciso investir nos quadros permanentes do Estado, percebo que colaboradores que chegaram conosco ao governo, no Ministério, são mais entusiasmados do que os quadros permanentes. Estes se dizem gatos: têm afinidades com a casa, e não

com quem está governando. E os que chegam são os cachorros, os cachorros em geral são mais dispostos a fazer esse deslocamento que estamos fazendo, de inserção do Ministério da Cultura na sociedade. Os outros são mais acomodados porque não têm sistema de motivação. É preciso incluir na estabilidade sistemas de motivação, para que se tenha uma burocracia de qualidade no Brasil. Creio que esse é um tema estratégico para o desenvolvimento brasileiro, não é um detalhe, é estratégico.

Gonzalo Enriquez (SAE) — O senhor mencionou cadeia produtiva da produção cultural. É evidente que a economia brasileira está submetida, assim como todas as outras economias capitalistas, ao problema do mercado informal. Como o Ministério da Cultura vê a questão da produção cultural, que hoje está sendo extremamente distorcida com a pirataria? É uma questão que afeta a área, não sei se positiva ou negativamente. Tenho minhas dúvidas. O senhor disse, e é uma realidade, que o pobre tem medo de entrar em shopping center, mas ele compra nas bancas de DVDs fabricados ilegalmente ou pelo mercado informal, e pode assistir e ter acesso ao cinema em casa. Não sei se isso faz diferença, porque as grandes empresas ficam com o lucro da produção formal e tradicional. Eu gostaria que o senhor falasse sobre esse assunto.

Walter Sotomayor (SAE) — O assunto da minha pergunta é exatamente o mesmo, porque ouvi o ministro Gilberto Gil dizer que o direito autoral deveria ser tão bom a ponto de democratizar a cultura, mas não a ponto de matar de fome o artista. Então, eu gostaria de saber mais concretamente em que ponto se encontra essa discussão sobre o marco legal do direito autoral.

Respondendo a ambas as questões, ressalto que a indústria fonográfica está em crise no mundo inteiro por causa do fenômeno da pirataria. Não há mais a possibilidade de usar a política para contornar o problema da pirataria. Nos Estados Unidos, estão julgando criança de nove anos que oferece serviço de cópia e transmissão de música MP3 e outros serviços. E estão condenando. A indústria fiscaliza. Mas isso é uma estratégia burra. A indústria vai ter de criar um novo modelo de negócio, que incorpore essa complexidade. Não há a possibilidade de se transformar a pirataria num problema de polícia. Um CD é muito caro. O artista ali ganha um ou dois reais, não chega a dois, o resto é do investidor. Não pode, não funciona. Não posso comprar os CDs que eu gostaria de comprar durante o mês. Eu escolho um, dois, isso deve acontecer com todo mundo.

A pirataria é um fenômeno de democratização. É ruim quando a ilegalidade é que democratiza. É a lei que deve democratizar. Tal fato tem três componentes: o direito do autor, o direito do investidor e o direito da população a ter acesso aos bens culturais. As legislações que estão avançando no sentido de enfrentar o problema estão tentando combinar esses três direitos. O autor que não compreende que estamos vivendo num mundo já completamente tecnológico, completamente diferente do que se vivia até a década de 1960, não vai conseguir realizar o direito do autor. O empresário também, se não compreende que o mundo se tornou complexo com o avanço tecnológico. E não é possível convencer a maioria da população de que ela não vai ter acesso nunca, de que não vai poder comprar um CD de R\$ 35,00.

Não gosto de contar essa história, mas é muito engraçada. Meu filho recebe R\$ 10,00 por semana para poder fazer os gastos dele, estamos tentando acostumá-lo a lidar com o dinheiro. Ele tem nove anos. Recentemente, ele disse: “Meu pai: eu queria o mês inteiro de uma vez só, porque eu vou na Feira do Paraguai”. Respondi: “Meu filho, não pode, sou ministro”. E ele: “O senhor não precisa ir não, eu vou com os pais dos meus amigos”. É o seguinte: um programa daquele jogo Play Station custa quase R\$ 200,00, e na Feira do Paraguai, eles cobram R\$ 5,00 por um e R\$ 10,00 por três. Está em todo o tecido social.

Então, é preciso modernizar o modelo de negócios. É preciso equilibrar esses três direitos. Estamos trazendo uma proposta de avanço no direito do autor, que lida com esse mundo digitalizado. A lei brasileira sobre isso é muito ruim. Tanto é que a maior queixa dos artistas é que se sentem lesados pelo Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), pelas instituições arrecadoras que são uma caixa preta, que ninguém sabe direito quanto recebem e quanto distribuem porque não há controle social. Em todo país do mundo isso é uma atividade do mundo privado, mas sob controle social. No caso da arrecadação de direito autoral, ela é feita de maneira absolutamente aleatória, e o sentimento é de perda geral.

Em viagem à China, pedi permissão ao governo brasileiro para ter reuniões separadas para compreender as políticas industriais na área de cultura. E meu interesse era animação, porque é uma das áreas mais rentáveis do audiovisual, e o Brasil tem mostrado uma capacidade criativa enorme, mas não tem a menor infraestrutura para produzir animação. Os chineses são incrivelmente articulados quanto à função do Estado e da

economia privada. O Estado planeja, define as políticas de investimento, a regulação; e os empresários investem e produzem dentro daquelas condições criadas. Eles me disseram o seguinte: “Sabemos que a animação é a área mais rentável do audiovisual, então estamos desenvolvendo uma política no seguinte sentido: estipulamos, com as escolas de belas artes, que daqui para frente, 30% dos artistas que formarem deverão criar e produzir os personagens e as histórias na área de animação. Nós queremos criar um universo chinês universalizado, que use a tradição gráfica chinesa, que é uma das melhores do mundo. Segundo: definimos que as escolas técnicas têm metas de alguns milhares de desenhistas e de técnicos que vão operar a produção gráfica desses programas. Então, acompanhamos quantidade de milhares de chineses que já estão formados na área de desenho e da infraestrutura técnica que dá suporte à produção artística na área de animação. Sabemos que na área de hardware já temos infraestrutura instalada, não precisamos fazer nenhum investimento nem criar nenhum estímulo. Na área de software nós somos fracos e não podemos ficar esperando que os americanos disponibilizem os programas, porque eles passam um tempo com a reserva de mercado, depois liberam quando já não tem mais o impacto do ineditismo”. Por exemplo: aquele efeito que vai transformando o rosto de uma pessoa, e ela pode virar um leão, os americanos passaram três anos para liberar para o mercado mundial enquanto eles usavam nas grandes produções deles. Então, eles têm sempre o ineditismo, estão sempre na linha de frente. E os chineses disseram mais: “Somos muito fracos nessa área de software, então o que nós fizemos? Importamos cem indianos, que são os melhores do mundo em software” – parou e deu uma risadinha: “Eles custam tão barato!” Além disso, estão formando, em três ou quatro universidades chinesas, os profissionais que

vão produzir, ou seja, é uma política industrial com menos investimento. Montaram grandes estúdios, até convidaram o Maurício de Souza para montar um estúdio lá. Eles disseram: “Fizemos uma pesquisa mundial, adoramos suas histórias, são construtivas, positivas, faz essa ponte entre o rural e o urbano, a única coisa que gostaríamos era uma puxadinha no olho da Mônica, pequena, bem pequena, não precisa orientalizar, mas dá uma pequena puxadinha”. Iriam montar um dos maiores estúdios do mundo, para ele produzir para o mundo inteiro, a partir da plataforma chinesa, com um contrato de dez anos. Ele não aceitou porque ele quer montar no Brasil.

Enquanto isso, o Maurício de Souza tem mais de 80% do mercado de revistas infantis. Não tem Walt Disney, Pato Donald, Mickey, Pluto, aquela turma toda ali não consegue competir com ele. Mas na área de animação a base técnica é muito fraca. Meu filho mesmo não gosta. Ele gosta da revista, mas não gosta da animação. Então, não há a possibilidade de surgir investidor individual, ou seja, não é da área privada criar essa massa de técnicos, desenhistas, artistas, infraestrutura, é preciso que instituições como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que os bancos de fomento, que o ministério da Fazenda crie linhas de financiamento dentro de um plano industrial sólido para atingirmos a maturidade, não só em animação, mas em todas as áreas. E existe um mercado fantástico em vista. No Brasil e no mundo. No Brasil, fruto da ascensão social e da formação da nossa classe C, que está com dinheiro para comprar e quer comprar, e tem identidade com o Brasil. As pesquisas de mercado sobre essa nova classe C mostram um cenário muito favorável para os empresários brasileiros do mundo cultural. E, sob o ponto de vista mundial, esse desenvolvimento tecnológico vai criar uma demanda

de conteúdo fantástica, e precisamos entrar nisso. Então, esse proselitismo sobre a importância da indústria cultural precisa se transformar rapidamente em políticas industriais para essa cadeia, de modo que tenhamos eficiência e eficácia. E o Estado é incontornável. É preciso ter linhas de fomento, linhas de incentivo, colocar dinheiro a juros incentivados, para que as pessoas possam de fato ter acesso.

Nós vamos agora quadruplicar a rede de salas de exibição em bairros de classe C. Há tem uma cadeia de supermercados que está entrando no programa, junto com o BNDES, para ter as salas conectadas com os supermercados, próximo aos locais onde as pessoas moram. Vai acontecer uma profusão de salas, mas é pouco isso. São apenas ensaios do que seria necessário fazer para se montar uma indústria cultural que teria o benefício de incluir culturalmente milhões de brasileiros, porque não se pode pensar em estar fazendo artesanato, distribuindo coisinhas, de favela em favela, de casa em casa, de bairro em bairro. Na verdade, temos que trabalhar com as tecnologias modernas para conectar o Brasil todo nesse processo de desenvolvimento.

Então, as perguntas são estratégicas e estão articuladas com direito autoral e também com a questão da pirataria. Combatê-la apenas com polícia não vai resolver. Porque pode-se prender alguém, às vezes um cidadão que está vendendo na rua, buscando uma ocupação, ou prende quem copiou, mas não se pode prender a Sony, que está gerando capacidade de reprodução. O mesmo que explora o negócio do conteúdo explora a base tecnológica de reprodução. E hoje, no seu computador, você pode copiar uma música com a mesma qualidade de um CD. Então, a questão é incontornável e temos que nos adaptar

a esse novo modelo de negócio. A indústria fonográfica está demorando muito para se adaptar a ele. Mas o Google e outras multinacionais dessas novas tecnologias estão elaborando propostas para multiplicar o modelo de negócio e ser capaz de garantir direito autoral, direito de investimento e direito de acesso. A pirataria desorganiza tudo, o direito autoral e o direito do empresário, mas garante o direito de acesso.

Márcio Wohlers de Almeida (Ipea) — Ministro, vejo que as questões de audiovisual e de convergência digital estão sendo um eixo estruturante. Então, eu gostaria de saber até que ponto vai o sucesso em se identificar as cadeias produtivas e trabalhar com o setor privado. Outros países que conseguiram exportar a sua cultura, que têm produtividade e competitividade muito fortes, tiveram que atuar num mundo globalizado digitalizado. Então, os filmes hoje são multiplataforma: cinema, jogos eletrônicos, desenho animado. Eles têm toda uma produção. Vide o sucesso, há mais de quinze anos, do mangá japonês. E nós temos grandes sucessos aqui de desenhos animados, como os do Maurício de Souza. Eu gostaria de saber que tipo de articulação e que tipo de contato com o setor privado pode ser feito para a internacionalização de algo que é extremamente competitivo, vamos dizer, nacionalmente. Por que o BNDES, só para dar um exemplo, ajuda grandes multinacionais do setor agropecuário. Por que ele faz isso? Porque só podemos fazer multinacionais que são de produtos que já têm competitividade interna. Não vamos fazer empresas internacionais de produtos que são emergentes. Não vamos fazer empresas de chips porque nós estamos começando. Então, o senhor diz que a marca Brasil já está afirmada. Qual é a estratégia para que essa marca Brasil, que está difundida informalmente — o País é até visto de forma inferiorizada, tendo a marca Brasil associada, às vezes, só com o carnaval —, se afirme

de maneira modernizante, que se tenha acesso a sistemas poderosos de modernização global, e não apenas informal. Uma pessoa desenha um software, um garoto cria um ringtone e exporta para Londres. Muitos jovens estão criando, exportando. Mas se continuarmos nessa informalidade digital, que reflete a informalidade cultural interna, nós não vamos para a frente nesse mundo globalizado hi-tech.

Prometi a mim mesmo que, toda vez que mencionarmos o desenvolvimento brasileiro e a marca Brasil for ligada só a samba, carnaval, futebol, eu vou contar esta história, que é uma das que mais me emocionaram no Ministério da Cultura. O presidente Lula propôs que se criasse um fórum entre países árabes e países latino-americanos para desenvolvimento do comércio, das visões estratégicas, geopolítica, e é algo que está dando certo. O comércio entre o Brasil e os países árabes cresceu muito, bem como dos países árabes com outros países latino-americanos. Para isso, ocorrem reuniões setoriais. Tive de co-presidir, pelo fato de ter sido uma proposta do presidente Lula, a reunião de cultura, dos ministros da Cultura do mundo árabe. Foi na Argélia. Chegando lá, a segurança da Argélia disse o seguinte: “Você não vai poder ir à rua, nós temos uma oposição aqui que corta a cabeça das pessoas. Está quase desestruturada, a repressão é muito forte sobre eles. Mas uma vez cortaram a cabeça de mais de cem pessoas e eles estão querendo fazer ações eficientes de publicidade e podem atacar o encontro; e você, como co-presidente, vai ser o alvo principal. Então, você não vai poder sair do hotel.” E eu, no avião, só fui pensando em visitar o bairro onde filmaram “Batalha de Argel”, que é um filme muito significativo para minha geração. E eu disse: “Não, pelo menos uma vez tenho que sair, quero ver o bairro onde filmaram ‘Batalha de Argel’”. Quando me

levaram, quase me arrependo de ter pedido. Foram dois policiais de moto com sirene, um carro da polícia com sirene, meu carro, da Presidência, com a bandeirinha do Brasil, mais dois carros de polícia e dois batedores. Era um inferno, eles saíam empurrando os motoristas, os carros, e lá fomos nós sem parar. A única vez em que paramos foi diante de uma autoestrada em que a velocidade é alta e tivemos que esperar. Um rapaz árabe ia atravessando quando fecharam o sinal e viu a bandeirinha do Brasil, então ele se abaixou, deu um sorriso enorme, deu um adeus para mim, aí saiu correndo, pegou a bola de uns meninos que estavam jogando futebol e, de longe, a levantou, mostrando-a para mim. Foi incrível a síntese, aquela imagem significou muito. Ou seja, se formos bons em outras áreas como somos no futebol, no carnaval, na música, ninguém nos supera no mundo. Então, longe de ser uma referência negativa, devemos construir um lastro enorme para essa imagem. Em qualquer país, quando temos reuniões com o primeiro ministro, com o Parlamento, com quem for, é inevitável que aconteçam pelo menos dez minutos de conversa sobre futebol brasileiro. Mas é claro que o futebol pode ser usado também como exemplo negativo. Apesar de termos a melhor técnica futebolística do mundo estamos condenados a exportar nossos melhores jogadores para fazer espetáculos em outros países. E não é só porque a Europa tem mais dinheiro, pois a Turquia tem muito jogador brasileiro, tal como a Rússia. É porque não fomos competentes para organizar o espetáculo do futebol no Brasil com a grandeza e a altura da qualidade do que temos. Com a arte pode acontecer a mesma coisa. Hoje, as artes visuais brasileiras são extremamente cobiçadas no mundo inteiro. No mercado, talvez seja a segunda ou a terceira produção artística mais rentável no mundo. É enorme a quantidade de artista visual brasileiro contemporâneo que é ponta no mercado

mundial e que aqui é conhecido apenas pela crítica especializada e pelos funcionários do Ministério da Cultura, porque na verdade não se conhece essa produção.

Na área de cinema, na área de animação, existe a possibilidade de se repetir, pela falta de organização produtiva das cadeias e do mercado, o mesmo fenômeno que acontece no futebol: virarmos exportadores de commodities e transformar nossos artistas apenas em mão-de-obra qualificada para que realizem o espetáculo em outros lugares do mundo. Então, esse é mais um aspecto que nos obriga a procurar estratégias, e o Estado é fundamental para organizar esse mercado, regular e criar os mecanismos, e até investimento mesmo.

Também me pergunto por que o BNDES e outros bancos financiam com desenvoltura áreas da economia tradicional e não conseguem perceber que é preciso investimento pesado em algumas áreas da cultura para que, de fato, se atinja um patamar de produtividade e de ocupação do mercado internacional e do mercado interno brasileiro. Não se pode mais estar disponibilizando esse mercado promissor na área da música, na área do visual. E é um mercado que tende a crescer. Com a convergência tecnológica, um produto vai para o celular, para a tela do computador, para o DVD – as plataformas são cada vez maiores. E agora, com os televisores portáteis, que funcionam em movimento, a festa vai ser completa. E há a convergência entre o computador e a televisão: já não é mais radiodifusão, telecomunicação, tudo está convergindo para uma complexidade que é parte do mesmo sistema. E a demanda de conteúdos culturais vai ocorrer numa escala inimaginável, se não nos prepararmos para isso, apesar de termos possibilidade, ficaremos fora desse mercado que está chegando.

Quando a TV digital se consolidar definitivamente, já estará aberta a porta, e quem tem competência vai se estabelecer. Quem não tem, vai ter de ficar consumindo quinquilharia de outros porque não vai ter condições de criar.

O que nós temos feito? Primeiramente, um grande proselitismo da importância da economia da cultura. Então, estamos trabalhando com o Ipea, estamos trabalhando com o IBGE para produzir os números do potencial desse mercado, do nível de consumo cultural. Não sei se vocês sabem, o consumo cultural no Brasil, mesmo nas famílias mais pobres, é o quarto. O percentual é razoável dentro da economia doméstica. Porque é uma necessidade e está disponível. Hoje, com o crescimento dessa classe C, criou-se grande possibilidade para um mercado cultural sólido. É preciso ter estratégias para isso, para o desenvolvimento. Hoje se vende mais computador do que televisão no Brasil. Estamos vivendo um momento de mudança de paradigma. E quando o presidente Lula conseguir implantar essa infovia pública disponível gratuitamente para o Brasil inteiro, o resultado será ainda melhor.

Costumo passar férias numa pequena colônia de pescadores, 800 pessoas moram lá e, no ano passado, já havia quatro lan houses – que é, hoje, a instituição cultural mais presente no território brasileiro. Aconteceu que, às sete horas da manhã meu filho desapareceu de casa. Tivemos que criar uma regra rígida: para tomar café e levá-lo para a praia, porque ele quer ficar o tempo inteiro na lan house. Perguntei a ele: “Você ganha desses meninos todos?”. E ele disse: “Que nada!” E foi apontando os que são melhores do que ele. Ou seja, já está todo mundo no jogo, estão todos conectados. É um mercado em potencial imenso. Para um país que tem um gap na área

da educação, na área da informação, na área dessas estruturas que disponibilizam os bens e produtos culturais, essa estrutura digitalizada é estratégica. Por isso, estamos estimulando a digitalização de acervos – estamos financiando a biblioteca brasileira da USP, que é a maior biblioteca sobre Brasil. E estão digitalizando quase tudo lá. Estamos digitalizando a Biblioteca Nacional, numa velocidade menor porque houve uma opção tecnológica de outra natureza, mas está acontecendo; estamos estimulando a digitalização de diversos acervos. Estamos estimulando, financiando, ora por meio da Lei Rouanet, ora por meio do Fundo, com o fim da disponibilização pública. A contrapartida que pedimos é a disponibilização pública desses acervos, para que o cidadão no interior do Piauí, ou do Maranhão, ou do Amazonas, ou da Bahia, ou de Pernambuco tenha possibilidade de acesso à informação como aquele que mora no Rio de Janeiro.

Luiz Alfredo Salomão (SAE) – Quero insistir na questão dos conteúdos digitais, que me parece ser o grande desafio que o Brasil tem na área das tecnologias da informação e comunicação hoje – e a SAE vai ter posição de protagonismo nessa questão. É um tema que temos enfatizado internamente. Não só por tudo que o senhor mencionou, que é extremamente importante, mas também porque países como o Chile e a Argentina estão adotando o mesmo padrão de TV Digital escolhido no Brasil. Então, há aí todo um espaço para a produção cultural, na integração cultural da região, e também para que nós possamos competir mundialmente. A produção de conteúdos digitais é feita com softwares em inglês. As máquinas de busca são feitas em inglês. O Google comprou uma máquina de busca brasileira. Por isso é possível acessar conteúdos brasileiros com relativa facilidade.

Mas outros softwares e outras máquinas de busca não têm essa propriedade que o Google conseguiu. Então, a minha proposição é que a Cultura, junto com a SAE e o Ipea, instale imediatamente um grupo de pesquisa para apurar e definir melhor quais são as perspectivas que a indústria brasileira de software pode, em associação com os produtores culturais, desenvolver para orientar a estratégia do BNDES. É preciso também moderar a crítica a esse banco, porque essas são áreas que ninguém conhece suficientemente para definir uma linha de financiamento. É muito mais fácil o acesso à siderurgia, energia elétrica, carne ou agronegócios, porque são segmentos consolidados. O BNDES sabe quem são os produtores, quais são as garantias possíveis e quais são os planos de negócios que são utilizados. E na cultura isso não existe. Sou músico amador e sei como são os músicos. Eles são absolutamente desorganizados. Exceto em casos como o do ministro Gilberto Gil, uma pessoa organizada que disponibilizou a sua obra na internet. Não precisa pagar direito autoral, pode baixar de graça. Mas isso é uma área muito complexa que o BNDES certamente não entende suficientemente. Então, seria interessante se pudéssemos montar um grupo ou contratar uma consultoria para mapear esse setor de produção de conteúdos digitais. Mapear isso para poder esperar que o BNDES compreenda a indústria e possa financiá-la.

Eu fiz duas referências ao BNDES, mas não tenho nenhuma crítica ao banco, que é o maior parceiro do Ministério da Cultura. O que quero dizer é que não podemos trabalhar somente a fundo perdido. A tradição do Estado brasileiro é essa. Então é preciso ir associando a ideia do fomento a desenvolvimento de linguagem (de cinema, por exemplo, ou de outras

áreas), ou compreendê-la como uma peça importante para a ampliação de mercado.

Nós temos trabalhado com o BNDES e ele já disponibilizou várias linhas de financiamento para diversas cadeias produtivas. O que fiz foi uma constatação: ainda estamos em um patamar de trabalhar com a economia tradicional. O Brasil ainda baseia sua economia em commodities. Vi no porto de Salvador um barco cheio de coco indo para Buenos Aires. E fui pesquisar com o secretário da Fazenda do Estado da Bahia e ele me disse que o Brasil exporta coco in natura, que é considerado o boi verde. Do coco se usa a casca fibrosa, que serve de estofamento para a indústria automobilística, a parte dura da casca, a carne e a água do coco. Ou seja, tudo é aproveitado. Além disso, o óleo de coco é considerado a matriz básica de toda a indústria biodegradável de cosmético, detergente etc. O Brasil exporta e depois compra o óleo de coco processado industrialmente. Existe uma tradição de trabalhar com commodities. Desde que Cabral chegou aqui, estabeleceu-se, de certo modo, a economia. E nas disputas dos recursos públicos sempre se coloca o peso dessa economia de commodities, que é grande e não pode ser abandonada em detrimento das políticas industriais e das políticas mais sofisticadas com alto valor agregado. É preciso fazer a passagem para a economia de alto valor agregado.

E a economia simbólica, a economia criativa e a economia cultural têm um papel estratégico porque elas são comprovadamente economias em ascensão, que já têm um mercado enorme em expansão que não conseguimos ocupar à altura das possibilidades do Brasil. E não é só porque o setor é desorganizado. Há uma dificuldade de compreensão. Ainda não foram estabelecidas as bases de conhecimento sobre o poten-

cial dessa economia do Brasil. É preciso desconstruir um certo isolamento dessa economia, como se fosse no campo do simbólico apenas no sentido do entretenimento e da satisfação das atividades subjetivas. É uma economia estratégica no Brasil, que tem potencial de se desenvolver no curto prazo em todas essas áreas.

Ministro Samuel Pinheiro – É sobre a reforma da Lei Rouanet?

Como disse, 80% do dinheiro do Ministério sai por meio da renúncia fiscal – da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual. A Rouanet é uma lei que foi feita no auge da ideia de que o Estado deveria se ausentar. Foi no governo Collor, e o ministro era o diplomata Sérgio Paulo Rouanet. Era um momento muito especial da vida política brasileira. Era o máximo de deslumbramento com as teses fundadas na ideia de que o Estado era um ente do passado e que deveria transferir suas responsabilidades sociais e culturais. O lema era “Cultura é um bom negócio”. E a ideia era de que, se o governo repassasse o dinheiro destinado à cultura para as áreas privadas, elas o utilizariam melhor do que o próprio governo. Então, trata-se de uma parceria público-privada das mais estranhas. Porque o poder público entra com o dinheiro e a área privada entra definindo onde usar, sem critérios públicos e sem regras. E o que isso gerou? Nesses dezenove anos de lei Rouanet, só foram utilizados 5% de dinheiro privado, ou seja, não agregou dinheiro privado no financiamento da cultura; 95% são do velho e bom dinheiro público.

Trata-se do imposto que seria recolhido e deixou de ser, para ser aplicado por meio de parceria público-privada para a área cultural nas condições mencionadas. Encontramos uma rea-

lidade estrondosa, como festas de empresas sendo financiadas pela Lei Rouanet. A justificativa era que incluíam um cantor ou uma peça de teatro. Voltando aos dados, 80% (dos recursos) ficam em dois estados brasileiros e 60% em duas cidades brasileiras. De tudo que o Ministério aprova, que é uma média de 8 mil a 10 mil projetos por ano, só 20% conseguem patrocínio da área privada. E são sempre os mesmos. Áreas inteiras da cultura não têm acesso a esses recursos. Os institutos criados por bancos e grandes empresas são financiados pelo Estado. Um banco cria um instituto e até o papel higiênico é pago pela Lei Rouanet. O banheiro de um centro cultural desses tem três tipos de absorvente, papel higiênico da melhor qualidade e sabonete líquido. Se você quiser secar a mão, está lá a marca da empresa, e ninguém sabe que 100% é dinheiro público. No entanto, em um centro cultural público não há papel higiênico, absorvente nem pensar, não há condições de pagar os equipamentos quebrados, isso é perverso. Vejam, 3% dos proponentes fica com mais da metade desse dinheiro. E a CGU (Controladoria Geral da União) e a Polícia Federal descobriram que na negociação do departamento vaza 30% do dinheiro por meio de despachantes que facilitam o contato. Como não há regra, a empresa não precisa dizer por que está escolhendo esse financiamento e não aquele.

Nós criamos um sistema que não é parceria público-privada. Primeiro não incentivamos o dinheiro privado investido. O que nós fizemos foi disponibilizar dinheiro público para fazer marketing para a empresa privada. E a gente deixa de atender à demanda cultural do País, que é imensa. Mais de 90% dos municípios não têm um centro cultural ou um cinema. Não conseguimos, de fato, estimular e patrocinar para que os artistas tenham o mínimo de infraestrutura para a

criação. E ainda vem dizer que o Estado é ineficiente e a empresa privada é eficiente. É o único lugar no mundo em que mecenato significa meter a mão no bolso público para fazer benesses. Porque mecenato é quando a eminência mete a mão no bolso para poder financiar. Isso no mundo inteiro, desde os gregos. Os mecenas, no Egito, eram os reis, os imperadores e os empresários, principalmente depois da era industrial, quando os burgueses, para compensar a deficiência cultural, começaram a ser os financiadores da cultura. No Brasil não, é outro modelo. E passa para a sociedade que o investimento é privado. Quem sabe aqui que o Museu da Língua Portuguesa foi financiado com dinheiro público? Ninguém. Quem sabe que o Museu do Futebol foi dinheiro público? Eu não fui nem convidado para a inauguração. É uma distorção. Então, é preciso dar sentido público, regra pública. Todos os artistas brasileiros têm de ter acesso. Independentemente se são do Pará, de São Paulo, de Pernambuco, de Goiás ou de Brasília. Todos têm direito a ter acesso. Nós estamos criando regras públicas. Os que têm acesso, que em geral são os que têm visibilidade, são contra. Poucos têm a generosidade de saber que são privilegiados, mas que têm de compartilhar com outros do Brasil inteiro. Têm de concorrer, têm de disputar o dinheiro público a partir da qualidade de seu produto.

Teve um artista que disse: “Ministro, eu não gosto do Fundo Setorial do Audiovisual porque é muito impessoal”. E eu disse que a impessoalidade é um princípio da República desde os gregos. E ele disse: “É, mas eu estou com uma dívida de R\$ 10 milhões e não tenho como pedir que vocês me ajudem”. Eu disse, é claro, a dívida é privada. Eu não posso lhe ajudar. Esses diálogos acontecem porque o Brasil é patrimonialista. A República não se instalou completamente no Brasil. Existem os

mais iguais que os outros. E é uma concentração inacreditável. Áreas inteiras da cultura não têm um tostão. Artistas de vanguarda estão quebrando o padrão. Ninguém quer se associar. Quer se associar a Roberto Carlos, Gilberto Gil e Caetano Veloso. Ivete Sangalo não tem um projeto que seja impedido. Nem precisaria de dinheiro público. O maior fenômeno econômico da história da música brasileira.

Então, é preciso ter coragem para constituir um sistema público. Aí ficam os produtores batendo na porta. Às vezes com coisas realmente importantes e relevantes para a sociedade brasileira, e não há como dar. Porque não há um critério público para definir o uso desse dinheiro. São aberrações que a gente herda e que em algum momento tem de ter coragem, tem de ir para a beira do abismo. Porque privilégio no Brasil é direito adquirido.

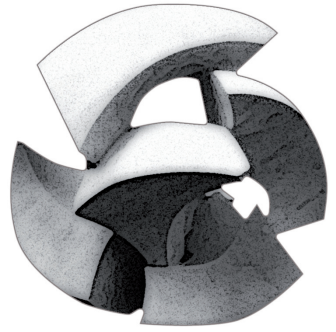
Quando eu fui nomeado ministro pelo presidente Lula, eu disse, “Olha, eu não vou contornar esse impasse”. Passamos seis anos discutindo. O ministro Gil liderou com uma coragem imensa o processo de reflexão. A maioria da área cultural compreende. Eu já tenho a assinatura de todos os governadores do Nordeste apoiando essa reforma. O governador de Minas Gerais também assinou o apoio à reforma da Lei Rouanet. Porque Minas, apesar de fazer parte do Sudeste, não tem acesso a esses 80%. Somente Rio de Janeiro e São Paulo. Montaram ali um esquema pesado. Eu tenho a assinatura das vinte maiores empresas que topam que eu acabe os 100% de renúncia, e eu disponho pelo menos 20%. Vamos fazer uma parceria? Vamos. Vamos definir conjuntamente os critérios públicos e os critérios privados. Entramos com 80% e vo-

cês entram com 20%. A Globo disse que isso é um escândalo porque está mexendo em algo que é muito positivo. Não é positivo. É outra mistificação. Dá a impressão de que é dinheiro privado, mas 95% desse dinheiro, nesses dezenove anos, é o velho e bom dinheiro da viúva que está sendo usado sem critérios para fortalecer privilégios e concentrações. Em geral, quem não precisa. Concordo que temos de financiar os grandes artistas, mas dentro de um projeto. A área pública trabalha somente com os que não deram certo, e o mercado trabalha com os artistas que são reconhecidos. Surgiu uma polêmica: se devemos financiar Fernanda Montenegro, Caetano Veloso. Quais são as condições? Primeiro, barateamento da entrada para que um número maior de brasileiros tenha acesso. Mas não podemos prescindir dos grandes artistas e ficar trabalhando com os que não deram certo. É preciso compreender a complexidade, financiar os que estão começando, financiar os que trabalham linguagem, ou só segmentos, financiar tudo que for relevante para a cultura brasileira dentro de um plano que são as estratégias que o Ministério traça.

Atualmente, está sendo colocado um debate nessa disputa de todos os modelos de gestão no Brasil, fruto desse esforço que fizemos para colocar a cultura no centro. A cultura vai fazer parte do debate. Já está nos jornais de hoje, a disputa em torno dos projetos culturais entre os dois principais candidatos à Presidência da República. Ninguém foi molestado no Brasil por divergência com o Ministério, com o governo Lula. Nós estamos vivendo o momento de maior liberdade de criação e de expressão no Brasil. Eu me lembro de um fato em que Cristiane Torloni teve uma divergência com o ministro Gil. Chamou o ministro de canalha por meio da imprensa, e o ministro não é canalha. Tem defeitos como todo mundo tem, mas é

uma pessoa com uma integridade absoluta. Menos de um mês depois ela teve um projeto aprovado.

Há artistas conservadores e há artistas progressistas, todos com acesso ao Ministério. Nós não temos a ideia de dirigir. Aliás, se eu quisesse dirigir, iria dirigir para onde? Em um momento em que as verdades eram tão absolutas, e se sabia para onde dirigir, era até compreensível tal tentação. Mas hoje, dirigir para onde? Além do mais, economicamente, 90% da cultura brasileira está nas mãos da área privada. O Estado é secundário. O que nós queremos é política pública para democratizar, para garantir o desenvolvimento cultural e o desenvolvimento da economia da cultura. Esse é o único norte que temos para onde dirigir a nossa ação. Vejam o caso da premiação do Mérito Cultural que nosso Ministério realiza. Este ano, convidamos o Mário Vargas Llosa, que não é um progressista. Ele não pôde vir, mas pediu para ser homenageado para o ano. Homenageamos Chico Anísio. Não me lembro de Chico Anísio ter feito nenhuma manifestação progressista nos últimos cinquenta anos. Um grande artista. Talvez o maior humorista que nós tivemos até agora. Então ninguém pode dizer que nós estamos defendendo alguém, porque nós captamos R\$ 60 milhões por ano na Lei Rouanet e queremos continuar confortavelmente construindo nossas instituições com a nossa marca com esse dinheiro público. Isso ninguém vai dizer. E eu me sinto obrigado a dizer. Há uma verdadeira discussão em marcha, paralela à discussão que é feita publicamente, e meu esforço é da discussão pública. A discussão que de fato lide com os fatos reais, que são esses números escandalosos. Precisamos migrar rapidamente para uma possibilidade de todas as manifestações culturais, independentemente de área, de conteúdo e manifestação ideológica.



PALESTRA DO MINISTRO

CELSO AMORIM

POLÍTICA EXTERNA

CICLO DE
SAE
PALESTRAS

CELSO AMORIM

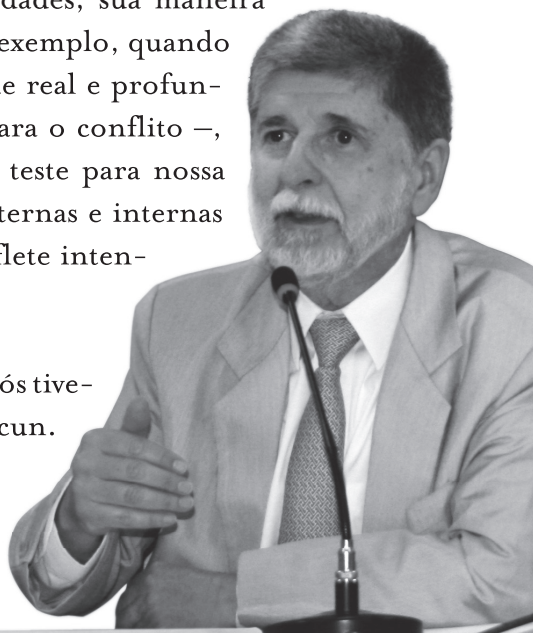
- 1942 *Nasce, em 3 de junho, em Santos (SP)*
- 1965 *Forma-se pelo Instituto Rio Branco*
- 1967 *Pós-graduação em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena, na Áustria*
- 1971 *Pós-graduação em Relações Internacionais e Teoria Política pela London School of Economics and Political Science*
- 1976 *Professor de Língua Portuguesa do Instituto Rio Branco*
- 1977 *Professor de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) – em licença*
- 1979-1982 *Diretor-geral da Embrafilme*
- 1985-1988 *Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia*
- 1989-1990 *Diretor-geral do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores*
- 1993 *Diretor-geral do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores*
- 1993 *Secretário-Geral das Relações Exteriores*
- 1993-1994 *Ministro das Relações Exteriores*
- 2001-2002 *Embaixador do Brasil em Londres*
- 2003 *Ministro das Relações Exteriores*

PALESTRA DO MINISTRO CELSO AMORIM

Hoje vou falar sobre algumas das linhas de força da nossa política externa, tentando inseri-las na atual conjuntura internacional. Acompanhei, recentemente, o presidente Lula nessa reunião no México que resultou na criação da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe. E para mim foi particularmente especial porque foi a primeira vez que voltei a Cancun depois da Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio de 2003.

E por que a volta a Cancun foi expressiva? Porque, embora a política externa do governo do presidente Lula tenha muito claramente manifestado suas prioridades, sua maneira de ver o mundo – demonstrou, por exemplo, quando houve a crise do Iraque, uma atitude real e profunda em busca de soluções pacíficas para o conflito –, não tinha havido ainda um grande teste para nossa capacidade de enfrentar pressões externas e internas (e grande parte da mídia interna reflete intencionalmente as pressões externas).

Então, o primeiro grande teste que nós tivemos foi a reunião da OMC em Cancun.



Naquela época, supunha-se que ia haver uma conclusão das negociações. Isso não quer dizer que todos os detalhes técnicos já estivessem acertados, mas os elementos básicos da Rodada de Doha (de negociações das regras do comércio internacional) poderiam – pensava-se – ser concluídos naquela ocasião.

Formou-se uma pressão muito forte para que houvesse essa conclusão, e foi levado a Cancun pelo presidente do Conselho Geral da OMC um documento. Obviamente, aquele documento era muito desequilibrado, mas para quem conhece reuniões ministeriais, é sempre muito difícil ter uma batalha contra um documento que já está colocado sobre a mesa. Uma das táticas que você tem quando se está em uma negociação internacional é discutir sobre a base do seu papel e não sobre a base do papel dos outros.

O fato é que o papel que estava sobre a mesa, o documento – o projeto de ata final da reunião –, era muito desfavorável para nós. Para se ter uma ideia, quase nada havia sobre subsídios agrícolas, e havia muito pouco sobre *dumping*, que era talvez o tema de maior interesse do Brasil, e também muito pouco sobre outras questões que poderiam interessar a outros países em desenvolvimento. No entanto, havia muito sobre abertura dos mercados industriais, do mercado de serviços, sobre a abertura para compras governamentais etc.

Então, fomos para aquela reunião na defensiva. Tratava-se quase de virar a mesa, mas virar a mesa na área internacional não é muito simples, porque é preciso ter certa legitimidade para fazer isso. Não se deve chegar no momento de conclusão da negociação e simplesmente parecer que está obstruindo tudo. Nós já tínhamos começado antes um trabalho de agluti-

nação de outros países em desenvolvimento, sobretudo Índia, Argentina, África do Sul e, aos poucos, foram aderindo outros países que não estavam contentes com aquele projeto de ata final que se preparava para apresentação e discussão em Cancun.

Quando chegamos a Cancun, a situação era ainda muito desfavorável e tratamos logo de congregar esses países que estavam conosco. Fizemos várias reuniões e, em cinco dias, as pessoas foram percebendo a importância do G-20 [grupo de 20 países em desenvolvimento]. Atualmente, o G-20 ficou um pouco obscurecido pelo outro mais importante, o dos presidentes, que discute as questões financeiras e econômicas do mundo. Mas quem sabe o atual (embora existisse o G-20 no FMI) tenha ganhado força e legitimidade em razão do G-20 anterior? Quando formamos o G-20, havia um pouco a ideia de que aquilo era mais uma tentativa de países em desenvolvimento de criar caso, dificuldade, mas que, na hora mesmo da negociação, todos iriam ceder e as grandes potências, sobretudo União Europeia e Estados Unidos, seriam capazes de impor a sua vontade.

Houve certo espanto, porque o processo não se deu assim, porque as ideias foram evoluindo e o G-20 funcionou com grande unidade. Na realidade, quando terminamos a reunião, eram até mais do que vinte países, depois houve uma reversão em decorrência de pressões e, no momento, são mais de vinte novamente. Mas, enfim, ele foi crescendo, ganhando unidade e nós fizemos reuniões com o Diretor-Geral, por exemplo, mas, sobretudo com a União Europeia e com os Estados Unidos. Foi uma grande surpresa, sobretudo para os Estados Unidos, porque eles esperavam que fossem discutir com vinte países, esperavam que cada um ia levantar o seu ponto – os pontos não são naturalmente idênticos – e isso os ajudaria a levar,

como sempre tinham levado no passado, a Conferência para os objetivos que eles tinham. Na realidade, o G-20 falava em nome de todos. Então não era o Paraguai falando em nome do Paraguai, o Brasil falando em nome do Brasil, a China falando em nome da China. Com isso, verificou-se que havia uma grande unidade que não foi quebrada e, obviamente, que o centro do G-20 era, sobretudo, a questão agrícola. Com a evolução da conferência, conseguimos evitar o que teria sido um acordo muito ruim naquele momento.

Até hoje, a imprensa tem desenhado isso como o “fracasso de Cancun”. Para nós, Cancun não foi um fracasso. Fracasso teria sido concluir Cancun em bases totalmente assimétricas e desvantajosas para os países em desenvolvimento. Claro que houve outros movimentos, acho que o fato de o G-20 estar bem organizado também inspirou outros países em desenvolvimento – no caso, países africanos, países de menor desenvolvimento relativo – a se articularem em torno de outras questões que para eles eram mais prementes talvez e, com tudo isso, na realidade, não se pôde concluir Cancun.

Tivemos na época não só uma batalha na mesa de negociação – é como se diz: “O diabo sabe das coisas não porque é esperto, mas porque é velho” – então, como eu já tinha vivido já várias ocasiões desse tipo, aprendi naquela ocasião também a disputar não só na mesa de negociação, mas também na mídia. Porque, como é comum nessas situações, a versão que saía nos primeiros dias era sempre a versão dos países desenvolvidos, em que países como Brasil e Índia, atrapalhavam as negociações e criavam dificuldades. Porém, aos poucos isso foi se modificando e ficou claro que tínhamos objetivos totalmente legítimos, porque o que estávamos querendo era que os nossos produtos agrícolas

pudessem competir em condições de igualdade, e não competir com o Tesouro dos Estados Unidos, ou com o da União Europeia, que subsidiam altamente a sua produção.

Conseguimos alterar, não totalmente – pelo menos um pouco – essa percepção em vários setores da mídia, sobretudo a internacional, que passou a se interessar pelo G-20. O fato é que, ao fim da reunião do G-20, ao fim de Cancun, esse perigo de que as relações ficassem totalmente desequilibradas contra nós acabou sendo evitado. E não só isso. Mais importante do que isso é que, com a questão de Cancun, a nossa posição dentro da OMC mudou totalmente. Quem acompanha esse tema, mesmo quem acompanhou de longe, viu que houve uma mudança substancial na maneira de negociar na OMC. Não chegamos a uma conclusão na Rodada Doha até agora, talvez porque, à medida que os países em desenvolvimento ganhavam força, as negociações se tornaram mais difíceis.

Naquela ocasião, quando se falava em uma negociação, havia uma entidade que era chamada o *Quad*. Era a União Europeia (que na época era a Comunidade Europeia), os Estados Unidos, o Canadá e o Japão. Então, tudo era decidido entre eles. Depois que resolviam, eles levavam para um foro mais amplo e aí entravam Brasil, Índia, Argentina. Mas, se tivéssemos que mudar algo, isso não passava de uma vírgula, a substituição de um acento circunflexo por um acento agudo, porque a verdadeira essência da negociação era feita por esse *Quad*.

Quem acompanhou durante esses anos a negociação da OMC observa que se falava muito de G-4. Foi até algo interessante, porque normalmente as metáforas do futebol passam para a política e, nesse caso, a metáfora da política passou para o fu-

tebol, o que eu acho que é um motivo de raro envaidecimento para nós. Mas, enfim, ouviu-se falar muito de G-4, só que o G-4 que substituiu de certa forma o *Quad* nesse tipo de articulação não era mais composto apenas de países ricos. Era composto por Estados Unidos, União Europeia, Índia e Brasil.

Nas negociações ocorridas em meados de 2008, quando parecia novamente que nós poderíamos ter chegado a um fim, a esses quatro se juntaram China, Japão e Austrália. Os países em desenvolvimento passaram a ter, portanto, papel central nas negociações – e isso foi uma grande mudança. Tal mudança obviamente não agradou. Dois dias depois de finalizada a reunião da OMC, Bob Zoellick, o atual presidente do Banco Mundial e na época representante comercial dos Estados Unidos, escreveu um artigo no *Financial Times*. Era um artigo curto, em que a palavra “Brasil” aparecia cinco vezes – pode-se imaginar que não era de maneira elogiosa. Mas, quatro meses depois, o próprio Zoellick me telefonou, falou um minuto sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e quase cinquenta minutos sobre a OMC. Ele me propôs, então, que retomássemos a negociação.

O que o Brasil fez naquele momento? E por que estou dizendo isso? Porque enquanto ia do aeroporto a caminho da reunião de Cancun, fui me lembrando daquela reunião de 2003, em que o mundo viu que o Brasil era capaz de dizer “não” – mas de uma maneira que não era irracional e obstrucionista, mas de maneira qualificada. Não é simplesmente dizer “não, não quero; não vou fazer nada, não quero participar”, porque isso nós tentamos, de alguma forma, fazer na Rodada Uruguai, mas fomos levados de roldão porque esse tipo de posição não tem condição de prevalecer no cenário internacional sem pro-

curar alternativas, sem ser propositivo, que é o que o Brasil e os países do G-20 têm que fazer.

Essa articulação precisava ter legitimidade. Não bastava ser só Brasil, Índia e China porque senão parece que são só os grandes países em desenvolvimento em detrimento dos pequenos. Tivemos que nos articular com os africanos, tivemos que nos articular com os centro-americanos. Enfim, o G-20, desde o início, tinha países de menor desenvolvimento relativo, como a Tanzânia, tinha países centro-americanos. Alguns chegaram a sair e depois voltaram.

Por que estou mencionando esse momento? Porque ele foi, de alguma forma, estruturante da política externa brasileira. Foi um momento de teste. Porque definir no papel quais são os objetivos e até como alcançá-los, e quais são as dificuldades, é muito diferente de realmente começar a enfrentar as dificuldades. Ou seja, há uma grande distância entre dizer que o objetivo principal, ou de acordo com os nossos princípios, é defender a integração latino-americana – que está prevista, aliás, na Constituição – ou a soberania dos Estados ou a solução pacífica de controvérsias e, na situação concreta, ser capaz de defender esses pontos. Creio que naquele momento, por incrível que pareça, isso nos deu muita credibilidade em muitas outras negociações, incluindo, por exemplo, a negociação da Alca, que nós continuamos discutindo com os americanos.

O Brasil nunca aceitou realizar algo apenas por estar premido pelo tempo ou por pressões externas. Começamos, já no governo Lula, logo no início das discussões, e havia um prazo para o Brasil apresentar as suas ofertas na Alca. Eu falei: “Não vou fazer isso”. Como é que um governo que acaba de chegar,

em quarenta dias vai apresentar uma oferta em uma negociação tão complexa como a da Alca? E disseram: “Mas temos que fazer! Porque está combinado!”. Eu também não estou criticando as pessoas do governo anterior, porque até acho que eles não fizeram de má-fé, pois na realidade eles tinham que ter apresentado antes e preferiram não apresentar, pois haveria em breve um novo governo, e tentaram ganhar um prazo. E aí não tivemos condições de fazer isso.

Com a questão de Cancun, nós ganhamos também uma credibilidade internacional que obrigou o próprio governo americano a nos olhar com respeito e a ver que o Brasil não estava com implicância de natureza ideológica, ou que nós não queríamos nada, mas que nós tínhamos que defender os nossos interesses. Aliás, eu sempre disse que era muito difícil ter uma Alca, naquela época, que correspondesse aos interesses do Brasil. Mas se nós conseguíssemos fazer, por que não? Então negociamos. Chegamos até a alguns entendimentos que, no fim, não deram certo porque havia gente muito dogmática, sobretudo do lado deles, que queria outros resultados.

Por isso, quero dizer que Cancun foi um momento estruturante, e ficou claro internacionalmente e também para a opinião pública interna, apesar da maneira como a mídia dizia “fracasso em Cancun”, “Brasil, Índia e China responsáveis pelo fracasso em Cancun”. Sobre os mesmos fatos, comparei as manchetes brasileiras e as internacionais, sobretudo quando se referiam ao Brasil. Parecem duas histórias completamente diferentes, com a mídia brasileira sempre nos jogando para baixo: ou era fracasso ou era obstrução. Sempre uma palavra negativa. Na mídia internacional, era o contrário: “Brasil li-

dera grupo de países em desenvolvimento”. Uma percepção bem mais sofisticada daquilo que estava acontecendo.

Aquele foi um momento que, apesar dessas vicissitudes, mostrou, nacional e internacionalmente, que a nossa política externa era para valer. Que era, assim como o presidente Lula me encomendou quando fui convidado ao cargo, uma política externa “ativa e altiva”. Sem jogo de confrontação e de obstructionismo a todo preço, mas com negociação.

Naquela mesma reunião de Cancun, no fim de algumas tensas negociações, o próprio Robert Zoellick disse: “O Brasil apresenta condições muito difíceis, mas vê-se que está trazendo propostas, então respeitamos”. Essa atitude gera respeito. Defender com firmeza o seu ponto de vista, ser capaz de propor, legitimar e negociar. É difícil, mas é o que fizemos. Isso foi um aspecto da política externa no plano da política comercial, que teve reflexos na negociação da Alca, que acabou não prosperando porque, evidentemente, não era para ser do jeito que atendesse aos interesses de países como o Brasil e outros. Teve todo esse impacto nas negociações com a União Europeia e na continuação da negociação comercial.

Fui a Cancun com o presidente da República, no começo desta semana, para uma reunião também singular e de alguma maneira muito ilustrativa dos rumos da nossa política externa. Porque aquela era, depois da primeira que tivemos em Salvador, na Bahia, a segunda reunião de cúpula de todos os países da América Latina e do Caribe. E como o presidente Lula frisou algumas vezes, nunca, em 200 anos de história, a América Latina e o Caribe haviam se reunido sem uma tutela externa. Um fato muito impressionante é que a América Latina

e o Caribe podiam se reunir com os Estados Unidos no âmbito da Cúpula das Américas, sem Cuba. Poderia se reunir com a União Europeia, poderia se reunir sem os caribenhos, com na Cúpula Ibero-americana. Mas não podia haver reunião entre América Latina e o Caribe apenas. Não é impressionante? Eu fico muito impressionado com alguns retrospectos. O complexo de inferioridade é tal que qualquer ato de autoafirmação, por mais inocente que seja, é visto como um desafio a uma potência externa – sobretudo em relação aos Estados Unidos. Podíamos até nos reunir com a Europa. Mas reunir só América Latina e Caribe, não podia. Esse movimento foi resultado de um processo que resultou, em grande medida, de uma linha de força da política externa brasileira.

Então, voltar a Cancun foi simbólico em relação à primeira manifestação, digamos, de real capacidade não só de agir independentemente, mas de agir articuladamente com outros países, como havia sido a reunião da OMC. Voltar a Cancun teve um significado simbólico porque nós sabemos que, nessas situações, a primeira reunião pode já encerrar questão. Mas quando você faz a segunda e vem a terceira, aquilo vai se firmando. Mas, nesse caso, foi até mais do que isso, porque houve uma decisão muito importante de se criar a Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe – a Celac. Essa decisão é marca de algo que a política externa brasileira ajudou a criar.

Mencionei recentemente, na parte internacional do Congresso do PT, que além de ativa e ativa, a política externa brasileira foi criativa. Porque muitos dos grupos que vemos hoje foram literalmente invenções da política externa brasileira. Não foram, no entanto, criados do nada. Em política não se pode

inventar a partir do nada. Inventar é captar o potencial da realidade e transformar essa realidade virtual em realidade atual.

Muito antes desse episódio que relatei, que tem a ver com a integração da América Latina e Caribe de maneira muito mais ampla, concretizamos a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que foi também um processo longo – e que também não foi retórico, ao contrário do que diziam os detratores, que são muitos, da nossa política externa, seja por indiferença ou porque não acreditam no Brasil, ou por qualquer outra razão. A criação da Unasul foi um processo trabalhado com grande profundidade. Primeiro, politicamente. O presidente Lula, no primeiro ano de governo, recebeu todos os dirigentes da América do Sul. Em dois anos, ele havia visitado todos os países dessa região. Houve um trabalho político em torno disso, mas também houve um trabalho para transformar essa realidade em algo concreto, que vai além da retórica.

Inicialmente, trabalhamos fortemente para ter uma área de livre comércio na América do Sul. E não foi uma tarefa fácil. A primeira pessoa que falou em uma área de comércio sul-americana foi o presidente Itamar Franco, em uma reunião do Grupo do Rio, em Santiago do Chile, em 1993. Pouco depois, numa reunião da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em Montevideú, coube a mim explicar como se poderia fazer essa área de livre comércio sul-americana. Naquela época já se começava a falar de uma Área de Livre Comércio da América do Sul (Alcsa). Não estava ainda definida com esses termos, mas já se falava muito da expansão do Nafta [sigla em inglês do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio]. Tudo que se falava era que receberíamos uma irradiação distante da luz, que viria do Norte. Quer dizer, o Nafta ia ser ex-

pandido aos poucos e chegaria até o Cone Sul. Então, quando fomos lá falar não de Alca, mas de Alcsa, a repercussão variou entre a hostilidade e a indiferença. Depois houve uma reunião presidencial – também vamos reconhecer o que aconteceu durante o governo Fernando Henrique Cardoso – que lançou um processo relativo à infraestrutura. Mas também parou aí, e não foi muito adiante. E nós nos dedicamos profundamente, no governo do presidente Lula, a levar adiante e criar as condições para uma real unidade. Não só levamos muito para frente a questão da infraestrutura, mas, sobretudo, esses acordos comerciais. Isso não significa que consideremos o livre comércio uma panaceia para tudo. Mas se alguns países da região estão realizando acordos de livre comércio com países fora do continente, é melhor que tenhamos entre nós também.

Dedicamos boa parte do esforço político-diplomático da primeira parte do governo do presidente Lula, além desses outros episódios que mencionei, a concretizar as bases da integração. E conseguimos, em 2004, assinar um acordo envolvendo a Comunidade Andina e o Mercosul. Isso significa, na prática, toda a América do Sul. Guiana e Suriname são casos diferenciados. Primeiro, porque têm uma relação com a Comunidade do Caribe (Caricom). Segundo, porque são países tão mais pobres que também não podem entrar numa zona de livre comércio da mesma maneira que os outros. E não foi fácil concluir o acordo. Em todos os países que visitávamos, verificávamos que havia um grande medo do Brasil. E nós sempre dizíamos, como o presidente Lula disse outro dia no México também, que é difícil entender por que a burguesia colombiana, os capitalistas colombianos, ou peruanos, ou equatorianos, naquela época, tinham medo do Brasil e não tinham medo dos Estados Unidos. É algo que não dá para entender. Algo que só pode fazer parte da es-

trutura ideológica das pessoas. Não há raciocínio econômico que explique uma coisa dessas. E fomos mostrando também que o Brasil, por ser a economia mais forte da região, poderia até a aceitar que as concessões não fossem absolutamente simétricas e que levassem em conta as diferenças. Com isso, conseguimos, em 2004, ter o Acordo-Quadro, e um pouco depois fizemos os acordos específicos com os países da região.

Então, chegamos à Unasul, que não é, ao contrário do que muitas pessoas dizem, algo retórico. É algo baseado em ações muito concretas da integração sul-americana. O comércio do Brasil com a América do Sul aumentou exponencialmente nesses anos. Não estou contando 2009, porque esse foi um ano muito pouco típico em razão da crise que atingiu o comércio de manufaturas do mundo inteiro. Atingiu a nossa exportação para a América do Sul, como para os Estados Unidos. Se tomarmos 2008, que foi um ano mais dentro dos padrões, a América do Sul passou a representar, em vez 12% ou 13% das nossas exportações, 20% delas. A América do Sul sozinha já é maior que os Estados Unidos, e continua a ser, apesar da crise, como mercado de exportações brasileiras. Não quero dizer que a questão econômica comercial seja a única motivação, mas é uma das motivações. É importante ter isso presente. E 90% das nossas exportações são manufaturas ou semimanufaturas. É uma exportação de qualidade muito maior. Sem falar que os investimentos brasileiros na América do Sul aumentaram muitíssimo. Toda essa boa relação política facilitou a resolução de conflitos, embora nós tenhamos também que lutar contra outros preconceitos. O Brasil, em muitos países da América do Sul, era visto como imperialista ou subimperialista. Temos também que convencer os outros, porque o Brasil é maior, tem uma economia mais pujante e foi autodenominado Im-

pério durante mais de sessenta anos. É curioso, pois não estamos acostumados a pensar no Brasil como um Império, mas se pegarmos um livro, artigo ou discurso do século XIX, ele vai se referir à diplomacia brasileira como a diplomacia do Império. É um termo que naturalmente causa susto. Então, existe todo um esforço para se convencer, não só com palavras, mas com atos, de que não é assim, que nós queremos uma integração que beneficie a todos. Queremos investimentos brasileiros que sejam produtivos e que respeitem as legislações locais.

Essa integração, a criação da Unasul, que depois permitiu essa comunidade de toda a América Latina e Caribe, tudo isso está relacionado à atual política externa. No começo, quando as pessoas estavam muito interessadas na Alca, na negociação com a União Europeia, os jornalistas sempre me perguntavam por que eu me interessava tanto pela América do Sul. Eu dizia que era porque eu moro aqui. Se eu morar na Rocinha, tenho que me interessar pelos problemas da Rocinha. Se morar no Copacabana Palace, vou me interessar pelos problemas de lá. Você tem que começar a se interessar pelo lugar em que mora. E moramos na América do Sul. Essa é uma realidade que não vai mudar. E acho até uma boa realidade. E creio que temos muito que aprender com nossos vizinhos, bem como ensinar a eles e nos fortalecermos com eles.

Temos que nos convencer de que o Brasil é um país muito grande e muito importante. A prova é o grupo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) e o papel que estamos desempenhando nas relações internacionais. Na economia que vai se configurando para o século XXI, os atores serão os grandes blocos. Os Estados Unidos são um bloco em si mesmos. A China é um bloco em si mesma. E a União Europeia é um bloco. Olha,

nesse cenário, até o Brasil talvez não seja suficientemente grande. Então, ter uma América do Sul articulada, bem entrosada econômica e politicamente é muito importante para nós.

Citei aqui dois exemplos de questões importantes, mas houve muitas outras iniciativas. O Brasil vai sediar agora uma Cúpula do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) e outra dos Brics. O Fórum Ibas decorre de uma cooperação natural, porque são três grandes democracias – o Brasil se orgulha muito também de ser um país democrático –, cada uma em um continente do mundo em desenvolvimento, que até então se desconheciam. Quando veio ao Brasil o ex-presidente da África do Sul Thabo Mbeki, a ex-ministra Zuma sugeriu, no segundo dia de sua visita, a criação de outro grupo, envolvendo uns sete ou oito países. Eu sugeri algo simples e funcional: um grupo com Brasil, Índia e África do Sul. Isso já vinha na minha cabeça desde o governo Itamar Franco. Porque até o caminho das Índias passava pela África do Sul. E o Brasil entrou nessa equação de alguma maneira. Por coincidência, são três grandes democracias com preocupações sociais e posições independentes no cenário internacional. Então devíamos nos articular mais. E fizemos o Fórum Ibas.

Vai haver a quarta cúpula em breve e já houve umas dez reuniões ministeriais. Daí podem resultar ações de fato práticas. Já houve outros grupos de países em desenvolvimento. Mas é muito difícil acertar um projeto entre quinze países, porque cada um quer de um jeito. Fica impossível. Porém, entre três, quem sabe? Temos agora cooperação em várias áreas. Há cooperação na área de defesa, na área de energia, na área cultural. Já estamos falando em satélite Ibas – algo que seria muito simbólico. Estamos trabalhando juntos com o Ministério da

Tecnologia, e é possível que saia algo. Mostra que podemos trabalhar juntos. O projeto que foi selecionado pelo Pnud (Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento) como exemplo de cooperação Sul-Sul no Haiti, por exemplo, foi um projeto do Ibas, que é de coleta de resíduos sólidos, de lixo, que dá muito emprego para as pessoas em uma das favelas – a favela do Carrefour Feuilles. O projeto tem três dimensões: dá emprego, limpa as ruas – as pessoas notam quando vão chegando perto de Carrefour Feuilles que as ruas vão ficando mais limpas – e, ao mesmo tempo, permite a transformação dos resíduos em combustível, o que também evita o contínuo desmatamento do Haiti. É um projeto-modelo financiado por países pobres em desenvolvimento.

Na ONU sempre houve essa divisão: os doadores e os receptores, os ricos e os pobres. São ricos e pobres mesmo. Mas eu sempre disse – e aprendi isso com os caseiros de um sítio que eu tinha em Brasília – que você não precisa ser rico para ser solidário. Eu os via adotando, dando comida para as crianças mais pobres do vizinho, e aquilo me causava muita impressão. Quer dizer que não é preciso você ser rico para ser solidário. A Índia, o Brasil e a África do Sul estão demonstrando isso.

Posteriormente, houve a primeira Cúpula dos América do Sul-Países Árabes. E todo mundo perguntava por quê fazer aquilo. Os resultados vieram em várias frentes. O nosso comércio quadruplicou com os países árabes. Nos dois sentidos: não me refiro apenas à compra de petróleo. Em uma ocasião, desembarquei no Catar para ter uma conversa preparatória para uma reunião e vi que todos os ônibus eram brasileiros. A Arábia Saudita compra aviões da Embraer.

O mesmo acontece com a África. As pessoas pensam que a aproximação com África é uma questão meramente retórica – e não tem nada disso. Primeiro, é verdade que o Brasil tem que redescobrir as suas raízes africanas. E digo francamente, como embaixador na ONU, como ministro das Relações Exteriores, se tem algo que às vezes causa um pouco de constrangimento é estarmos sempre falando em democracia racial, mas olhamos ao redor e não encontramos uma pessoa que possa ser considerada negra em certos círculos – com raríssimas exceções. Mas isso está mudando. É preciso internalizar a África no Brasil, o que também é importante do ponto de vista da autodescoberta do Brasil.

Nossas exportações para a África multiplicaram por cinco nesses anos. Se fôssemos tomar a África – concordo que é um artifício – como um país isolado, ela seria hoje o nosso quarto parceiro comercial. Alguém poderia imaginar isso? Todo mundo criticava o presidente Lula, questionando o que ele estava fazendo na África, enquanto deveria estar na Alemanha, na França. Bem, ele também foi à Alemanha e à França. Então, a África viria abaixo apenas dos Estados Unidos, da China e da Argentina. Acima da Alemanha, do Reino Unido e do Japão. Portanto, não se trata de algo sem importância do ponto de vista econômico. Sem falar nos investimentos. Em um país pequenininho, a Guiné Equatorial, uma empresa brasileira – as grandes nem estiveram interessadas – foi lá realizar uma obra de construção no valor US\$ 40 milhões. Hoje tem mais de US\$ 1 bilhão investidos na Guiné Equatorial.

Criamos essa Cúpula da América do Sul-África. Uma Cúpula Brasil-África era o desejo de muitos países africanos, mas achamos que do ponto de vista da integração da América

do Sul era importante que o encontro contemplasse todos os países da nossa região. Porque bem ou mal, para o Brasil, a África é uma realidade. Para outros países não é. Fizemos a América do Sul e África aproximarem-se. Fizemos a América do Sul e os países árabes ficarem mais próximos. Vi com muito orgulho a Presidenta de turno da Unasul, a Presidenta Bachelet, na segunda Cúpula realizada em Doha, no Catar, falando em nome de toda a América do Sul. Achei bonito. É algo em que estamos avançando.

Tudo isso, como digo, são invenções. Não estavam aí. Na OMC, tivemos que confrontar uma realidade e tomar posições. Nesses casos que mencionei, não: nós inventamos. Além de ativa e ativa – parece um pouco autoelogio, mas acho que era o que ela se propunha a ser, e foi –, a política externa tem sido criativa.

Claro que também procuramos negociar. Não é que queiramos sempre confrontar. Aliás, não quero nunca confrontar. Muitas vezes encontramos soluções. Para voltar ao assunto inicial, em julho de 2008, se fosse pelo Brasil, a própria Rodada de Doha teria sido concluída. Porque nós e, para falar a verdade, a União Europeia também, soubemos fazer. A maioria ali queria que terminasse, mas teríamos concluído a Rodada de Doha, o que seria muito benéfico, porque as pessoas criticam a OMC por beneficiar mais os ricos. Beneficia mais os ricos porque é da natureza das coisas que os poderosos façam as legislações em seu benefício. Mas sem lei é muito pior. Isso eu posso garantir. É melhor ir tratando de reequilibrar a OMC porque colocá-la de lado é lei da selva. E, na lei da selva, nós saímos perdendo.

André de Melo Souza (Ipea) — O senhor mencionou que Cancun, particularmente a criação do G-20 Comercial, foi um “momento estruturante da atual política externa brasileira”. Nas suas palavras, a primeira vez em que o Brasil disse “não”. Eu queria saber em que medida a reunião anterior em Doha e, especificamente, a negociação sobre a declaração de Doha, de Tríplice Saúde Pública, não pode ser considerada um precursor do G-20, e também uma instância até anterior, em que o Brasil já tenha se posicionado de forma assertiva.

Claro que o Brasil já foi capaz de dizer “não” no passado. Há um livro recente sobre os personagens, e as discussões na OMC remontam ao lançamento da Rodada de Doha, de modo que esse episódio está relatado em detalhes. É de um autor americano chamado Paul Blustein [Misadventures of the Most Favored Nations: Clashing Egos, Inflated Ambitions and the Great Shambles of the World Trade System]. O Brasil teve, indiscutivelmente, coragem naquele episódio. Fui parte desse processo, e o ministro da saúde da ocasião, José Serra, também participou. A nossa resistência na ocasião foi fundamental para conseguir um resultado positivo sobre o tratamento da questão da saúde pública na OMC.

Em Cancun, a questão era mais complexa, mais difusa, envolvia toda a parte agrícola, envolvia muitos outros aspectos, não estava concentrada em um único ponto. Na questão da propriedade intelectual e saúde, tínhamos um ponto a nosso favor, o que não houve na reunião de Cancun: parte importante da opinião pública internacional estava do nosso lado, porque a questão da Aids era mais evidente. Além disso, muitas ONGs e outras forças que também têm expressão internacional estavam do nosso lado. E nós soubemos operar com isso.

Mas eu não diria que teve o mesmo impacto do que foi feito na Reunião Ministerial de Doha, porque ali o Brasil, junto com outros, poderia ter sido tachado como responsável pelo fracasso da Conferência. Ali, enfrentamos – e ganhamos – uma disputa diplomática, sem perder a postura propositiva que levou o próprio representante comercial americano, alguns meses mais tarde, a me propor que Brasil e Estados Unidos fossem o centro de uma rearticulação que, naturalmente, envolvia também a União Europeia, a Índia e outros.

Alberto Cavalcanti (SAE) – Gostaria de comentar um tema que o senhor desenvolveu com muita propriedade: a questão da disjunção entre o que se relata sobre a atuação da diplomacia brasileira aqui no Brasil, na nossa mídia, e o que se vê na mídia dos outros países. Estudei pessoalmente esse episódio hondurenho, que para mim é ainda mais emblemático dessa disjunção porque, diferentemente do que ocorreu naquelas negociações de grandes acordos comerciais em organismos multilaterais, em que havia interesses diferentes e até opostos aos nossos, portanto capazes de se exprimir, até dentro do Brasil, no caso hondurenho, aparentemente, houve um alinhamento universal. Países que se opõem – Paquistão e Índia, Coréia do Sul e do Norte, Israel e Síria etc. – ninguém aderiu ao governo golpista de Honduras. Houve um alinhamento universal, com uma única exceção, até onde percebi: certos setores da nossa grande imprensa, em que observamos até alinhamentos entre pessoas com histórico de esquerda e um advogado que pertenceu ao Comando de Caça aos Comunistas e que se tornou de repente um advogado constitucionalista especialista em assuntos hondurenhos. Junto a essa percepção uma experiência pessoal, de ter atuado na Secretaria de Comunicação da Presidência da República em três governos, para lhe dizer que tenho a impressão pessoal de que o Itamaraty

não se comunica muito com a sociedade brasileira, deixa isso a outras instâncias. Quem fala pelo Itamaraty na prática com a sociedade brasileira são tradutores que nem sempre são tradutores, às vezes são traidores. Não teria chegado o momento, com essa mudança da qualidade da inserção internacional do Brasil no mundo, de o Itamaraty reforçar a sua capacidade de dizer à sociedade brasileira o seu próprio discurso, sem ter que ser intermediado, digamos assim, pelos editores externos?

Concordo que sempre é possível melhorar os nossos serviços. Mas, como o principal porta-voz do Itamaraty sou eu próprio, acho que apareço até demais. Procuro até falar menos quando posso. Quanto mais falo, não adianta: a mídia coloca de outra maneira. Mas tenho uma convicção: talvez o que eu vá dizer seja ilusório e possa até parecer pretensioso, mas como ando sem segurança, pelas ruas, o meu contato com setores da população indica que a maneira como o povo recebe a mensagem da política externa é, de modo geral, positiva. E, como eu já disse uma vez, é mais positiva nas portas das fábricas do que nos shopping centers. As pessoas apreendem, talvez porque hoje em dia existam muitos sites e blogs, porque muita informação aparece na televisão de forma direta e isso impede a manipulação pelos editores.

Dei o exemplo durante a minha palestra da Reunião Ministerial de Cancun de 2003, em que o aspecto da comunicação foi fundamental, sobretudo com a mídia internacional. Não quero entrar numa discussão sociológica sobre a mídia brasileira, mas muitas vezes se dá uma entrevista e o que se publica é sempre algo que possa ser interpretado como negativo. Um exemplo: houve essa reunião da América Latina e Caribe em Cancun sobre a qual já falamos. Um evento importantíssi-

mo, em que estavam representados todos os países da região, tivemos a presença do o presidente Calderón, eleito por um partido considerado de centro-direita no México. Ninguém pode dizer que o presidente Calderón é um homem de esquerda. E o que os jornais procuraram mostrar? Divulgaram como uma foto em que aparece o presidente Chavez à frente e o presidente Lula ao fundo. O que se pode fazer contra isso? O Itamaraty não tem órgão de imprensa para publicar outra foto. Não é que aquela foto seja falsa. A reunião da Unasul à margem da Cúpula de fato aconteceu. A foto é, portanto, verdadeira, mas reflete apenas uma parte da verdade. E quando se expõe apenas uma parte da verdade, você pode, sem estar mentindo, dar uma visão errada dos fatos.

Voltando à questão de Honduras. A condenação ao golpe foi unânime. Até pela Organização dos Estados Americanos – portanto, também pelos Estados Unidos e pelo Canadá. Não houve nenhum país que deixasse de condenar o golpe. Evidentemente, foi um golpe militar, porque o presidente legítimo foi tirado dos seus aposentos com uma pistola encostada na sua cabeça e transportado para fora do país. Todos condenaram isso.

Essas discussões começaram, sobretudo, quando o Brasil ofereceu proteção ao presidente Zelaya. Não era algo que nós fomos atrás. Aliás, pelo contrário. Simplesmente ocorreu. Houve um momento, logo no início da crise, quando o Zelaya ainda estava fora de Honduras, em que o Secretário-Geral da OEA pediu um avião brasileiro para ir ao país e nós cedemos – o primeiro avião que pousou lá em uma missão oficial era brasileiro. Pouco depois, o próprio presidente Zelaya quis voltar a Honduras e também pediu a nossa ajuda. Negamos porque não íamos entrar em nenhuma aventura. Não é ques-

tão de ser a favor ou de ser contra uma parte ou outra. Nós éramos evidentemente contra o golpe. Mas não poderíamos expor um avião brasileiro a chegar lá e ter ordem de parar em outro lugar, ou não se respeitar a ordem e ter outro constrangimento maior ainda. Não poderíamos expor o Brasil a isso. Em outro exemplo, quando também houve aquela tentativa por terra, houve um telefonema em que o presidente Zelaya falou com o presidente Lula, que respondeu: “Cautela, nós apoiamos você como o presidente legítimo de Honduras, mas vá com calma”. Esses foram os nossos conselhos básicos.

Não poderíamos recusar, entretanto, proteção a um presidente eleito legitimamente e que deveria estar ocupando o palácio presidencial. Quando ele pediu proteção à Embaixada do Brasil, chegou lá por outros meios, não procuramos investigar quais e muito menos tivemos qualquer participação na chegada dele. Mas não podíamos negar proteção. Claro que aí uma parte enorme da mídia disse que o Brasil não podia fazer isso. Quiseram nos colocar num dilema: “O Brasil tem que dizer se é asilo ou se não é asilo”. Dilema, aliás, que foi primeiro colocado pelos golpistas, pelo Roberto Micheletti. Não foi nem a imprensa brasileira que inventou esse dilema, não quero ser injusto. A imprensa simplesmente comprou essa falsa questão dos golpistas.

O que os golpistas queriam dizer com isso? Bom, se o governo brasileiro dissesse que é asilo, o Zelaya não poderia manter contatos políticos. Contatos políticos que ele devia manter com os próprios membros do governo do Micheletti. Entretanto, se disséssemos que não era asilo, talvez teria sido dado livre trânsito àquelas pressões que aconteceram em torno da

Embaixada do Brasil, talvez até tentassem entrar lá para arrancar o Zelaya à força.

Não entramos nesse jogo. Todos, unanimemente, até os Estados Unidos, reconhecem que o papel do Brasil foi positivo. A solução final foi a que queríamos? Não, não foi. Mas teria sido pior se tivéssemos nos recusado a receber o presidente Zelaya, porque provavelmente não teria havido acordo, não teria havido anistia, não teria havido aquele gesto do presidente Pepe Lobo – eleito em eleições com cuja forma nós não concordamos – que foi à Embaixada do Brasil para sair junto com o Zelaya. É difícil especular o que poderia ter acontecido.

O Brasil está totalmente confortável com a posição que tomou. Quem teve problemas é o governo que emergiu do golpe de Honduras, que tem que provar que é efetivamente um governo de conciliação, um governo de diálogo. E, mais tarde, pode ser até que essa ferida se cicatrize, porque a política, como toda política externa ou interna, é feita de princípios, mas é feita também de visões da realidade. A região tem vários governos democráticos, incluindo muitos com os quais temos afinidades. Vamos acompanhar, portanto, como a situação evolui.

Mariana Brasil (IPC-IG) – Qual é o motivo do apoio brasileiro ao programa nuclear iraniano?

Jorge Romano (Ipea) – Acredito que a política com relação ao Irã e até a visita do presidente Lula ao Irã estão provocando um desconforto muito grande entre alguns setores dos Estados Unidos e Israel, e lobbies organizados nos Estados Unidos. Gostaria de ouvir uma avaliação da sua parte, no sentido do que pode acontecer nos próximos meses, porque estamos em um ano elei-

toral, em que a questão da política externa vai ganhar mais peso e a questão do Irã com certeza vai ser bastante debatida. Daí a necessidade de o governo explicar muito bem para a sociedade o que está acontecendo, e por que o Brasil está disposto a pagar esse preço.

Não se trata de apoiar a política nuclear iraniana. O que o Brasil tem dito é que o Irã, assim como o Brasil, tem direito de desenvolver um programa nuclear pacífico. E é preciso, para isso, que ele esteja se comportando dentro das regras da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e do Tratado de Não-Proliferação (TNP), do qual é signatário.

É importante ter em mente que há países que não assinaram o Tratado e sabidamente têm armas nucleares. Índia e Paquistão, declaradamente, Israel, não-declaradamente. Todas as vezes em que se discute a possibilidade de um Oriente Médio livre de armas nucleares, os Estados Unidos são, quase sempre, os primeiros a se opor, em razão de sua aliança com Israel.

O Brasil é, obviamente, contra a proliferação nuclear. Não faria sentido o País assinar o Tratado de Não-Proliferação, dizer na sua Constituição que as armas nucleares estão proscritas, e achar razoável que outros desenvolvam ou adquiram a bomba.

A nossa posição básica tem sido a de discutir. Vamos ter a oportunidade de fazer isso, em breve, na conferência de revisão do TNP, ocasião em que vamos poder cobrar também o cumprimento do Artigo 6, que versa sobre o desarmamento nuclear. Até agora muito se fez e muito se fala sobre a não-proliferação, mas nada ou quase nada se fez pelo desarmamento, e uma das razões – vou mencioná-la, ainda que não

tenha sido o atual governo —, que levou o Brasil a assinar o Tratado é a convicção de que deveria existir um equilíbrio entre não-proliferação e desarmamento.

Voltando ao caso do Irã: o que o Brasil defende é o programa nuclear pacífico. Houve, no passado, suspeitas em relação à quantidade de urânio não-declarada ou não-especificada. Não sei se as respostas oferecidas pelo Irã foram consideradas totalmente satisfatórias ou não. De lá para cá, a Agência Atômica continua inspecionando. Até onde sabemos, não há nenhum indício de desvio no destino do urânio no Irã. Existem dúvidas ainda sobre um passado um pouco longínquo, mas quando a própria Agência Atômica se refere a essas dúvidas, ela se refere — e vou usar a expressão exatamente como surge nos relatórios da AIEA — a “alegados estudos”. Quer dizer, nem os estudos são estudos. São estudos alegados. Provavelmente relatórios de serviços secretos de países que não simpaticizam com o Irã.

Vivi de muito perto o que aconteceu com o Iraque, porque fui embaixador na ONU durante quatro anos e depois, como Ministro, continuei a acompanhar o assunto. Além disso, presidi três comissões sobre o Iraque na esteira da presidência brasileira do Conselho de Segurança. Vi como aquelas coisas iam evoluindo num sentido cujo sinal era claro. O Iraque era obrigado a dar provas negativas. E é muito difícil você dar prova negativa. Pense na sua vida pessoal: se a pessoa tem que provar que não fez algo, não é provar que aquela acusação está errada ou provar quem fez, é provar que não fez. É muito difícil. O que se pedia do Iraque era isso. O Iraque não provou que não fez. Então, bombardearam o Iraque, invadiram o país e não encontraram nada. Milhares de pessoas morreram

por conta desse equívoco. Derrubaram um ditador? Muito bem. Será que foi a maneira certa de fazê-lo? De qualquer maneira, o motivo alegado, que eram armas de destruição em massa, armas químicas, nada foi provado, não encontraram nada. O que não quer dizer que o Iraque também não tenha feito, no passado, coisas erradas.

O que nós tememos muito é que ocorra uma situação parecida com essa, e tudo indica que se está caminhando nesse sentido. Por isso, o que o Brasil tem procurado fazer nesse caso? Vai além do desejo natural de ter boas relações com um país com quase 80 milhões de habitantes – do tamanho da Turquia e maior do que qualquer país da América Latina, salvo o México e o próprio Brasil –, que terá uma grande influência no Oriente Médio e, portanto, na paz mundial e nos preços do petróleo, para ficar só nos interesses de cunho, digamos, mais egoístas. Como temos um bom diálogo com o Irã e um bom diálogo também com os países ocidentais, temos procurado ver se é possível chegar a uma conclusão que permita, de um lado, ao Irã, continuar tendo um programa pacífico de energia nuclear e, do outro, dar garantias ao Ocidente e à comunidade internacional como um todo, de que o Irã não está usando isso para fins nucleares.

Essa questão vem sendo discutida há muito tempo. Muitas vezes conversei a respeito com o antigo diretor da Agência, com quem tenho uma relação muito boa dos tempos em que presidi o painel do Iraque, Mohamed El-Baradei, que é, por sinal, prêmio Nobel da Paz. Eu sempre dizia para ele: “A minha teoria é muito simples porque é uma coisa muito fácil de os ocidentais entenderem. É a teoria do cartão de crédito, é a teoria do American Express”. A pessoa falhou no American

Express, fica dois, três, até quatro anos sem poder tirar outro cartão. É, portanto, uma questão de credibilidade. Você não pode dizer que aquela pessoa não tem direito a American Express porque é muçulmana, porque outro país não gosta dela ou porque ela é branca, preta ou azul. É porque não pagou. Recuperando a credibilidade, ela passa a ter direito novamente. Não se pode negar em abstrato ou em absoluto o direito de o país obter enriquecimento, porque é permitido. O Brasil, por exemplo, enriquece urânio.

O que se precisa é chegar a esse ponto, essas discussões estão muito empacadas e nunca houve nenhum progresso, pelo menos durante os sete anos em que estou aqui como ministro. Sempre paravam nesse ponto, porque não havia o reconhecimento de que o Irã teria esse direito. Por quê? Podemos discutir a questão do uso dual (de tecnologias para uso civil ou militar). Recentemente, houve o pedido do Irã para comprar material combustível que utiliza urânio enriquecido a 20%. O Irã pediu à Agência Atômica para facilitar essa compra e, em decorrência desse pedido, houve um início de negociação. E qual foi a reação imediata do Ocidente? Digo Ocidente porque Estados Unidos, Inglaterra e França são os mais vocais, não quer dizer que a Rússia não participe das negociações, a China também. A reação foi a seguinte: "Vender vai ser difícil, mas, quem sabe, podemos trocar. Você nos dá urânio levemente enriquecido, a 3,5%, que é o que serve para produzir energia", que é o que é usado, por exemplo, na usina de Angra dos Reis e em outros lugares, "e nós te fornecemos o equivalente, não é a mesma quantidade porque naturalmente o outro é mais processado, e nós lhe damos o equivalente em elementos combustíveis com urânio a 20%". Por quê? Porque o elemento combustível com o urânio em

20%, por razões de ordem técnica, já não pode ser transformado em bomba atômica.

E por que foi feita essa contraproposta se a proposta inicial do Irã era comprar? Porque os países ocidentais ou os países que se preocupavam com o enriquecimento de urânio viram nisso uma chance de dizer “então a gente retira do Irã certa quantidade de urânio enriquecido, e devolve para ele de uma forma que não pode ser transformada em bomba”. O acordo parecia, dessa forma, ter elementos mutuamente favoráveis ou satisfatórios, porque, do lado do Ocidente, havia esse objetivo de retirar do Irã uma quantidade de urânio, e do lado do Irã, obter uma coisa que parecia ter uma dificuldade em fazer – que é ter urânio a 20% – e depois transformar em elemento combustível, para o reator de pesquisa que serve também para fazer elementos medicinais. Além disso, isso não deixava de ser um reconhecimento do direito do Irã de enriquecer 3,5%, porque se estavam concordando com a troca é porque o enriquecimento de urânio era aceitável. Para o Ocidente, ainda havia o elemento adicional de que o Irã estava renunciando aos 20%, o que nenhum tratado, nenhuma regra da Agência Atômica impede.

Essa proposta parecia ter potencial de prosperar. A análise de por que razão não prosperou é complexa. Cada um tem a sua versão. Chegou a haver um pré-acordo entre um negociador iraniano, em Viena, e os negociadores da Agência Atômica, que depois não foi aprovado. A alegação iraniana é de que o Ocidente, sobretudo os Estados Unidos, fez muita publicidade em torno do fato de que esse acordo limitaria a capacidade iraniana, limitaria o programa nuclear iraniano e isso, por sua vez, gerou uma reação interna no Irã. É verdade que hou-

ve reação interna. Mas o Irã é um país que tem muitos centros de poder e não é tão unitário ou monolítico quanto se pensa. O parlamento iraniano tem um presidente que não é cor-religionário do atual presidente do Irã, até concorreu contra ele em eleições no passado. E foi o Parlamento iraniano que disse que aquele acordo negociado em Viena era inaceitável.

Qual é a situação hoje? Existe uma proposta cujos conceitos básicos parecem ser favoráveis a um lado e ao outro. O que o Brasil tem procurado fazer? E não é só o Brasil, a Turquia também, por exemplo, que é membro da Otan e, segundo se sabe, tem armas nucleares ocidentais estacionadas em seu território. O que países como o Brasil e Turquia têm procurado fazer? É procurar restabelecer as condições para esse diálogo. O Irã precisa mostrar internamente que não está assinando on the dotted line, quer dizer, que não está assinando onde mandam assinar, como se tivesse um formulário pronto. Trata-se de poder negociar um pouco, discutir prazo, discutir como seria feita a entrega. Quem sabe pode haver um acordo? Talvez seja uma ilusão, talvez seja uma ingenuidade. O que ouço muito é que os países ocidentais valorizam a interlocução do Brasil e da Turquia, mas isso às vezes vem com um apoio cheio de crítica.

Como se dá esse apoio cheio de crítica? São ideias como: “Não, com isso o Irã só quer ganhar tempo”. Pode ser, eu não excludo essa possibilidade, mas, de qualquer maneira, para se passar do estágio atual para a bomba atômica, e há relatórios americanos que dizem isso, não se passa em seis, oito meses de jeito nenhum. Não passará provavelmente nem em dois anos. Se o Irã está tentando comprar esse urânio a 20% é porque ele tem dificuldade. A não ser que tudo faça parte de um des-pistamento absolutamente diabólico.

O Irã anunciou agora que vai enriquecer urânio a 20% e as posições foram ficando mais rígidas e mais afastadas. Penso que isso é ruim para o mundo, porque se houver no Irã uma tragédia como houve no Iraque, vai haver consequências incalculáveis. Porque o Irã não é o Iraque. O Iraque não tinha um regime bem visto. Saddam Hussein, em geral, não era bem visto no mundo árabe, até porque se tratava de um regime muito secular. As pessoas podem criticar por outro aspecto, mas ele não era muito islamita, digamos que era pouco islamita. Curiosamente, com a ação ocidental, o islamismo, sem entrar em julgamento de mérito, cresceu. Não diminuiu, cresceu, o que é um fato muito curioso. O caso do Irã é um pouco diferente. Claro que a maior parte dos governantes tem grandes restrições ao Irã. Mas o fato é que o regime iraniano têm grande penetração na massa. Se houver um ataque militar ao Irã, haverá, provavelmente, consequências muito graves, ao meu ver, muito além do Irã. Mas mesmo que não seja um ataque militar, digamos um regime de sanções.

Acompanhei de perto a questão do Iraque e, na ocasião, o Brasil teve a honra – um “abacaxi” também, mas um “abacaxi” honroso – de presidir três painéis sobre o Iraque, o que nunca tinha ocorrido. Nunca tinha havido esse tipo de fato: passar um assunto do Conselho de Segurança para um país conduzir. Acontece que essa é uma característica brasileira: o Brasil tem capacidade de falar com a Rússia, com a China, com a França, com os Estados Unidos, tem capacidade de ter diálogo com todos. Então, o Brasil foi encarregado, ao fim da presidência brasileira do Conselho, de cuidar dos três painéis. Não entrarei nos detalhes sobre os outros, mas era um painel sobre desarmamento, o outro era relativo à parte de indenizações sobre bens kuaitianos levados para o Iraque e o terceiro, sobre a parte humanitá-

ria. A conclusão – e não cheguei a ela sozinho, mas com todos que faziam parte do painel, incluindo Sérgio Vieira de Mello, que faleceu depois tragicamente no Iraque, e havia também um sueco-italiano, o Stefano di Mistura, que atualmente tem uma função importante no Afeganistão da ONU – foi que sanções no Iraque tinham surtido efeito zero sobre a liderança iraquiana, mas tiveram efeito devastador sobre o povo iraquiano. Por quê? Vejamos como começam essas sanções. Inicialmente, dizem que vão fazer sanções localizadas (targeted sanctions). “Não é para atingir o povo. Mas grafite que serve para fazer lápis não se pode usar, porque grafite também é um elemento moderador em um reator nuclear. Borracha? Também não pode porque apesar de o pneu ser usado em ambulâncias, o pneu também pode ser usado em um blindado”.

E assim foram se desenrolando os fatos. E o resultado? A capacidade de produção de energia elétrica no Iraque caiu pela metade ou até em 60%. A capacidade de saneamento de água potável tinha caído 60%. E tudo isso se refletiu no aumento da mortalidade infantil em mais de 200%. Não lembro os números exatos, mas eram muito expressivos. Então, isso em nada diminuiu a força do Saddam Hussein, mas teve um efeito devastador sobre o povo iraquiano. Efeito do qual até hoje não se recuperou – e não se recuperará tão cedo. Depois disso houve os ataques. O Iraque, antes desses fatos, tinha padrões de desenvolvimento humano similares aos de países desenvolvidos. Claro que é porque tinha petróleo. E caiu aos níveis mais baixos dos países de menor desenvolvimento relativo antes do ataque. O regime de sanções acaba levando a uma engrenagem meio sem volta, quando se aplica uma sanção e o país não cede.

Se o presidente Ahmadinejad já teve dificuldade, seja por que razão for, de aceitar o acordo que o seu agente havia mais ou menos pré-acordado em Viena, é porque ele, de fato, tem resistência interna. Se ele for aceitar sob a pressão das sanções, é uma capitulação. O Mussavi, o líder da oposição, talvez até com certa razão, foi um dos primeiros a dizer que aquele acordo era uma capitulação. Então vai ser cada vez mais difícil para o presidente Ahmadinejad chegar a um acordo. À medida que vai sendo mais difícil, as sanções vão aumentando; depois que elas aumentam, não dão resultado. Há radicalização. Os outros países também sofrem pressões internas. Nos Estados Unidos, começam a dizer que não podem fraquejar, que têm que endurecer, que as sanções não funcionaram e que, então, é preciso passar para algo mais forte – e algo mais forte é um ataque. E assim se chega a essa situação de danos irreparáveis.

A nossa posição é essa. Apoiamos sim o princípio de que qualquer país pode ter energia para fins pacíficos, sob supervisão da Agência, como ocorre com o Brasil. Agora, para que isso ocorra, é preciso restabelecer a confiança. Portanto, esse acordo não abrange todos os aspectos, existem outros. Porém, se ele prosperar, isso pode ajudar a recriar a confiança. E a confiança é a base da distensão.

Fábio Ferreira Batista (Ipea) – Ministro, há trinta anos tive a oportunidade de ser seu aluno no curso de Relações Internacionais, na Universidade de Brasília, e na ocasião o senhor ministrava Teoria Política 1 e Teoria Política 2. Gostaria de ouvir um pouco sobre que pensadores influenciaram mais o seu trabalho como estrategista na área de política externa e como formulador e implementador de política externa também.

Foram muitos. Em matéria de política internacional, fui estudando, formando as minhas próprias ideias, não singularizaria um autor, sinceramente. Li obras como a de Hans Morgenthau, *A Política entre as Nações*, os idealistas, o Samuel Pinheiro Guimarães e outros. São influências múltiplas. Eu não singularizaria.

Um autor em teoria política, mais amplamente, muito importante é o Karl Mannheim, que me ajuda a ver os fatos de maneira não-ingênua. Ideologia e Utopia sempre salientei como um dos livros seminais, que forjaram a minha visão. Ele deve sua visão a vários, a sociólogos, deve ao Marx – mas longe de alguém poder dizer que Mannheim era marxista, ele procurava outros caminhos. Então, prezo essa capacidade de procurar ver para além das declarações, para além dos enunciados, qual é o verdadeiro pensamento, a que interesses corresponde, mas também entendendo que essa influência dos interesses sobre o pensamento não é uma influência mecânica e nem imediata. Ela se faz por meio de elementos muito mais complexos.

Enfim, li muitos livros de História, aprende-se muito com a História também. Vê-se os fatos que aconteceram, e como eles foram resolvidos, assim você forma suas conclusões.

Rodrigo Moraes (Ipea) – Sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul, gostaria de saber como, na sua opinião, se concilia a postura do Brasil, que é claramente “não-confrontacionista” com relação aos vizinhos e com relação aos Estados Unidos, com a postura do governo da Venezuela, que é claramente confrontativa em relação aos Estados Unidos e, em parte, também em relação à Colômbia.

A confrontação sempre tem dois lados. Não vou aqui justificar, e não me cabe ficar julgando a política externa de outros países. Mas que houve uma tentativa quase bem-sucedida de golpe de Estado na Venezuela e que ela teve apoio do governo americano na época é um fato não ignorado. Então, pode ser que a Venezuela tenha algumas reações, mas essas reações também foram motivadas por algumas ações. Não sei quando começou.

Obviamente, acreditamos que o ingresso da Venezuela no Mercosul ajuda aquele país a ter uma compreensão melhor dos fatos. Creio que o presidente Lula exerça uma influência muito positiva, e é uma influência moderadora sobre a Venezuela. E não somente o presidente Lula. Veja bem, houve recentemente um episódio que a imprensa até destacou relativamente pouco, um entreviro entre o presidente Chávez e o presidente Uribe. No entanto, o fato de eles estarem ali na Conferência acabou possibilitando, como resultado desse entreviro, que se criasse um grupo de amigos para discutir a questão.

Acredito que, com a entrada da Venezuela no Mercosul, e considerando todo o conjunto das economias do Mercosul, bem maior se comparado com o da Venezuela, é muito mais provável que tenhamos capacidade de influenciar a Venezuela do que o vice-versa, quero dizer, temos estrutura econômica, de busca de “inserção internacional soberana”.

Portanto, parece-me que não há o que temer, ao contrário. No início, talvez o próprio presidente Chávez tivesse a ilusão de que iria mudar o Mercosul, mas já percebeu que não vai. O Mercosul é como é. Claro que em algum aspecto sempre há uma interação dessas influências, mas não tenho nenhum temor disso. Creio que vai ser positivo e que a Venezuela vai

ter que absorver o acervo do Mercosul. E isso vai ser positivo para a Venezuela também. É curioso quando ouvimos o presidente Chávez dizer: “Não, não gosto muito do capitalismo, mas gosto dos capitalistas brasileiros”. Mas por quê? Porque ele está acostumado a brigar com os capitalistas venezuelanos, porque os capitalistas venezuelanos, pelo menos na visão dele, foram contra ele, foram a favor do golpe, totalmente dependentes de influências externas. Por isso creio que seja uma oportunidade de que haja uma influência no geral positiva.

Paulo de Tarso Linhares (Ipea) – Minha pergunta é a respeito da diplomacia norte-americana, cujo princípio básico de estratégia é conhecer o outro. E, para mim, a diplomacia norte-americana é, em boa medida, uma incógnita, particularmente no governo Obama. O presidente Obama, aparentemente — e esse é o ponto que me causa mais angústia —, não foi capaz de imprimir à política externa as promessas feitas durante a campanha. É claro que a campanha nunca é o retrato do que efetivamente se fará. Porém, há a questão de Guantánamo, agora o episódio do auroporto de Porto Príncipe, a própria atuação que levou algumas horas na denúncia do golpe de Honduras, esses fatos parecem indicar a ação ainda muito forte de setores abaixo da presidência dos Estados Unidos e a incapacidade dessa nova direção de impor a sua vontade sobre eles. É isso que acontece? Como é que opera a política externa norte-americana no governo Obama? É, de fato, uma política nova, ou segue o padrão antigo?

Em relação à política americana, é muito difícil fazer um juízo de valor sobre uma questão desse tipo. Acredito que o presidente Obama revelou muito boas intenções no começo do seu governo, em matéria de política externa. Mas temos que considerar a realidade de cada país. Ninguém faz uma política

externa no abstrato. Levando em conta todos os fatores, o tipo de envolvimento que os Estados Unidos têm com o mundo, as alianças militares, acho até que ele começou bem.

No caso da América Latina e Caribe – porque não podemos esquecer que os nossos irmãos caribenhos fazem parte da nossa região, e quando falamos em América do Sul é América do Sul, mas quando falamos em América Latina, é América Latina e Caribe –, ele teve uma atitude muito positiva na reunião da Cúpula das Américas, quando propôs um diálogo com a Unasul. Isso é muito interessante, porque a própria mídia brasileira falou que a Unasul era concebida para confrontar os Estados Unidos, e aí eles pedem um diálogo conosco. Assim talvez a Unasul fique mais “legitimada”: quando os Estados Unidos dizem que tá bem, aí o pessoal aprova.

Então, começou com boas intenções. Houve um diálogo. A relação dele com o presidente Chávez parecia até que ia permitir certa distensão. Logo em seguida, houve a questão de Cuba na OEA, em que foi possível aprovar por unanimidade a revogação da suspensão. E tudo isso foi levado na base do diálogo. Não posso dizer que a política externa americana tenha mudado, que está sendo diferente. As circunstâncias talvez não tenham sido as mais favoráveis. Mesmo no caso de Honduras, devo dizer que a atitude inicial dos Estados Unidos foi muito positiva. Eles também condenaram o golpe militar. Os Estados Unidos concordaram com as resoluções, com as mesmas exigências, que houvesse uma volta do presidente Zelaya. No Oriente Médio, por exemplo, o primeiro discurso do presidente Obama, no Cairo, foi muito positivo em matéria de abertura, dizendo que “não há inimigos”. Do mesmo modo, na abertura em relação ao próprio Irã, os iranianos tiveram tam-

bém um pouco de dificuldade: para eles, também não é fácil, pela ideologia que se formou lá dentro. Em relação ao clima, com todos os defeitos da proposta americana, ele se engajou.

Contudo, creio que todos os países têm dificuldades internas. E o problema é quando o presidente fica muito absorvido com algum outra questão, seja interna ou externa, como é caso do Afeganistão, a tendência é a burocracia tomar a dianteira. Seja o Departamento de Estado, seja o Pentágono. Acho que isso aconteceu um pouco sem, digamos, o suficiente acompanhamento nos temas em nível elevado. Isso aconteceu com Honduras, não nas condenações iniciais, mas na evolução do tema, o que é demonstrado pelas pressões que certos congressistas mais à direita vieram a exercer. E há relações às vezes pessoais.

Quando tínhamos que lidar com o problema de Angola, quando eu estava no Conselho de Segurança, e apoiávamos o governo legítimo, que era o único, a comunidade internacional oficialmente apoiava o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), mas quando se tratava de alguma medida mais dura em relação à União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), era quase impossível porque havia ligações históricas. Eram ligações não do governo, mas de alguns congressistas. Então, em Honduras provavelmente existia também. Isso limitou um pouco a margem de manobra. A questão não é tanto discutir a política, mas até que ponto o presidente Obama está sendo capaz de imprimir a sua personalidade na política externa.

Temos esperanças de que, superadas essas questões da reforma da saúde e outras, o presidente Obama possa dedicar mais

atenção a esses outros temas. Inspirou-me muita esperança, em relação ao Oriente Médio, quando ele nomeou o senador George Mitchell como enviado especial. O senador Mitchell é uma pessoa de grande capacidade: foi quem mediou aquele acordo de Sexta-Feira Santa, na Irlanda do Norte, que também parecia um problema impossível de se resolver, e isso me deu grandes esperanças.

Coronel Penteadó (Cmd. Militar do Planalto) — O que o senhor acha da assertiva de Clausewitz, que a guerra é a política por outros meios?

Em relação ao Clausewitz, não vou fazer uma análise longa, porque alguns dos meus ex-alunos de Teoria Política podem achar que eu já esqueci, ou que não estou tão firme. Mas a essência da frase de Clausewitz, como a entendo, é introduzir alguma racionalidade na guerra, que a guerra não é um objetivo em si mesmo, a guerra não é para as pessoas se destruírem, mas para atingir um objetivo determinado. Esse objetivo foi procurado pela política, e não deu certo, daí se recorre à guerra. É para as pessoas não esquecerem isso. Acredito — e já era assim na época dele, e isso é verdade em qualquer época, e talvez mais verdade na nossa, em que a sociedade está envolvida de maneira mais dramática — que você sabe como começar uma guerra, mas terminá-la não é simples. Portanto, é preciso ter cuidado, vejo a frase do Clausewitz sobretudo por esse ângulo. É uma continuação da política, mas ela muito facilmente escala para outros resultados que não faziam parte do objetivo inicial. É, portanto, sempre melhor evitar.

Se você quiser interpretar em tempos modernos, poderia se referir a algumas ações de paz da ONU, que são ações milita-

res, elas também se inserem em um quadro político. Não se trata apenas de entrar em um país e reprimir um grupo. Deve haver um objetivo, que é a estabilidade.

Boa a sua pergunta, porque me permite falar do Haiti, onde temos feito um trabalho extraordinário com as Forças Armadas Brasileiras. É um trabalho que tem também a ver com a ordem e a segurança e foi, no início, mal compreendido por uma parte da sociedade brasileira – tanto da direita como da esquerda, que não compreenderam que essa era uma ação de paz das Nações Unidas e que era voltada para objetivos verdadeiramente solidários com o povo haitiano. É um trabalho extraordinário reconhecido hoje por todo o povo haitiano. Mas isso se deu por um objetivo político. Não é só a ordem pela ordem e a segurança pela segurança, mas a ordem e a segurança para permitir o desenvolvimento político e econômico.

Melissa Andrade (do IPC-IG) – Minha pergunta é relacionada às duas cúpulas que estão prestes a acontecer: a cúpula do Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) e a cúpula do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China). O IPC (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo) agora está envolvido na organização do fórum acadêmico que vai anteceder a cúpula do Ibas. Então, justamente nesse processo de reflexão sobre a cúpula, sobre os assuntos que vão ser discutidos, eu gostaria de ouvi-lo sobre o que está sendo pautado no âmbito do Itamaraty.

A resposta é um pouco mais de procedimento do que de conteúdo. Não vou agora me estender sobre os temas todos do Ibas, mas acho muito importante que haja essa discussão. Nós chamamos Ibas em português. IBSA é a sigla original, em inglês. Vou até contar algo que se passou comigo para dar

um tom mais leve. Certa vez, fui a Portugal com o Ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia. E o Ministro da Ciência e Tecnologia de Portugal, em determinado momento (isso faz vinte anos – aliás, hoje ele é Ministro da Ciência e Tecnologia, na época era o presidente do CNPq português) referiu-se à Sida, e eu vi que o Renato, o meu ministro, não tinha entendido. Eu cochichei para ele: “Aids”. Então o português percebeu e disse: “Ah, vocês lá dizem Aids? Nós cá dizemos Sida”. Na realidade, ele tinha razão, porque a sigla em português deveria ser Sida. Mas a sorte estava do nosso lado porque daí a cinco minutos ele falou de programas de tecnologia militar e se referiu à Nato. E eu disse: “Ah, vocês cá dizem Nato? Nós lá dizemos Otan”. Então, Ibas ou IBSA, não tem importância.

De qualquer maneira, o que eu sugeriria a você, como estamos num processo de preparação, é iniciar um contato formal no Itamaraty, porque não seria capaz de dizer agora quais são os temas. Sei que há temas em ciência e tecnologia, temas em ciências sociais, é muito amplo. Então, seria difícil responder sua pergunta, mas agradeço o seu interesse e você pode pedir ao Embaixador Roberto Jaguaribe ou ao Conselheiro João Genésio para vocês terem uma conversa sobre isso, porque seria muito bom. E o Fernando Apparicio que está aqui pode ser o transmissor dessa consulta.

Só quero aproveitar para dizer que é algo muito importante, porque essas ideias demoram muito a ser absorvidas pela sociedade. O primeiro esforço de absorção é pelos outros órgãos do governo. Também demora, porque as pessoas estão acostumadas a pensar de determinada maneira. Aproveito também porque isso tem a ver com uma pergunta anterior

e com as relações entre campanha e governo, Estado, partido político. Lembro-me de que, quando estávamos numa das primeiras visitas que o presidente Lula fez ao exterior, incluímos nas notinhas dele a questão da ampliação do Conselho de Segurança. E o presidente Lula já tinha falado na Alemanha e ia voltar a falar na França. E um ministro do governo disse: “Ah, mas isso não fazia parte do programa de campanha”. Disse isso porque estava interessado em falar de outros temas. Para você ver, hoje, no programa do PT, está a ampliação do Conselho de Segurança. Então, há uma relação de interação entre todos esses temas.

A expressão América do Sul, por exemplo, constava dos livros da minha infância, ou talvez do campeonato de futebol. Ou seja, não se usava. Não existia. Era só América Latina. A América Latina está na nossa Constituição, é verdade, e tem que ser respeitada, mas, na realidade, se queremos fazer um processo de integração da América Latina, temos que começar por onde está mais perto. Por essa razão, pusemos tanta ênfase na América do Sul sem renegar a América Latina. Então, o Ibas tem que ser absorvido pela sociedade. Por isso o trabalho que se está fazendo é de extrema importância, o que vocês estão fazendo nessa parte dos contatos acadêmicos, universitários, científicos etc. Para falar a verdade, tenho mais “carinho” pelo Ibas do que pelo Brics, porque o Brics tem uma relação com a realidade, chegou lá e viu: Brasil, Rússia, Índia e China são os mais importantes. O Ibas não. Este nós criamos, e foi na base não só de similaridades vistas de fora, mas de afinidades de valores. Acredito ser uma grande tarefa.

CICLO DE
PALESTRAS
SAE

PALESTRA DO MINISTRO

GUILHERME CASSEL

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PALESTRA PROFERIDA EM 11/2/2010



GUILHERME CASSEL

- 1956 *Nasce, em 6 de outubro, em Santa Maria (RS)*
- 1979 *Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul*
- 1982 *Ingressa, por concurso público, no cargo de Agente Fiscal do Tesouro do estado do Rio Grande do Sul. Cedido à Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 1989*
- 1987 *Pós-Graduação em Administração de Recursos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (PUC-RS)*
- 1989 *Assume os cargos de Secretário Substituto e Diretor Geral da Secretaria de Fazenda de Prefeitura Municipal de Porto Alegre*
- 1991 *Assume como Chefe de Gabinete do Deputado Estadual Flávio Koutzii, na Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul*
- 1999 *Sub-chefe da Casa Civil do Governo do estado do Rio Grande do Sul*
- 2002 *Chefe de Gabinete do vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rossetto*
- 2002 *Assume a Secretaria Geral do Governo do Rio Grande do Sul*
- 2003 *Assume como secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário*
- 2006 *Assume, em abril, o cargo de Ministro do Desenvolvimento Agrário*

PALESTRA DO MINISTRO
GUILHERME CASSEL

Neste início de Século XXI, quando se fala em rural no Brasil, é importante, como ponto de partida, ter presente que a nossa sociedade foi muito impactada, a partir dos anos 1950 e 1960, por processos de industrialização e de urbanização muito fortes, que construíram, em nosso imaginário, a ideia de que o rural é um lugar ruim para se viver. Nesse imaginário, o rural, com exceção do grande agronegócio, é o lugar do atraso, da pobreza, onde se justificam somente políticas sociais. Mais do que isso, veremos que, na legislação brasileira, o rural existe por exclusão. O rural, no Brasil, é tudo aquilo que não é urbano. É assim que a legislação o define. Cada prefeitura encaminha para a Câmara Municipal seu projeto de lei que define qual é o seu perímetro urbano e, por consequência, as demais áreas são rurais. Isso ilustra o senso comum do rural subordinado ao urbano. E isso, ao longo da história recente do País, tem tido implicações bastante graves.

Outro erro histórico que a nossa sociedade carrega é o de enxergar o rural partido em dois. De um lado, a agri-



cultura patronal, ou agricultura de escala, que seria o lugar do progresso, da riqueza, do desenvolvimento tecnológico e da produção. A outra metade seria o lugar do atraso, da pobreza, da miséria e da improdutividade. Isso nos levou a grandes enganos históricos na gestão das políticas públicas.

Em 2003, tínhamos um desafio: mostrar que um grande contingente de agricultores familiares e assentados de reforma agrária poderia transformar-se num setor econômico relevante para a nossa economia. Tínhamos 4,2 milhões de famílias nesta situação. Gente com pouca terra, com até quatro módulos fiscais, que plantava para sua subsistência e dependia de políticas sociais. O desafio era saber se esses agricultores, estimulados por crédito e por uma rede de políticas públicas, responderiam ou não com produção. A nossa aposta era que responderiam de maneira rápida e com eficiência. E, a partir de 2003, passamos a construir uma rede de políticas públicas permanentes para dar suporte à produção desse setor.

Foi difícil iniciar essa rede de políticas públicas porque, até entre nós, no próprio governo, questionava-se a ideia de investir em um setor que até então não continha racionalidade econômica. A percepção de alguns é de que não haveria retorno, talvez não valesse a pena. Alguns defendiam que era melhor oferecer apenas o Bolsa Família. Outros acreditavam que a modernização agrícola estava resolvendo o problema da distribuição de terra. Enfrentamos todas essas teses no dia a dia, a cada Plano Safra, quando disputávamos o orçamento para a agricultura familiar e a reforma agrária. Além disso, navegávamos em uma espécie de escuridão geral, porque, desde 1996, não tínhamos um censo agropecuário no País. Mais do que isso, nunca tivemos, nos censos agropecuários

anteriores, um recorte para a agricultura familiar e a reforma agrária. A agricultura familiar estava condenada a uma certa invisibilidade. Como não havia informação, o ambiente era propício a todo tipo de especulação.

Em 2009, pela primeira vez, o IBGE divulgou o Censo Agropecuário com informações sobre a agricultura familiar. Com isso foi possível medir a produção e sair desse ambiente nebuloso. Os resultados são muito interessantes e encorajadores. O censo mostra, de maneira muito clara, que temos mais de 4,3 milhões de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, que correspondem a 84% do número de estabelecimentos. São 12 milhões de pessoas que ocupam apenas 24% da área agricultável brasileira e respondem por 38% da renda bruta no campo. Ou seja, a agricultura familiar têm mais produtividade que a agricultura de escala. Se compararmos a renda gerada por hectare entre a agricultura familiar e a agricultura patronal, e o IBGE fez isso, veremos que a renda gerada na agricultura patronal é de R\$ 358,00 por ano, contra R\$ 677,00 da agricultura familiar. A agricultura familiar, nesse critério, é 89% mais produtiva que a agricultura patronal, porque ela tem uma exploração mais racional da terra.

O Censo Agropecuário mostrou que, uma vez estimulada por políticas públicas adequadas, a agricultura familiar responde de forma muito ágil, rápida e com muita eficiência. E já constitui, sem nenhuma dúvida, um setor econômico relevante da nossa economia. As cadeias da agricultura familiar, hoje, respondem por quase 11% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Penso que, quando se fala em futuro, quando se discute o Brasil de 2022, por exemplo, há muita dificuldade para situar qual é o rural que o Brasil quer. O rural por exclusão? Se considerarmos apenas esse critério, que é o critério formal, hoje teríamos em torno de 31 milhões de pessoas vivendo no meio rural, o que corresponde a 16% da população. Mas se adotarmos o critério que considera os municípios com menos de 50 mil habitantes, que possuem cultura e economia articuladas com o rural e com os valores da ruralidade, estamos lidando com mais de 60 milhões de pessoas, ou 31% da população.

Então, é preciso fazer um esforço para olhar novamente para o rural, agora com o seu peso real. Saber que esse rural não é partido em dois, entre ricos e pobres, produtivos e improdutivos. É muito importante recolocarmos o rural no projeto de desenvolvimento do País. Teremos que responder mais adiante qual o desenvolvimento que se quer. Queremos um desenvolvimento mais equilibrado entre campo e cidade? Queremos um campo sem gente ou um campo com gente? Se queremos um campo com gente, como avançaremos nessa direção?

Estou convencido de que os governos têm olhado com algum descuido para o rural. É evidente que somos um país urbano e industrializado, mas acredito que temos de ressignificar o rural nos nossos projetos de desenvolvimento de curto, médio e longo prazos. Estamos fazendo esse esforço de trazer o rural para o projeto Brasil 2022.

AS AGENDAS CONTEMPORÂNEAS

Tudo isso ganha maior importância, neste início do século XXI, com as novas agendas que ocupam o debate em todos os países – nos países desenvolvidos, nos países em desenvol-

vimento e em todos os organismos internacionais. São três agendas decisivas para o próximo período. Além da agenda da crise econômica internacional, que ocupa todos os espaços e tem sua autonomia, temos três agendas que entraram no cenário mundial com muita força e que, da boa ou má resolução delas, dependerá a capacidade de os países crescerem ou não, se desenvolverem-se ou não.

A primeira dessas agendas é relativa ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. É uma agenda que veio para ficar. Cada país deverá resolver como tratar o tema do aquecimento global, do desenvolvimento sustentável, da água, etc. Uma segunda agenda que ocupa o centro das preocupações é a segurança alimentar. A FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) possui um dado recente sobre a curva do aumento de demanda na Índia, na China e no Brasil que revela ser necessário, em 2025, produzir 70% mais alimentos do que hoje é ofertado, para se garantir a segurança alimentar de todos os povos. Ou seja, há um desafio pela frente, uma janela de oportunidade bastante interessante, porque o Brasil e a África podem aumentar a sua área de produção. Vamos ter de responder, de alguma forma, como produzir alimentos para garantir segurança alimentar para todo mundo.

A terceira agenda é a da construção de uma matriz energética alternativa à dos combustíveis fósseis, que não reproduza a concentração, a relação de poder e o padrão de exclusão que esta matriz impôs à nossa civilização.

Essas três agendas – a do desenvolvimento sustentável, da segurança alimentar e da construção de outra matriz energética – estão relacionadas com o meio rural. Isso nos permite

pensar que o rural deve, no próximo período, recuperar uma relevância que perdeu desde a metade do século XX, que foi marcado pelo crescimento urbano industrial. São reflexões que precisamos fazer. Há um rural brasileiro que não é dividido como pensávamos, um rural importante que precisa ser incluído no modelo de desenvolvimento do futuro.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Vamos agora a um panorama sobre o que foi feito nesses últimos oito anos para alavancar a agricultura familiar e os assentamentos de reforma agrária. Trabalhamos, desde o início de 2003, em dois níveis: o acesso à terra e o fortalecimento da agricultura familiar. O Brasil ainda é um dos países com maior concentração de terras do mundo. Nossa concentração de terras é maior que a concentração de renda. Esta é uma agenda tardia, que deveríamos ter resolvido no século XIX, e não resolvemos. É uma agenda que também chega de forma distorcida neste Século XXI.

A população, em geral, pensa a reforma agrária a partir do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra). Atualmente, a reforma agrária inclui o tema das populações tradicionais, dos ribeirinhos, dos indígenas, dos seringueiros, de um conjunto de populações e, ainda, o tema dos “sem-título”. Existe uma diversidade no meio rural brasileiro que não pode ser abarcada simplesmente por sem-terra, com-terra, latifundiário e MST. Ela é mais rica e mais desafiadora do que isso. Temos um pouco menos de um milhão de famílias assentadas no Brasil. Desse total, 575 mil famílias foram assentadas no governo Lula. Isso é 63% de tudo aquilo que se fez na reforma agrária até hoje. Desde 2003, destinamos 46,7 milhões de hectares de terra para a reforma agrária, o que corresponde

a 63% de tudo o que foi destinado historicamente para o setor. Isso foi muito importante. Resultou em impacto muito grande na demanda de reforma agrária, mas ainda não foi suficiente para construir outra estrutura agrária no País. Ainda estamos longe de construir uma estrutura mais democrática e mais equilibrada. O que temos que responder sobre reforma agrária? O primeiro aspecto, muito significativo, trata da violência no campo. Se olharmos os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Ouvidoria Agrária, veremos que os conflitos agrários vêm caindo em torno de 30% ao ano, seja em número de mortes, seja em ocupações. Isso porque, de alguma forma, o governo Lula enfrentou os temas mais graves da reforma agrária. Hoje não há no País nenhuma das chamadas áreas emblemáticas de conflitos que não esteja resolvida, mas ainda existem algumas regiões com problemas localizados. Este é o caso, por exemplo, do Pontal do Paranapanemas, que possui um volume de terras devolutas do Estado, com pendências judiciais que se estendem há 20 ou 25 anos. É um espaço de tensão por conta dessa inexistência de solução, porque não estão vinculadas às áreas do Governo Federal.

Penso que a reforma agrária tem um problema central que precisa ser resolvido integralmente. Durante muito tempo, acostumamo-nos com uma ideia vinculada à Igreja Católica, nos anos 1960, de que a reforma agrária era uma decorrência histórica inevitável. E que não haveria desenvolvimento econômico se não houvesse reforma agrária. Portanto, os movimentos sociais vinculados à reforma agrária se julgavam, de alguma forma, portadores de uma verdade universal incontornável. Isso organiza uma postura em relação ao mundo e à sociedade. Porém, a vida mostrou que não é assim. Vimos que é possível crescer e se desenvolver sem reforma agrária. Não

é o modelo de desenvolvimento econômico que defendemos para o crescimento equilibrado, com distribuição de renda e justiça social no campo. Mas é possível, como aconteceu nos anos 1970, por exemplo. Faço essa referência para demonstrar que a reforma agrária não é uma decorrência incontornável. Acreditamos que a reforma agrária somente irá acontecer se for uma escolha da sociedade. E, nos últimos anos, essa luta tem perdido sua legitimidade social.

Precisamos fazer reforma agrária. Temos um país de enorme concentração fundiária, mas não temos uma sociedade organizada pedindo reforma agrária com urgência. Não há o grito “reforma agrária urgente necessária”. Mais que isso: todas as pesquisas de opinião pública mostram que existe uma desconfiança muito grande da sociedade com relação ao tema da reforma agrária. Acredito que seja porque vinculam a reforma agrária a uma agenda de violência e conflito.

Estamos, hoje, nessa encruzilhada sobre reforma agrária. Ela é necessária, e o governo tem feito bastante: 575 mil famílias assentadas em oito anos, 63% de tudo o que se fez na história. Mas não é suficiente, isso é verdade. Ao mesmo tempo que não é suficiente, não há legitimidade social para avançar.

Temos hoje uma grande dificuldade para construir uma cultura produtiva nos assentamentos de reforma agrária. Esses são os nós desse eixo em que trabalhamos, de acesso à terra. Além disso, trabalhamos muito no direito às comunidades tradicionais. Ao vincular toda a luta pela terra no Brasil à história do MST, que é do Sul, esquecemos a Amazônia, os ribeirinhos, os indígenas, os seringueiros. É como se o Brasil fosse o Sul e o problema de terra estivesse concentrado em determinado local.

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Do ponto de vista do fortalecimento da agricultura familiar, trabalhamos com o objetivo de construir uma rede de políticas públicas em benefício de todo o arco produtivo. Começamos pelo crédito. Modificamos e simplificamos o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criamos linhas de crédito especiais para jovens, para mulheres, para povos da floresta, para agroindústria, especializando-se a partir das necessidades de público. Passamos de um volume de crédito de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 16 bilhões. Incluímos, no sistema brasileiro de crédito, um milhão de novas famílias, especialmente no Norte e no Nordeste do País. Isso porque houve uma mudança de cultura muito importante, especialmente nos bancos. Houve muita insistência do próprio presidente Lula de incorporar esse setor que nunca entrava no banco.

O que encontramos, em 2003, foi uma situação delicada. Em geral, banco não gosta de pobre. E quando falo de agricultura familiar, estou falando de pessoas muito pobres, mesmo no Sul do País. O agricultor ia até o banco, de chinelo de dedo, camisa suja, e não era recebido. A partir dessa constatação, o presidente Lula chegou a nos pedir que ligássemos para ele sempre que houvesse problemas nos bancos. Chegamos a fazer isso, e o presidente Lula telefonava para o presidente do Banco do Brasil para reclamar do tratamento aos agricultores. Isso durou seis, oito meses, até construirmos outra cultura.

Hoje, um dos clientes preferenciais do banco é a agricultura familiar. São mais de dois milhões de contratos. Dá lucro, tem sentido econômico. Aliás, um dos grandes prazeres que tive, uma semana atrás, foi ser procurado por alguns emissários

de um grande banco comercial interessados em participar do programa Mais Alimentos. Esse banco nunca quis trabalhar com a agricultura familiar. O Mais Alimentos é um programa que financia tratores e equipamentos e movimenta recursos expressivos para a agricultura familiar. Nossa resposta foi a seguinte: “Podem sim, desde que peguem todo o Pronaf. Tem que pegar o osso e o filé”.

A aposta em 2003 foi correta: aumentamos o volume de recursos e adequamos as linhas para as necessidades dos públicos específicos. Hoje, o Pronaf é seguramente um dos programas de crédito rural mais bem-sucedidos em todo o mundo. Atualmente, o MDA dá assessoria para a Europa, América e Ásia, todas interessadas no Pronaf.

Mas quem trabalha com o rural sabe que dar crédito sem dar acesso ao conhecimento é abrir o caminho para o endividamento e não para o aumento de renda. Essa foi sempre uma armadilha do sistema brasileiro: oferecer crédito somente. Como, em geral, o agricultor não tem acesso ao conhecimento, acaba inadimplindo.

No início dos anos 1990 o Sistema Nacional de Assistência Técnica (Sibrater) foi fechado. O sistema estava todo destruído e eram poucos os estados onde ainda existia Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural): Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais. Mas, em todos eles, as empresas estavam completamente quebradas. Quando assumimos, a Assistência Técnica era um departamento, uma divisão do Ministério da Agricultura, com orçamento de R\$ 3 milhões e apenas três funcionários. O presidente Lula, então, por decreto, passou a Assistência Técnica para o MDA. Hoje,

trabalhamos com orçamento de R\$ 400 milhões só para a agricultura familiar. Se considerarmos também a assistência técnica da reforma agrária, são R\$ 626 milhões, com cerca de 24 mil técnicos em campo.

Não temos uma Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, fechada na década de 1990), nem uma superestatal que dê assistência técnica para todos os agricultores. E há muita gente precisando de assistência técnica. Estou falando de 4,2 milhões de agricultores, com 2,2 milhões acessando o Pronaf, que precisam de assistência técnica. Estamos ajudando a reconstruir as entidades estaduais de assistência técnica. Nestes últimos oito anos, para se reerguer o sistema, financiamos carro, computadores e até a sede. Vários estados criaram institutos, fundações e empresas de assistência técnica. Trabalhamos também com a sociedade civil, com cooperativas e associações. O sistema é misto e, recentemente, criamos a Lei Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural, que modifica o modelo de contratação. Isso nos dará maior agilidade, maior possibilidade de controle e maior foco no público.

No entanto, apenas crédito e assistência técnica também não são suficientes. Trabalhar na agricultura é sempre uma operação de risco: você tem chuva, seca, vendaval, oscilação de preço. E, por incrível que pareça, não havia nenhum sistema de seguro agrícola no País específico para a agricultura familiar. Nenhum seguro agrícola para a agricultura familiar, o que impulsionava sempre ao processo conhecido como pauperização: o agricultor era pobre e, para plantar, tinha que tomar financiamento no banco. Ao ter prejuízo na colheita – por causa de um dos fatores mencionados –, inadimplia e o

banco o executava. A terra, então, era entregue para o banco que, por sua vez a vendia para os grandes. Um processo clássico de concentração fundiária.

Criamos, em 2005, um seguro de clima obrigatório, vinculado ao Pronaf, em que o agricultor paga 2%, e o resto é bancado pelo governo. E como funciona o seguro de clima? Choveu muito, por exemplo, e o agricultor perdeu mais de 30% da sua produção. Depois da vistoria da assistência técnica, o débito do agricultor é zerado no banco e ele ganha até R\$ 2.500,00 (até 60% da renda bruta esperada) para sobreviver com a família até a próxima safra. O seguro foi absolutamente decisivo no Sul do País em 2006/2007, quando ocorreram secas prolongadas. Foi decisivo no Maranhão com as últimas enchentes.

No entanto, quando tudo ia bem, ocorreu uma crise de preços das *commodities*, especialmente na soja e no milho. O preço caiu demais e prejudicou todos os agricultores. O nosso seguro era de clima, e não tinha nada a ver com preço. Criamos, então, outra modalidade de seguro, o PGPAF (Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar). É um sistema simples: o agricultor adere ao seguro. Se vai segurar milho, ele verifica o preço do milho, que está, por exemplo, em R\$ 10,00. Então, quando tiver que pagar e o milho estiver custando R\$ 8,00, ele tem automaticamente um abatimento de 20%. Isso o protege das oscilações de mercado, que são muito grandes no setor. Estamos falando de agricultores que têm 20, 30 hectares e não têm condições de suportar o impacto das oscilações de preços.

Bom, garantimos crédito, assistência técnica e seguro agrícola, mas faltava o preço. Desde o início do governo, o PAA

(Programa de Aquisição de Alimentos) permite aos estados e municípios adquirirem produtos diretamente da agricultura familiar. Desde 2009, temos também o Programa de Alimentação Escolar, que obriga os municípios a utilizarem pelo menos 30% dos recursos da alimentação escolar, que sai do Governo Federal, para a compra de produtos diretamente da agricultura familiar. Isso significa uma reserva de mercado em torno de R\$ 1 bilhão ao ano.

Garantimos essa rede de políticas públicas que, de alguma forma, deu sustentação à agricultura familiar e a fez responder a esses estímulos. Tudo isso foi feito no primeiro mandato do presidente Lula. No segundo mandato, iniciamos uma segunda geração de programas. Uma vez que os agricultores estão instalados e produzindo, temos agora que dar um salto de qualidade. E esse salto de qualidade se deu basicamente em três grandes programas: Territórios da Cidadania, Mais Alimentos e Terra Legal, que são programas de articulação de políticas públicas.

O Territórios da Cidadania é um programa original, com um desenho institucional muito interessante, cuja ideia é realizar uma *blitz* de política pública nos bolsões de pobreza rural. O MDA já desenvolvia, desde 2003, uma política de territórios rurais. Território é um espaço maior que um município e menor que um estado, onde as populações têm identidade econômica, cultural, de projeto.

Os territórios vinham organizando nossas políticas de investimento, especialmente com o Pronaf Infraestrutura. Cerca de 80% dos recursos do Pronaf Infraestrutura foram destinados aos territórios, para criar essa cultura de articulação

local. Isso vinha dando bom resultado. O presidente Lula, na época, estava tentando construir uma espécie de PAC social, e identificamos que existem no Brasil bolsões de pobreza persistentes. São locais ou regiões do País onde, por várias razões, os recursos públicos não chegavam. E é muito interessante porque, se for feita uma análise do orçamento da União, ou dos estados, até existiam recursos, mas quando se observava a execução, por alguma razão desconhecida, não se encontrava ali. O dinheiro que era para aquela região ia para outra, porque a outra região tinha maior importância política, ou, quem sabe, mais energia social. Mas a verdade é que não chegava dinheiro público nas regiões mais pobres, ou chegava muito pouco e de forma muito desequilibrada.

O que fizemos? Reunimos, em 2008, 19 ministérios, identificamos os territórios que tinham menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), mais população tradicional, mais assentados de reforma agrária, mais quilombolas, compondo um conjunto de critérios. E resolvemos fazer um choque de política pública. O que é isso? Chegamos todos ao mesmo tempo. Se é para construir uma agroindústria, constrói-se a agroindústria. Ao mesmo tempo, chega a energia elétrica, constroem-se estradas e organiza-se a produção, de forma que a agroindústria tenha relação com o projeto de desenvolvimento econômico desse território.

Para fazer isso, temos que atuar em conjunto com o governo do estado, prefeituras, movimentos sociais e toda a comunidade. O Territórios da Cidadania é isso. Uma tentativa de levar políticas públicas aos territórios muito pobres do País, com participação popular e com colaboração entre todos os entes federados. Isso deu muito certo no primeiro ano, com

um ritmo de implantação muito sólido, muito persistente. Trabalhamos com R\$ 13 bilhões e executamos 77% do orçamento em 60 territórios. Em 2009, trabalhamos em 120 territórios com um volume de R\$ 25 bilhões e executamos 80% do orçamento. Nenhum programa do Governo Federal tem essa execução. Em 2010 estão disponibilizados mais R\$ 27 bilhões. O Territórios da Cidadania tem um desenho institucional ousado, inovador e com participação popular. Ele tem ainda desafios pela frente, mas é um instrumento muito potente de combate às desigualdades regionais.

Recentemente, li um artigo do prof. Ignacy Sachs, que é um entusiasta do programa. Ele dizia que o Brasil, nesse período da crise, tem dois instrumentos que lhe dão uma vantagem comparativa muito grande em relação a outros países. Um é o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e o outro é o Territórios da Cidadania. São dois programas que têm a capacidade, se articulados, de impulsionar o País.

Outro programa de segunda geração muito importante é o Mais Alimentos, criado no primeiro semestre de 2008, quando ocorreu a crise nos preços dos alimentos no mundo todo. O presidente Lula nos encomendou um programa que pudesse responder rapidamente à crise. Por quê? Porque, naquela época, o problema era a elevação dos preços dos alimentos básicos. E quem produz alimento básico é a agricultura familiar: 70% de tudo o que consumimos no dia a dia. A agricultura familiar, pelo censo, produz 87% da mandioca no País, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, 59% dos suínos... Portanto, tínhamos que garantir a produção para não se aumentar preço ao consumidor, que, por sua vez, impulsiona a inflação.

E quem poderia aumentar a produção, porque ainda tinha espaço e estava longe da fronteira de produtividade, era a agricultura familiar. Então, tínhamos que criar um mecanismo de modernização acelerada da agricultura familiar, para que pudesse responder rapidamente àquela demanda. Criamos uma linha especial do Pronaf de até R\$ 100 mil por família, com 2% de juros ao ano, três anos de carência e dez anos para pagar, para os agricultores familiares modernizarem suas propriedades, comprar máquinas e equipamentos, especialmente tratores. Hoje ampliamos o limite individual de R\$ 100 mil para R\$ 130 mil, e abrimos a possibilidade de crédito coletivo de até R\$ 500 mil reais, possibilitando, assim, a aquisição de equipamentos maiores coletivamente.

Paralelamente a esse sistema de crédito, fizemos um acordo com a indústria, o que garantiu descontos de até 17,5% nos preços dos tratores e das máquinas agrícolas. O programa vendeu cerca de 30 mil tratores nos seus dois anos de existência (de 2008 a 2010). Para se ter uma ideia, no período de 1996 a 2006, a renovação de tratores na agricultura familiar tinha sido de menos de sete mil tratores. O programa Mais Alimento modernizou o campo rapidamente e aumentou a nossa produção de um ano para o outro. Há um dado muito interessante da FAO, que mostra que, naquele período da crise, o preço da cesta básica no mundo aumentou em torno de 63%. No Brasil não chegou a 20% de aumento. E a explicação é que aqui temos uma agricultura familiar estruturada, com capacidade de resposta. E o Mais Alimentos teve, ainda, um resultado muito interessante: garantir emprego na indústria de tratores no período da crise de 2009. Os tratores de até 78 CV – para pequenas propriedades – respondem, hoje, por 55% de toda a produção do setor. Antes, respondiam por

menos de 30%, ou seja, sua produção cresceu e manteve empregos na indústria. No início de 2010, o programa era responsável por 32% dos empregos industriais do segmento de tratores agrícolas e impulsionou investimentos para a nacionalização de componentes para se enquadrarem aos critérios do Mais Alimentos.

O último programa, também muito interessante, acompanhado aqui pela SAE é o Terra Legal. Este enfrenta um problema gravíssimo na Amazônia, que é relativo a quem não tem título da terra. O histórico de ocupação da Amazônia é de programas de colonização criados pelo Estado brasileiro desde há duzentos anos: “Soldados da Borracha”, “Brasil, Ame-o ou Deixe-o”, além dos programas de mineração que levaram gente para a Amazônia e acabaram não dando certo. As pessoas ficaram lá sem nenhum direito. A ideia, então, é garantir títulos para pequenos posseiros, isto é, para aqueles que têm até quatro módulos fiscais, algo em torno de 350 a 400 hectares na Amazônia. Iniciamos um trabalho de cadastramento e agora estamos na fase mais importante, que é o georreferenciamento das áreas.

Do ponto de vista fundiário, a Amazônia é uma grande desordem. Temos uma agenda civilizatória para cumprir na região. Civilizatória mesmo. É preciso ir até lá, medir a terra e saber de quem é. É comum na região a terra pública ser ocupada e a União não saber quem ocupa. Estamos fazendo um trabalho que é muito difícil, mas, uma vez concluído, vai dar estabilidade jurídica, diminuir conflitos num ambiente em que tudo contribui para a violência.

Há um contingente enorme de pessoas morando na Amazônia que não têm direitos. Estamos falando de famílias que, por exemplo, estão lá há dez, quinze, vinte anos. Muitas vezes, os produtores estão produzindo em 300 hectares por duas gerações, mas, de repente, chega um grupo de pistoleiros e os expulsa de lá, queimam suas casas e tomam posse da terra. Nada acontece porque as famílias não têm nenhum documento na mão. Não adianta ir à delegacia, porque não têm nenhum direito. Esse é o ambiente do qual estamos falando. Então, o que estamos tentando fazer lá? Organizar a malha fundiária, garantir título, primeiro, para os pequenos e, depois, vamos estudar como faremos com quem tem mais de 15 módulos fiscais.

De maneira geral, a ideia era esta: mostrar muito rapidamente o que fizemos nesses oito anos e trazer para vocês uma reflexão sobre o rural brasileiro. Penso que temos que nos deter mais sobre o rural, compreendê-lo melhor, para que ele tenha um papel cada vez mais importante no projeto de desenvolvimento do País.

Alberto Lourenço (SAE) – Tenho duas perguntas, mas antes de apresentá-las quero fazer aqui um justo e merecido elogio ao MDA no contexto do Terra Legal. Tenho a honra de ser representante da SAE na Comissão Orientadora do Terra Legal, que é um programa que está sendo executado a partir de praticamente nenhuma base institucional. O que existia na Amazônia era um vácuo das instituições fundiárias, uma tarefa que não era realizada pelo Estado, pelo Governo Federal, desde 1983. Desde então, praticamente nada havia sido feito em termos de regularização, ou seja, não havia memória, não havia procedimentos operacionais. Tudo teve que ser construído do zero e,

no entanto, o programa está avançando com surpreendente velocidade, associando duas características que, para mim, eram imprevisíveis. Primeiro, não esperava que o MDA e a equipe demonstrassem a flexibilidade que vêm demonstrando, até com soluções inovadoras, como é o caso da licitação do georreferenciamento, que é uma lição para o resto do Estado brasileiro. Uma inovação operacional que vai ser de grande utilidade. Está-se fazendo uma licitação que praticamente vai resolver o problema de todo o georreferenciamento de uma vez só, uma licitação guarda-chuva. E segundo, uma tremenda habilidade do (Carlos Mário) Guedes de Guedes (secretário executivo adjunto extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal) e da equipe dele, de lidarem com um contexto cheio de percalços. E ainda mais porque — algumas pessoas sabem, e conheço de perto — o MDA tem uma estrutura completamente incompatível com a tarefa que ele tem de realizar. Não tem estrutura, não tem cargos e possui número pequeno de funcionários.

Vou fazer duas perguntas, ministro. Na verdade, uma pergunta e uma provocação. A pergunta é sobre as perspectivas para uma expansão qualitativa da reforma agrária. Estou evidentemente pensando muito mais no contexto da Amazônia, que conheço de perto, mas acho que é uma questão nacional. Refiro-me a uma modalidade de reforma agrária que vai atender a um público específico, que chamo de anfíbio. Chamo isso de reforma agrária periurbana. Aqui, na SAE, fizemos um ensaio de proposta nesse sentido, é uma reforma agrária que em nada esvazia a tradicional, mas vem-se somar a essa. Trata-se de arrecadar terras públicas ou, mesmo, em alguns casos, desapropriações, na periferia das cidades médias, ou seja, seriam lotes de menor área, porém com acesso direto ao asfalto, à luz elétrica, próximos às cidades. Isso porque grande parte do público da reforma agrá-

ria hoje está de certa forma, urbanizada, a mulher já tem emprego na escola, os filhos já estão estudando, a resistência desse cliente de reforma agrária em ir para um assentamento distante, frequentemente sem energia elétrica, com condições de logística precárias, é muito grande. Então, acredito que essa modalidade poderia ser testada com mais ênfase e que iria acrescentar no horizonte quantitativo e qualitativo da reforma agrária.

Na semana passada, visitei as experiências do governo do Acre, na gestão do Jorge Viana, que fez um projeto de assentamento na periferia de Rio Branco. O que eles demonstraram e averiguaram é que a qualidade de vida, o nível de renda nos lotes de três a quatro hectares perto de Rio Branco era bem maior do que nos lotes de 50 hectares lá no meio da floresta. Então, parece-me que isso pode vir a somar à reforma agrária e mereceria uma atenção e, eventualmente, um programa mais ambicioso. No caso da Amazônia, por exemplo, cansei de ver — o Estado do Tocantins é um exemplo — terras à beira da estrada asfaltada abandonadas, degradadas, porque foram as primeiras a serem ocupadas, logo se encheram de palmeiras e foram abandonadas, enquanto os assentamentos do Incra estão lá longe, com condições logísticas extremamente precárias.

A provocação, ministro, é quanto à questão do Código Florestal. Muitas vezes tem-se associado a resistência ao Código Florestal apenas à grande agricultura, a agricultura empresarial, e ela é um problema sério também para a agricultura familiar. Na minha opinião, o Código Florestal é muito ruim. Um exemplo dos problemas do código: ele estipula as mesmas exigências de reserva legal para uma propriedade de cinco hectares ou dez hectares para uma de dez mil hectares. Ele não faz nenhuma distinção entre elas. O déficit de reserva legal existe em todo o Brasil, mas é muito maior na Amazônia, em razão das exigências mais ele-

vadas. A reconstituição de Reserva Legal pura e simples significa uma contração de renda e emprego. Por isso, ela não está acontecendo, e duvido que venha a acontecer sem grande trauma. Portanto, é preciso que o MDA, como sujeito político, engaje-se na luta para criar mecanismos de flexibilização que permitam, sem maiores traumas econômicos, avançar nisso, uma vez que a grande questão ambiental para a região não é tanto a recuperação do que já foi destruído, exceto em alguns casos, como áreas de preservação permanente, mas é o de evitar a escalada da continuidade de destruição dos ecossistemas originais. E já que estamos transitando para um desmatamento zero na Amazônia, e estamos agora nos dispondo a enfrentar a degradação do cerrado, poderíamos ter em troca algum grau de flexibilidade para isso. Acho que isso é de interesse, até mesmo, do público da agricultura familiar.

Há uma experiência muito interessante no Acre. Cuba fez uma experiência semelhante nos últimos três anos, com bons resultados, que é a de criar hortas coletivas em cada região. Isso tem sempre a vantagem de aproximar o rural do urbano. As pessoas passam a prestar atenção naquilo que elas estão consumindo. As pessoas estão acostumadas a comprar no mercado e não sabem de onde vêm os produtos. À medida que se aproxima, há um ganho bastante grande. Quando se fala sobre reforma agrária, no entanto, acho que temos que ampliar as formas. Existe uma reforma agrária para cada bioma, mas não podemos esquecer que há uma tradição neste País, tradição dos movimentos sociais, dos partidos políticos, da luta pela reforma agrária que chega a ser enunciada como uma reforma agrária antilatifundiária.

Esse não é um debate fácil. Acho que o País hoje não tem essa resposta. No Brasil, não gostamos de discutir reforma agrária. É impressionante. Não se discute, não se entra no tema. Fala-se muito que existem no País dois modelos complementares, o modelo de escala e o modelo da agricultura familiar. É isso mesmo? Eles são complementares em que medida? Até que ponto? A monocultura e a diversidade. O transgênico e o não-transgênico. Até que ponto isso é real? Precisamos de respostas para essas questões. Vamos construir essa resposta ou podemos insistir também no caminho: “Queremos uma reforma agrária antilatifundiária, não queremos mais latifúndios no País”. O que é latifúndio para nós? Vamos ou não estabelecer limites de propriedade no País? Sou a favor de estabelecermos limites na extensão das propriedades. Precisamos saber que limite é esse. Vai ter um limite regional? Quais serão os critérios?

Existe uma agenda de reforma agrária que precisa ser atualizada a partir das experiências históricas, das experiências recentes e olhando para o futuro no que diz respeito a essas agendas contemporâneas. Este é um debate que não aconteceu em nossa história ou que foi levado sempre de forma muito maniqueísta.

Quando se fala de reforma agrária, fala-se a favor do MST ou contra o MST, fala-se de conflito. Para o censo agropecuário, o IBGE mobilizou, durante dois anos, um exército de pessoas, usou métodos científicos. Vocês viram o que aconteceu vinte dias depois do censo? A presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) mostrou uma pesquisa no Jornal Nacional, fruto de uma cooperação com o Ibope, que envolveu nove assentamentos. No Brasil temos mais de três mil e oitocentos assentamentos. Eles pesquisaram seis assentamentos e

fizeram um estardalhaço sobre isso. O debate sobre reforma agrária é totalmente deformado. Existe o problema da correlação de forças: o núcleo agrário, no Congresso, reúne cinco, seis deputados. A bancada ruralista tem 280 deputados. Ela barra votação na Câmara. O tema reforma agrária precisa recuperar um ambiente mais equilibrado, menos deformado, a partir da ideia de que país queremos. Queremos um país com o campo sem gente ou com gente?

Além de todos aqueles enganos históricos, a que me referi no começo da palestra, fomos muito impactados, de maneira geral, no Brasil e no mundo, a partir da década de 1970, pela ideia da revolução verde. A ideia de que é possível garantir a alimentação para todo o mundo só com grandes extensões de terra e com um pacote tecnológico, com insumo químico, com semente transgênica e pronto. Bom, isso não deu certo. Destruíu o meio ambiente e excluiu milhares e milhares de produtores. Isso não funcionou. Está no imaginário de muita gente de que a boa vida agora vai ser na cidade, de que é só levar tratores, veneno e semente geneticamente modificada para o campo que agora vai dar certo. Isso faliu, mas ainda permanece nos discursos.

Agora que estamos discutindo desenvolvimento, precisamos ter mais atenção para o rural e criar um ambiente menos maniqueísta de discussão. Queremos reforma agrária para quê? Qual é o público da reforma agrária? Qual é o papel da reforma agrária na Região Norte, na Região Sul? Ela é voltada para a segurança alimentar, para a diversidade? Qual é o papel que ela tem que cumprir? Qual é o tamanho que a propriedade deve ter? Esse debate é muito difícil porque estamos em um ambiente completamente minado. Mas acho sim, Alberto,

que é necessário fazer esse tipo de experimentação. Não só no Norte, mas em outras regiões do País, para aproximar o consumidor do produtor e ter essas experiências.

Sobre o Código Florestal, creio que as coisas estão bem encaminhadas e que vamos chegar a um bom equilíbrio na nova legislação. Sou a favor de discutir o Código Florestal, apesar das deficiências da nossa legislação, para afirmar os valores do desenvolvimento sustentável. Para começar, é florestal, não é um código de produção. E se tivermos que abrir mão de condições de produção, vamos abrir mão. Não tenho muito claro se precisaremos ter critérios diferentes para grandes e para pequenos. Tenho claro que, se utilizarmos o mesmo critério, vamos dificultar a possibilidade de produção nas pequenas áreas. O tema da margem dos rios, por exemplo: posso sair de um limite de 30 metros para um limite de cinco para a agricultura familiar. O que isso vai significar daqui a 15 anos, quando ocorrer assoreamento ou prejuízo econômico mais adiante? Esse é outro tema tratado com um maniqueísmo impressionante. Acho que o governo chegou a um bom termo, em um acordo que está sendo construído com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que está andando bem. Tenho muito medo de flexibilizar a legislação ambiental, porque isso tem fôlego muito pequeno, no meu ponto de vista. Código Florestal é norma. É para preservar a floresta, o meio ambiente. Mas acho que o que já saiu de entendimento e o que está para sair estão bem equilibrados.

Darana Souza (IPC-IG) – O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o PNPB, tem como um dos pilares a inclusão social de agricultores familiares na cadeia produtiva do biodie-

sel, em que um instrumento importante é o Selo Combustível Social, que está a cargo do MDA. Diante dos resultados ainda modestos sobre a participação desse público no programa, quais são as perspectivas do MDA quanto à possibilidade de aumentar essa participação na cadeia produtiva? Existe alguma discussão quanto a adequações no programa para encorajar isso, ou no sentido de criar programas complementares para que isso seja assegurado?

Gosto muito do programa de biodiesel. Acho que ele é muito original, criou uma cadeia produtiva nova, uma alternativa de combustível muito boa. O projeto original teve muitos resultados positivos e outros negativos. O que imaginamos? Pensávamos que, desenhando um projeto que orientasse o capital a se instalar no Nordeste, no semiárido, com benefício fiscal, fosse suficiente para organizar a produção. Não foi. Aconteceram fatos no meio do caminho que não estavam previstos. Por exemplo: o preço do óleo de mamona subiu 100% no mercado. Então, ninguém mais passou a utilizar o óleo de mamona como biodiesel, mas passou a vendê-lo no mercado externo. Com isso, sobrou a soja.

O que tem de novo no programa? Criamos a Petrobras Biocombustível. A Petrobras tem muita força: quando entra no mercado, desorganiza as estruturas estabelecidas, no bom sentido. Aliás, sou presidente do Conselho de Administração da PBio (Petrobrás Biocombustível). O Miguel Rosseto, que é ex-ministro, é o presidente da empresa. A empresa vai dar muito certo. Acho que ela vai acabar sendo, daqui a alguns anos, a maior empresa de biocombustível do mundo. Como ela é muito grande, está-se instalando no Nordeste e organizando a agricultura familiar nos moldes do projeto original.

Então, esse é o ajuste que o governo fez. Criar uma empresa de biocombustível com o peso da Petrobras, entrar nesse mercado, produzir e garantir a inclusão social e a inclusão regional também. Acho que começou a dar certo. Há problemas importantes do Selo Combustível Social, mas estamos tirando o selo de empresas que não cumprem as exigências. O selo dá muita credibilidade para o programa. Penso que abrimos uma etapa nova, demos uma boa guinada. E vai funcionar a partir da experiência da Petrobras, que é muito grande, que organiza e desorganiza o mercado. As perspectivas são boas e acredito que vai funcionar.

Mariana Brasil, (IPC-IG) — Gostaria de perguntar se existe algum plano de comunicação que busque mudar ou atualizar a visão que o Brasil tem do rural, da agricultura e do desenvolvimento agrícola.

Não, não há. Deveria ter. Talvez desse certo se conseguíssemos criar um ambiente mais equilibrado de discussão sobre o rural, que é todo distorcido, com desinformação. Fazemos um esforço muito grande para isso, com publicações, mas penso que não tem sido suficiente.

Pérsio Davison (IPEA) — Ministro, o senhor iniciou a sua palestra fazendo referência a três novas agendas, novas em certo sentido, mas que vieram com uma força acentuada de permanência: a questão da matriz energética, a da alimentação e a do meio ambiente. Quando se fala da questão da reforma agrária, há muito o olhar do resgate das iniquidades de 500 anos de construção do Brasil. Entretanto, quando se fala da agricultura familiar, fala-se também da questão do acesso à renda, à riqueza e da continuidade desse acesso. Mas, quando o senhor fala da

produção dessas famílias, elas estão localizadas, diria, no segmento de maior risco de produção, diferentemente da agricultura industrial, que tem maior segurança de produção. O senhor viu essas três novas agendas como janelas de oportunidade para o Brasil, pela dimensão e pelo espaço. Como o senhor vê a oportunidade de conectar essas três agendas à agricultura familiar, até mesmo como forma de ter espaço numa nova dinâmica, com novos parâmetros, mas fundamentalmente também como organização dessas famílias — porque hoje elas estão pressionadas, de um lado, por fornecedores de insumos e, de outro, pelo mercado, que também é centralizado?

Acho que as três agendas são a cara da agricultura familiar. Do ponto de vista ambiental, a agricultura familiar tem sabidamente uma relação melhor com o meio ambiente por conta da diversidade, do trato tradicional com o meio ambiente. Ela se relaciona melhor, é menos agressiva. Faz parte do seu modelo, do seu modo de produção o tema da segurança alimentar, é evidente. Por todas as razões, produzimos com diversidade 70% dos nossos alimentos. E do ponto de vista da outra matriz energética, o biodiesel é um esforço nesse sentido. Então, tudo o que temos feito está relacionado com essa preocupação, de conectar a política de agora com a política de futuro. As agendas acabam orientando, de fora para dentro, digamos assim, outra visão do rural, outra organização do rural. Creio que elas vão potencializar muito a agricultura familiar e podem recuperar o equilíbrio no meio rural brasileiro.

Alberto Cavalcanti (SAE) — Trabalhei, na segunda metade dos anos 1980, na Companhia do Vale do São Francisco. Naquela ocasião, tive a oportunidade de atuar seguidamente dentro de perímetros irrigados, em vários dos quais havia o predomínio de

pequenos agricultores em lotes de quatro a dez hectares, trabalhando com irrigação, é claro. Primeiro, gostaria de fazer uma observação, como fez o meu xará Alberto Lourenço: é emocionante para qualquer brasileiro o avanço da qualidade do discurso público sobre reforma agrária, o que se nota na sua fala. Um amadurecimento da compreensão das questões envolvidas nesse tema e a capacidade de olhar para trás, não só para um atrás longínquo, como também para um atrás mais recente, e registrar os avanços e a capacidade até de autocrítica. Isso é motivo de orgulho, e nos orgulhamos neste momento da sua apresentação aqui. As perguntas que gostaria de fazer são dirigidas para as questões dos assentamentos que o senhor mencionou. Primeiro, o senhor falou da dificuldade de introduzir nos assentamentos o que chamaria de uma cultura da produção e da produtividade, atrás da qual estaria, talvez, certa cultura de ambição econômica. O senhor falou que a maior parte dos principais movimentos pela reforma agrária não são portadores desse tipo de cultura, e isso tem sido um desafio para o MDA.

Então, a primeira pergunta seria no sentido de como o senhor vê, em termos de abrangência disciplinar, esse desafio? Porque talvez estejam envolvidas aí não só questões econômicas, mas também certa compreensão antropológica, sociológica e assim por diante. Na minha experiência no Vale do São Francisco, conheci um perímetro muito interessante, em Barreiras, no noroeste da Bahia, onde havia cinco setores. Não era contínua a área do perímetro, e um desses setores era altamente politizado, quer dizer, toda vez que havia algum tipo de mobilização dos emigrantes, era daquele setor que saíam os líderes. Havia outro setor que se notabilizava pela sua competência produtiva. Sempre que se buscava identificar quem eram os mais eficientes, seja para produzir, seja para vender sua produção, eles tendiam a estar num outro setor, como

se fossem quase que universos diferentes. Eram culturas diferentes. Esse era um desafio que, depois que saí da Codevasf, não acompanhei mais, não sei se foi resolvido, se foi superado.

A segunda questão é também uma pergunta que deriva da minha experiência daquela época. Notei, em vários desses perímetros, que alguns agricultores, alguns pequenos irrigantes, tinham uma disposição mais forte, isso independente dessa questão de setorização de Barreiras, às vezes em uma área contínua, um era vizinho do outro, mas era perceptível que alguns tinham mais disposição para a produção, para a comercialização, cresciam economicamente e acabavam comprando lotes de outros e colocavam ali um filho, um irmão, um genro, um cunhado e aí ia surgindo uma espécie de clã dentro do perímetro. E a Codevasf, naquela ocasião, não estava interessada em coibir, ela deixava isso acontecer. Aí lhe pergunto se esse fenômeno também é observável em assentamentos e como o ministério, por intermédio do Incra ou diretamente, age em situações como essas, caso elas existam.

Alberto, a vida é mais dura do que isso. Não se trata de disciplina. As pessoas têm uma expectativa sobre assentamentos de reforma agrária que não têm com outros setores da economia, é impressionante. No imaginário das pessoas é assim: o governo desapropriou uma área, vai instalar ali 1.500 famílias. Então daqui a uma semana vou passar lá e vai ter uma cerquinha branca, as casinhas construídas, as pessoas todas produzindo, as criancinhas indo para a escola, e seria uma maravilha. Não é assim. Quando são assentadas 1.500 famílias, ou mil ou quinhentas, trata-se de um contingente de pessoas que estava no limite da exclusão, pessoas que não tinham a menor condição de cidadania, que estavam fora do mercado, fora da produção, não se conheciam. Não havia nenhuma energia

social entre elas. É preciso montar um espaço de produção a partir de, rigorosamente, nada. E isso demora para dar certo. Vou lá, chamo todo o mundo e digo: você vai ocupar este lote, você vai ocupar este aqui, você vai plantar arroz, você vai plantar milho, e daqui a seis meses passo aqui para colher. Não é assim, não funciona desse jeito. Há um contingente de pessoas que abandona o assentamento, há outro grupo que funciona, e funciona muito bem. É diferente, é plural, é heterogêneo. E, apesar de tudo isso, dá muito resultado.

Recentemente, participei de um debate na Câmara, em que estava o Plínio de Arruda Sampaio (presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária) e o presidente da Associação Rural Brasileira, que fez um raciocínio que achei interessante: “Se compararmos assentamento e iniciativas de microempresa, por exemplo, os assentamentos dão muito mais certo do que as empresas. O que me impressiona não é o insucesso dos assentamentos, são os casos de sucesso”. Porque é difícil mesmo. Um assentamento demora três, quatro, cinco anos para funcionar. Acho que devemos mudar a cultura do Incra sobre o desenvolvimento dos assentamentos. Creio que o Incra carrega consigo uma ideia, por conta da proximidade muito grande com movimentos sociais, de que isso é um processo lento. Não precisa ser um processo tão lento, mas é um processo difícil. Isso não se resolve com disciplina. Não adianta impor um modelo de desenvolvimento para assentamento, juntar quinhentas famílias e dizer: “Vocês vão produzir isso”. Porque as pessoas têm outras culturas, vêm de lugares diferentes, têm que tomar consciência disso de alguma maneira, o que leva tempo. Mas dá bons resultados.

Acho que temos que começar, a partir de agora, a responder a algumas perguntas, antes de desapropriar uma área. Isso é difícil. Mas o Incra tem que dizer o seguinte: “Vamos desapropriar essa área nessa região porque aqui precisamos incrementar a produção disso e aqui precisamos equilibrar a estrutura fundiária”. Porém, no dia a dia, são duzentas famílias que ocuparam a fazenda tal. E se você não desapropriar aquela fazenda, pode dar morte. A vida real é bem mais difícil quando se trabalha com a reforma agrária.

Portanto, é necessário equilibrar os dois: um movimento social que existe, é real, que tem que ser levado em conta, que tem aspirações, que nos joga contradições num planejamento do Estado. Acho que o Estado brasileiro perdeu, com o tempo, a capacidade de planejar a reforma agrária. Qual era o cotidiano do Incra durante décadas e décadas? Ir atrás de movimento social. Não se escolhia uma área para desapropriar, corria-se atrás do movimento, ia lá e desapropriava, ocupava, fazia o assentamento ali e depois aguardava para ver os resultados.

O Estado brasileiro perdeu a capacidade de planejar a estrutura agrária, de planejar a reforma agrária, por conta de 500 anos de exclusão, de uma pressão muito grande. Acho que temos a possibilidade agora de recuperar essa capacidade de planejamento e construir um outro ambiente. Isso dá conta de quão atrasado esse tema se encontra no Estado brasileiro. É impressionante. Fala-se muito mal do Incra, que ele não funciona, mas a vida ali é muito dura. Em 2003/2004 tínhamos 30 focos de conflito ao mesmo tempo no País. Nessa situação, não adianta chamar todo o mundo e dizer: “Queremos planejar, vocês aceitam?”. Então estamos resolvendo, do jeito que é

possível. Às vezes, não dá bom resultado, mas, na maioria dos casos, tem funcionado.

A compra de lotes de família é proibida. Isso existe especialmente no Norte e estamos retomando muitos lotes. Essa é uma briga que temos com os movimentos. Agora passou um pouco. Sempre retomávamos lotes e assentávamos novas famílias. Há muito problema nisso e nem sempre é banditismo. Às vezes, o agricultor tem quatro filhos, produz, deu certo no assentamento, e tem outro lá que não funciona. Então ele vai lá e põe o filho dele na terra. Tem que ter um Estado que seja capaz de assimilar isso também de alguma forma. Mas existe, especialmente no Norte do País, a compra de lote. Há inúmeros casos na justiça que temos resolvido, muitas vezes com o auxílio da Polícia Federal. Nisso, a vida é muito dura, especialmente no Norte e no Nordeste do País. Retomar lote no Pará, no sul do Pará, significa chegar lá com a Polícia Federal, com polícia do estado. A pessoa comprou não cinco, mas dezenas de lotes, que se transformou em um latifúndio dentro do assentamento. Tirá-lo de lá é bem complicado, mas temos feito isso e com bom resultado.

Ana Paula Saad Calil (SAE) – O senhor mencionou a resistência que a sociedade tem ao MST e a esses movimentos, e, nesse mesmo contexto, vem o programa dos direitos humanos com uma questão muito polêmica. Que argumentos justificam essa privação, esse adiamento ao direito à justiça?

O Plano Nacional de Direitos Humanos, no tema das reintegrações de posse, registra aquilo que já vinha acontecendo. Primeiro, existe uma orientação do Conselho Nacional de Justiça que instrui que, dois meses antes de determinar uma

reintegração de posse, é preciso reunir-se com todas as partes. Digamos que é bem civilizado isso! Algum tempo atrás, o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, criou um Fórum Nacional de Acompanhamento de Conflitos Fundiários. Que faz o quê? Faz isso que está ali no plano hoje. O ministro Gilmar Mendes, ainda quando era presidente do STF, foi pessoalmente ao sul do Pará e havia dezesseis áreas de conflitos por lá. Ele resolveu tudo assim, chamando os envolvidos e tentando conversar. O que o plano diz é isso: não dá para fazer reintegração de posse à força, porque morre gente com isso. Mesmo nos casos em que não conseguimos uma boa solução, o conflito é muito menor.

Se há um conflito entre um proprietário e invasores de terra, e foram feitas três reuniões com os ocupantes e com o proprietário, mas não se chegou a nenhum acordo, e a reintegração de posse terá que ser feita com polícia, a possibilidade de violência será muito menor porque já se esgotou o processo de diálogo de alguma forma. Não conheço nenhum caso em que tenhamos feito isso que tenha dado errado, sempre dá certo. É assim que a justiça tem trabalhado. É muito interessante darmos uma olhada, se não me engano, em um livro do pai de José Graziano, do José Gomes, que fala que há um buraco negro na Constituinte. O que é muito interessante, porque com a Constituinte modernizamos todos os temas, houve avanços significativos em tudo. Mas há um tema, o da propriedade da terra, que foi intocado. Não teve debate. Quer dizer, teve muito debate, mas pulavam o tema. Foi aí que se gerou o Centrão, lembra?

Marcus Peixoto (Senado Federal) — O senhor mencionou que um dos quatro pilares do processo produtivo, nos quais se ba-

seja parte das políticas do Ministério, é a assistência técnica, os demais seriam crédito, preço e seguro. No que se refere à assistência técnica, no documento do Plano Safra da Agricultura Familiar de 2009, o Ministério anunciava que seriam atendidos, em 2009, 1,2 milhão de agricultores familiares. Isso representa, mais ou menos, 27% do contingente identificado pelo censo agropecuário de agricultores familiares no País. Então, obviamente, há aí uma defasagem, um desafio de atender outros 3 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar. Naturalmente, acho que seria muito difícil triplicar a disponibilidade orçamentária para atender aos programas do Ministério que visam atingir esses grupos.

Igualmente, não acredito que os estados sejam capazes de triplicar os recursos orçamentários disponíveis para as entidades estaduais de assistência técnica que se organizam na Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer). Então, há um desafio nesse pilar de, no curto prazo, propiciar uma assistência técnica que dê conta de diversas questões, não só de produtividade, mas como preocupações ambientais, de renda e tudo mais. Há um desafio para, no curto prazo, eliminar esse gargalo, talvez esse desafio passe pela adoção de modelos diversificados de serviços de assistência técnica e extensão rural, que envolveriam, talvez, a iniciativa privada. A reflexão que faço é se não seria conveniente uma política de crédito específica para financiamento da assistência técnica que fosse destinada, sobretudo, aos estratos de mais alta renda da agricultura familiar, que talvez tivessem capacidade de pagamento. O agricultor tem que pagar o crédito que ele tomou para comprar sementes, para comprar equipamentos e, no entanto, a Constituição prega, assim como a legislação, que essa assistência técnica seja gratuita. Contudo, parece que o Estado não tem capacidade

para prover essa assistência técnica para todo o contingente em curto prazo. Uma política de crédito, ainda que subsidiado, não seria uma saída para se universalizar o acesso à assistência técnica a todo o contingente da agricultura familiar?

Marcos, para relativizar um pouco essa preocupação, temos 4,3 milhões de famílias na agricultura familiar, sendo 2,2 milhões com contrato no Pronaf. Temos, portanto, dois milhões de famílias que estão fora do Pronaf. São famílias, especialmente no Norte e no Nordeste, mais no Nordeste do País, em condições de pobreza absoluta. Famílias que não têm terra ou que têm um hectare de terra, que são meeiros. Então esse é um problema.

Não creio que o problema de assistência técnica seja uma questão de recursos. É possível trabalhar com esses 2,2 milhões de pessoas, com as empresas, com as cooperativas, com associações, universidades, dá para alcançar todo esse universo. O que temos hoje, de fato, é um problema de insuficiência de oferta de serviços. Como se passou um longo tempo sem políticas de assistência técnica e extensão rural, não há profissionais no mercado. Então, se quero achar uma assistência técnica qualificada para agroecologia no Nordeste ou no centro do País, é muito difícil encontrar.

Ao mesmo tempo que se aumenta o volume de recursos, que se reconstroem as instituições, também se aumenta a oferta de serviços. Mas ainda hoje temos um problema de oferta de serviços. Os nossos problemas, às vezes, de não execução do orçamento da Emater têm muito a ver com isso. Seria excelente se tivéssemos, em todos os estados brasileiros, uma Emater forte e com muita gente para todo o serviço, em que

se pudesse contratar direto, mas não é assim. Estamos em um processo de remontar tudo isso. Acredito, porém, que, com o orçamento público e parcerias com os estados e municípios, é possível prestar assistência técnica de qualidade para todos.

Sandro Silva (IPEA)

A questão da estrutura agrária no Brasil sempre foi um tema polêmico. O Brasil nasceu em uma estrutura de concentração fundiária que permanece até hoje, e qualquer iniciativa do Governo Federal, de alterar qualquer um desses preceitos, gera um debate muito grande politicamente, principalmente das forças ruralistas e da própria mídia. Menciono dois exemplos: um é a questão dos índices de produtividade que, desde 1976, se não me engano, não são revistos. Ano passado chegou-se a esse debate para avançar novamente, ocorrendo todo esse alarde, todo esse movimento contrário, apesar de todo o ganho de produtividade que a agricultura brasileira teve de 1976 para cá.

Outro ponto é a questão do Código Florestal. Como o Governo Federal, no caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pode atuar nessa situação da correlação de forças, tanto no aspecto dos índices de produtividade como dos pontos relativos à questão agrária incluídos na Constituição? A outra pergunta é a seguinte: concordo quando o senhor mencionou a necessidade da reforma agrária, ainda como uma necessidade social, mas ela deve ser pensada de forma inovadora. Na própria estrutura do Ministério, há diversas secretarias, como a Secretaria de Desenvolvimento Territorial que o senhor citou, em que talvez possa ser pensada a reforma agrária inserida em um plano maior de desenvolvimento, não o desenvolvimento do assentamento, mas a partir de uma abordagem territorial de desenvolvimento, como já se tem avançado em alguns países da Europa, até com um

marco jurídico específico na questão de desenvolvimento rural. No México, também já se vem avançando nesse ponto. Então, como está o debate para um marco jurídico que garanta o desenvolvimento rural mais inovador nesse caso?

Bom, correlação de forças na sociedade se obtém ganhando legitimidade social. É fazendo que esse debate aterrisse na sociedade e que as pessoas, nos grandes centros urbanos, passem a se preocupar com produção de alimentos, passem a levar em conta a estrutura fundiária que elas têm ou deixam de ter e formar uma opinião sobre isso. Acho que perdemos legitimidade social nos últimos anos porque possibilitamos que a sociedade passasse a confundir a agenda de reforma agrária com a agenda de violência. Portanto, temos que recompor isso de alguma forma e superar essa ideia de uma agenda de violência para uma agenda de produção. Temos que enunciar isso. A sociedade tem que entender que reforma agrária é igual a produção, não é igual a conflito, não é igual a violência.

José Araújo (Câmara dos Deputados) — Fui consultor legislativo de políticas agrícolas da Câmara dos Deputados, aposentei-me esta semana. Estou aqui a convite da SAE e quero, em primeiro lugar, cumprimentar o senhor pela condução da política, em especial na área da agricultura familiar, que eu estudo. Acho que o Pronaf é realmente, disparado, a política pública de maior sucesso nos últimos anos na área agrícola. Tem tido uma repercussão muito grande na estruturação das políticas públicas voltadas à agricultura.

O senhor deixou de lado dois aspectos importantes que gostaria que ressaltasse. Um deles é uma questão da produção. Refiro-me, para usar um chavão, aos nichos de mercado, a questão dos

orgânicos, a inclusão de aspectos da agroecologia e produção de orgânicos como um aspecto de grande potencial na estruturação de produção específica da agricultura familiar, com certificação de produtos. O Ministério, na Secretaria de Agricultura Familiar, tem programas nessa área. E o outro, que é muito importante e tem merecido atenção no Ministério, é a agroindustrialização, a industrialização dos produtos com certa flexibilização da legislação de inspeção para permitir maior intensificação da transformação de produtos no nível dos agricultores familiares, com a agricultura de mercado, com a agregação de valor. Esse é um programa de grande importância atual e creio que de futuro.

Concordo. Estamos fazendo um esforço muito grande nos temas dos orgânicos e da agroindustrialização. Os orgânicos são um mercado que tem crescido 30% ao ano no mundo. O Brasil já tem um mercado de R\$ 500 milhões/ano, que está crescendo bastante. São muitas dificuldades de certificação, de organização desse nicho. Os setores mais desenvolvidos da agricultura familiar trabalham com isso com mais naturalidade, enquanto os setores menos desenvolvidos têm dificuldade. Temos bons programas, mas creio que ainda temos muito para avançar neste sentido. O Suasa, que é o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, tem que funcionar. Confio que, agora, depois de dois anos de crise, devemos ter uma decisão garantindo toda a comercialização, o que significará um impulso muito grande para os produtos da agricultura familiar.

Eduardo Zen (IPEA) – Ministro, nos últimos dez anos, tanto no governo anterior como no governo Lula, foi muito comum, na área de reforma agrária, falar que nunca antes na história desse País se assentaram tantas famílias. Houve um aumento consi-

derável de um governo para o outro, mas esse “nunca antes” é uma constante. No entanto, ao analisarmos os dados do Censo Agropecuário e compararmos 1996 e, agora, 2006, o nível de concentração fundiária do País praticamente se manteve inalterado e, em alguns casos, até piorou. Não houve um impacto considerável na estrutura agrária, na concentração fundiária do País, e isso constitui um grande gargalo. É um dos piores índices que temos. Como pensar agora também a agenda do País em 2020, para o próximo Censo Agropecuário, uma estratégia de reforma agrária que realmente cause impacto na estrutura fundiária? Não pensar só a reforma agrária como um processo de inclusão, mas como uma questão estrutural no País, de mudança da estrutura fundiária.

Eduardo, tem que se esclarecer um problema sobre o censo. Você fala que o censo indica a mesma concentração. O censo não mediu concentração, mediu desigualdade. Quando se fala no Índice de Gini, a primeira informação que saiu dizia que o Índice de Gini tinha crescido. Depois, o IBGE recalculou e, de fato, ele diminuiu um pouco. Muito pouco, na terceira casa decimal. Mas o Índice de Gini mede desigualdade entre tamanho e produção e não concentração. Vou dar um exemplo, para compreender bem isso. Se tomamos como exemplo São Gabriel, no Rio Grande do Sul, observamos uma região que tem cinco latifúndios grandes, de dez mil hectares, vinte mil hectares. Bom, aí o Índice de Gini é muito pequeno, porque a desigualdade entre eles é muito pequena. Um tem dez mil, outro tem nove mil, outro nove mil e quinhentos. Quando você faz um assentamento de reforma agrária ali e os lotes são de trinta hectares, você amplifica enormemente o Gini porque tem agricultor com vinte hectares e outro com dez mil.

Então, o Gini não é uma bom indicador para medirmos concentração fundiária. Há vários elementos no senso que nos mostram que tem mais gente trabalhando no campo. Em que medida isso significa mais ou menos concentração fundiária? Vamos ter que olhar com mais cuidado, mas acho que é importante levarmos isso em consideração - o que mede desigualdade e o que mede concentração - para não misturarmos tudo e tirarmos conclusões erradas.

Ricardo França (SAE) – Ministro, tenho também uma pergunta com relação ao Censo Agropecuário. Surpreendeu-me, depois da divulgação dos dados, uma série de críticas ao censo, tentando desqualificá-lo. Realmente há algumas incoerências. Uma difícil de entender é quando se coloca o número total, por exemplo, de assentados não titulados. É um número pequeno em relação ao que sabemos que foi feito nos últimos anos. Mas não parece que as incoerências que existem, uma ou outra, estejam no mesmo grau em que estão ocorrendo as críticas. Parece que essas críticas são pesadas. A minha intuição é de que, na verdade, é uma disputa política. Gostaria de saber sua opinião sobre o debate em torno do Censo Agropecuário, em especial os números da agricultura familiar e o grau de confiança que temos neles, porque, com certeza, esse debate virá e, imaginando um ano eleitoral, vai haver disputa de modelos, e os dados apresentados precisam de solidez para aguentar esse debate.

Bom Ricardo, acho que respondi as críticas ao censo, faz parte desse ambiente todo.



PALESTRA DO MINISTRO

ORLANDO SILVA

ESPORTES

PALESTRA PROFERIDA EM 11/03/2010



ORLANDO SILVA JR.

1993 Graduação em Direito pela Universidade Católica de Salvador (Ucsal).

1995-1997 Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

1998-2001 Presidente da União da Juventude Socialista (UJS).

1999-2001 Representante da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD).

13/01/2003 a 29/04/2003 Secretário Nacional de Esporte.

30/04/2003 a 17/11/2003 Secretário Nacional de Esporte Educacional.

18/11/2003 a 31/03/2006 Secretário Executivo do Ministério do Esporte.

2006 Ministro do Esporte.

PALESTRA DO MINISTRO ORLANDO SILVA

O esporte é considerado pela nossa Constituição, no artigo 217, como um direito social. Essa é a noção básica que orienta a atividade realizada no Ministério do Esporte. Mas, para chegarmos a essa consideração, do esporte como política de Estado, houve uma caminhada ao longo do tempo no Brasil e fora do Brasil.

A atividade física e as práticas corporais são práticas culturais, presentes nas diversas civilizações. No Brasil, por exemplo, na nossa certidão de nascimento, que é a carta de Pedro Vaz de Caminha, há um registro explícito dos jogos, das brincadeiras e das atividades desenvolvidas pelos povos nativos. Aqueles que tiveram o privilégio de visitar o Museu de Antropologia do México viram peças de jogos, de competições e de atividades físicas que existiam nas principais civilizações que formaram a nação mexicana. A literatura possui uma vasta iconografia de registros de atividades físicas e de práticas corporais que tinham valores rituais e de celebração, valores de integração daquelas comunidades. É, portanto, um fator de identidade cultural de povos, de nações e de civilizações muito importantes.



A atividade física ganha método e organização no âmbito das Forças Armadas. O conceito moderno de guerra, em que o confronto passa a ter novo papel, exigiu que as Forças Armadas, dos países europeus, sobretudo, incorporassem a ginástica e o método na preparação física, e portanto, o peso e a importância que as Forças Armadas têm para o esporte de alto nível. Ainda hoje, as Forças Armadas no mundo inteiro são responsáveis por boa parte da preparação do desenvolvimento de atletas de alta performance. Nos últimos dois ou três séculos, a atividade física passou a ser uma ocupação do tempo livre, sobretudo para a aristocracia, por exemplo, a caça à raposa, na Inglaterra, prática que ainda existe, apesar das polêmicas ambientais a respeito. Essa ocupação do tempo livre, à época da aristocracia, é de certo modo a base da noção de esporte como direito, de ocupação do tempo livre de uma forma saudável.

A atividade física pós-Revolução Industrial também ganha uma dimensão de estimular a aptidão para o trabalho no sentido de preparar fisicamente os trabalhadores com vistas a maior produtividade. No Brasil, por exemplo, o decreto de Getúlio Vargas de 1941, que é a primeira normativa relevante sobre a atividade física e esporte, é marcado por essa perspectiva de desenvolver a aptidão física dos trabalhadores, ampliar a produtividade e trabalhar o disciplinamento. Portanto, o que atualmente é tratado como direito são práticas corporais que historicamente ganharam formas diferentes e funcionalidades diferentes, mas tiveram papéis importantes na amálgama e na construção de identidades e de sociabilidades ao longo do tempo. No pós-guerra, há sessenta anos, surgiu com muita força a noção do esporte como direito. A noção de um momento de não trabalho, de desfrutar de atividades e aproveitá-las para o prazer e a integra-

ção social. Isso ganha uma força enorme e está relacionado com a polarização observada no século XX.

Paul Lafargue, genro do Karl Marx, escreveu um clássico chamado *O Direito à Preguiça*, que trata das possibilidades do momento do não trabalho. Então, a partir do século XX, com a sensibilização do Leste Europeu, com o estado de bem-estar social na Europa, esse tema entra com mais força na agenda internacional. Nos anos 1960 e 1970, movimentos como o Esporte para Todos irradiam no mundo essa perspectiva de permitir o acesso à atividade física, ao esporte, ao lazer e à recreação como direito das sociedades. Em 1978, a Conferência Internacional da Educação Física e do Esporte, realizada pela Unesco, foi o marco principal dessa ideia de esporte como direito. Na ocasião, foi consignada a perspectiva de esporte como direito social. Dez anos depois, o nosso artigo 217 da Constituição brasileira estabelece que é um compromisso básico do Estado brasileiro oferecer o serviço e a possibilidade da atividade física, do esporte, do lazer e da recreação como direito. Esse direito social é dever do Estado, que deve oferecê-lo como política pública.

Esse é um pilar essencial da estratégia da atividade desenvolvida no âmbito do Ministério dos Esportes. Mas acreditamos que há outra dimensão importante: o esporte pode contribuir para o desenvolvimento nacional, inclusive para a dimensão econômica. Porque, considerando o esporte como parte da indústria do entretenimento, uma indústria importante no mundo, há grandes atividades e grandes eventos esportivos que ativam várias cadeias produtivas e têm impacto relevante. Há duas dimensões que orientam o nosso trabalho. A primeira, do esporte como direito social – orientada tanto para a inclu-

são social como para o alto rendimento e a alta performance —; e outra dimensão, sobretudo econômica, que tem a atividade esportiva como vetor de indução do desenvolvimento no País.

Cinco eixos agrupam e orientam os programas, as ações e as atividades realizadas pelo Ministério, e estes se articulam com gestores públicos e privados, cidades e estados, e os sistemas esportivos de administração privada no País.

O primeiro deles atravessa toda a nossa atividade e é um eixo estratégico para a realização dos nossos objetivos: dotar o País da infraestrutura esportiva necessária para o desenvolvimento da atividade recreativa, para o desenvolvimento do Brasil como potência esportiva e para a realização dos grandes eventos esportivos. O tema infraestrutura é básico. Desde a posse do presidente Lula em 2003, e durante a gestão do ministro Agnelo Queiroz, até o encerramento do exercício orçamentário de 2009, o governo federal contratou cerca de 10 mil obras para a construção de infraestrutura esportiva, que variou de uma quadra poliesportiva em um colégio até um centro esportivo de alto nível no Rio de Janeiro para o sucesso dos Jogos Pan-Americanos. Existe ainda no Brasil um déficit de infraestrutura. A taxa de escolas públicas atendidas com equipamento poliesportivo ainda é baixa no Brasil. Quando o presidente Lula anunciou o PAC 2, um dos temas foi o investimento em infraestrutura nas escolas. Trata-se da contratação de obras para dez mil escolas de 2011 a 2014 — um investimento de aproximadamente R\$ 4 bilhões que segue uma estratégia de aproximação do esporte com a escola. Essa infraestrutura permitirá operar a rede nacional de treinamento.

O Rio de Janeiro, após a realização dos Jogos Olímpicos, terá um grande parque olímpico, que será a cabeça de um sistema de treinamento nacional. Esse parque irá receber as seleções nacionais e formar a elite do esporte brasileiro, incluindo centros locais e municipais de iniciação esportiva para crianças a partir de 12 anos, que se articularão com clubes socioesportivos. São 13 mil clubes espalhados pelo País inteiro: unidades militares, associações como a do Banco do Brasil, que tem uma rede muito capilarizada em todo o País, além de outros. Portanto, um tema-chave é ampliar e qualificar a infraestrutura esportiva em nosso País, para o esporte recreativo, para o esporte de alto nível e para realizar grandes competições esportivas.

O segundo eixo que agrupa iniciativas esportivas diz respeito a uma perspectiva de inclusão social, uma prioridade do governo do presidente Lula. Decidiu-se trabalhar em escala de projetos socioesportivos e desenvolver as suas potencialidades para a sociabilidade, para a integração social e para a qualificação da educação. A escola no Brasil hoje é um pouco triste, sem apelos para motivar, mobilizar e envolver as crianças.

Um grande brasileiro, Anísio Teixeira, já tinha vislumbrado isso antes. Quando ele criou o conceito de escola-parque, quando Darcy Ribeiro criou os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), que são a réplica da escola-parque contemporânea, qual era a dimensão? Levar alegria às escolas. Quando Mário de Andrade falava das escolas que tinham espaço para arte, qual era a dimensão? Criar um espaço de formação completa do ser humano. Evidentemente, em uma dimensão de práticas corporais, que é a atividade física, é

possível potencializar o esporte como um fator de desenvolvimento também educacional.

O esporte é uma escola para a vida porque ensina a ganhar e a perder. Certa vez, em visita a um programa social, perguntei a uma criança: o que você aprendeu aqui nessas aulas de judô? E ela respondeu: “Ministro, aprendi a cair”. Ou seja, aprender a ganhar e a perder, porque assim é a vida. Ensina a seguir a regra do jogo. A mesma regra vale para todo mundo. Ensina que ninguém ganha nada sozinho. É preciso cooperar. Uma máxima do futebol muito conhecida diz que quem passa recebe, quem se desloca tem a preferência. É o jogo, é a atividade conjunta. Tudo isso ajuda na construção da cidadania na primeira fase da infância e na fase da juventude.

Portanto, o esporte tem essa potencialidade. E o presidente Lula deu dimensão a essa atividade. No início do governo Lula, o programa Esporte Solidário alcançava 50 mil jovens. Atualmente, o programa Segundo Tempo alcança um milhão de crianças e jovens em todo o Brasil. As Forças Armadas, por meio do Forças no Esporte, são um dos parceiros nessa iniciativa. E seguiremos nessa trajetória. No ano de 2010 o orçamento será duplicado, possibilitando aumentar o alcance dessas iniciativas. Portanto, esse segundo eixo contempla a inclusão social e o direito ao esporte, focalizando em áreas mais carentes, buscando animar a educação, motivar as escolas e envolver a nossa juventude. Há outros programas como Esporte e Lazer da Cidade e Pintando a Cidadania, que também valorizam o direito social.

Quando se fala de esportes, são lembradas as competições, os jogos e os torneios de alto nível. O desafio do Brasil é elevar o

patamar do esporte de alto rendimento. A lei geral dos esportes, chamada Lei Pelé, a Lei 9.615, dispõe sobre três dimensões da atividade esportiva: o esporte como lazer, o esporte educacional e o esporte de alto rendimento. O esporte educacional é o objetivo do Programa Segundo Tempo, de formação pela cidadania, e evita a hipercompetitividade e a hiperseletividade. O lazer é a recreação e a prática assistemática de atividades físicas, em que não há compromisso com a alta performance. E o alto rendimento é aquele regido por regras internacionais, com sistema estruturado, com competições e calendários bem definidos.

O primeiro tema trata de ampliar e qualificar a infraestrutura; o segundo é referente à possibilidade de inclusão social, e o terceiro eixo visa melhorar a performance do esporte brasileiro. O Brasil pode, em um prazo muito curto, ocupar o seu espaço na cena esportiva internacional, ou seja, estar entre os dez principais países do mundo. Esse é o desafio deste Ministério, colocado à comunidade esportiva brasileira, e há um debate em torno disso. No Brasil nem sempre há a ideia de planejamento, de médio e longo prazo. Nem sempre há a ideia de sistema de metas. Esse é um tema que por vezes produz resistências. Em 2016 o Brasil deve buscar situar-se entre os dez principais países do mundo, a partir do Rio de Janeiro. O ano de 2016 será um ponto de controle e de partida para outra fase, estabilizando a nossa condição entre os dez principais do mundo. Falo comparativamente à Grã-Bretanha, à Coreia e ao Japão. Esse é o patamar.

Se fosse pelo número de medalhas, o Brasil precisaria conquistar treze medalhas de ouro. Porque, para conquistar treze medalhas de ouro, provavelmente teríamos que conquistar

pelo menos 30 medalhas de prata, e um número mais expressivo de medalhas de bronze. O Brasil precisa firmar essa estratégia de qualificação do esporte de alto rendimento, que passa pela melhoria da infraestrutura e pela aplicação concentrada de ciência e tecnologia do esporte, na formação do atleta e na preparação do polimento final. Um só movimento que o atleta faz pode ser decisivo para a fração de segundo que irá decidir a conquista ou não de uma medalha. O Brasil tem uma rede de laboratórios em várias universidades. São laboratórios com capacidade elevada e sofisticada de produção científica que darão contribuição importante a essa nova estratégia. Para tanto, exige-se uma mudança de paradigma de gestão, porque a gestão brasileira do esporte é privada, apesar de o financiamento ser público.

Existe uma orientação do presidente Lula no sentido de que o Estado passe a ter um protagonismo maior na gestão do esporte de alto rendimento, procurando caminhos que dêem mais suporte na preparação dos atletas e maior qualificação de treinadores e de árbitros, que também têm um papel decisivo para elevar o desempenho dos nossos atletas. Já há uma multiplicidade de ações de governo. O presidente Lula criou o programa Bolsa Atleta, por meio de projeto de lei e foi aprovado pelo Congresso. O programa garante uma bolsa ao atleta de alto nível sem patrocínio. É uma forma de estimular a concentração desses jovens na competição e no treinamento.

Outras iniciativas legais, como a Lei de Incentivo ao Esporte, também têm revertido em ampliação das possibilidades de financiamento para a manutenção de projetos, programas, atletas, clubes e atividades concentradas no treinamento e na competição. Portanto, trata-se de um mix de mudanças na

gestão, com mais profissionalismo, até com a profissionalização propriamente dita de dirigentes, que são profissionais sem serem profissionais, pois no Brasil a remuneração é proibida. Como é possível a dedicação exclusiva de centenas de homens e mulheres a uma determinada atividade sem remuneração alguma? Então, parte da estratégia de profissionalização é, também, a remuneração. É estabelecer um sistema de planejamento para os ciclos olímpicos para os próximos quatro, oito e doze anos, com um controle bem definido e o sistema de metas estruturado, de modo que o Brasil possa aumentar sua cultura esportiva e difundir mais modalidades. Porque na medida em que disputarmos mais modalidades, evoluiremos e conquistaremos mais medalhas.

Atualmente o Brasil tem uma performance importante no voleibol, no futebol, no judô e na natação. Há alguma coisa no atletismo, em que há uma pulverização muito grande das medalhas. Evoluímos na ginástica, o handebol está crescendo e o tênis tem alguma presença. Mas ainda há muitas outras modalidades em que a nossa participação é tímida e há uma disputa enorme por medalhas. Se observarmos o levantamento de peso, em que os turcos, os romenos e os colombianos conseguem uma bela performance, há mais medalhas em disputa do que o voleibol, por exemplo. Então, deve-se levar em conta também na nossa estratégia a difusão de modalidades em todas essas provas esportivas, bem como a elevação do nível dos esportes de alto rendimento, e a inserção do Brasil nas dez principais potências esportivas do mundo. E não se trata apenas de medalhas olímpicas, mas também de mundiais, de calendários estruturados no País e da extensão da prática esportiva, sobretudo nas escolas. Uma base mais larga

de praticantes de modalidades esportivas e a elevação do nível de treinadores, árbitros e gestores.

O quarto eixo está relacionado com a identidade cultural do Brasil. Trata-se de país que tem uma economia complexa, com um processo de formação sócio-histórica maravilhoso, a partir de matrizes culturais diferentes, o que também é um fator de reconhecimento internacional. O Brasil é um país com agenda ambiental importante. Tem vários aspectos em que o Brasil é relevante no mundo. Mas é o futebol que nos faz muito conhecidos no mundo. Apesar de ser uma modalidade esportiva, existe no governo uma agenda específica para o futebol, o que inclui a modernização. O presidente Lula sancionou, no seu primeiro mandato, duas leis sobre o tema.

A primeira, a Lei de Moralização do Futebol, procurou criar critérios para ampliar a transparência na gestão dos clubes no Brasil, que vem sendo progressivamente implantada e tem nos oferecido elementos importantes. Nunca se havia publicado balancetes. Qualquer empresa publica um balanço no fim do ano. E no futebol brasileiro não havia a publicação de balanços. Não se conheciam os montantes e fontes de receita e despesa. Mais ainda, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, estruturamos um mecanismo para padronizar os balancetes, com a criação de normas para o contador. Os clubes não aplicavam a regra como deveriam e então se criou uma regra para o contador que, para assinar e manter-se habilitado, é obrigado a seguir o padrão estabelecido. Com isso, conseguimos identificar quais eram as origens de problemas da gestão financeira de muitos clubes de futebol.

A segunda lei sancionada pelo presidente Lula foi o Estatuto do Torcedor, que também vem sendo crescentemente aplicado. O Estatuto reconhece o torcedor como um cliente com direitos. Direito ao conforto, à segurança e à informação. O Campeonato Brasileiro, tal qual é realizado hoje, começou em 1971. Mas de 1971 até 2003, quando essa lei foi sancionada, o Campeonato Brasileiro nunca seguiu as mesmas regras. A cada ano era aplicada uma regra diferente. Quem acompanha e gosta de futebol sabe que muitas vezes as regras não eram cumpridas. Aconteciam as chamadas viradas de mesa. Uma histórica foi aquela em que o Fluminense saiu da terceira divisão diretamente para a primeira, sem escalas. O falecido Eduardo Viana, um intelectual, um homem interessante, de ideias, tinha a convicção de que era necessário padronizar e uniformizar as regras. Desde 2003 se conseguiu estabelecer regras, com um impacto importante. Por exemplo, a televisão japonesa está interessada em contratar o Campeonato Brasileiro. Se não houver datas de início e fim, número de clubes e regras estabelecidas, não poderá fazê-lo. Da mesma forma, a estruturação da economia do futebol desestimulará a venda de jogadores brasileiros para clubes estrangeiros. No mundo todo, a televisão é uma fonte relevante de receita, e no Brasil observa-se uma melhora. A televisão e as novas mídias, que são um fato novo no Brasil e no mundo, podem incrementar as receitas dos clubes. Os craques brasileiros ficarão no País quando os clubes tiverem competitividade para mantê-los. Atualmente os jogadores não vão apenas para o Manchester ou para os clubes espanhóis e italianos. Vão também para a Ucrânia, para a Grécia e para a Turquia, países que não têm a economia tão sofisticada e complexa quanto a brasileira. Então, é preciso fortalecer a economia do futebol para fortalecer os clubes, o que está relacionado com a diversificação das

fontes de financiamento. No Brasil a maior parte das receitas dos clubes é proveniente da transferência de atletas.

No exterior os clubes também ganham com a transferência de atletas, mas nunca é a principal fonte de renda. Mas faz-se necessário ampliar o licenciamento de produtos, a bilheteria e a televisão. Existem apenas quatro fontes. A renda de bilheteria representa algo muito importante: a segurança e o conforto dos torcedores. O torcedor não irá ao estádio se houver possibilidade de conflitos, ou se não há serviços adequados. O Estatuto do Torcedor tem por objetivo resolver essas questões. Em conjunto com o Ministério da Justiça, buscam-se espaços mais pacificados, confortáveis e seguros para nossos torcedores. O futebol é tão importante no Brasil que tem uma agenda específica e própria. É a modalidade mais difundida, uma prática cultural permanente, e uma fonte de geração de ocupação importante. Um domingo de futebol envolve milhares e milhares de trabalhadores, sobretudo informais, que geram renda desse movimento que o futebol produz no País.

E, por fim, o quinto, e último eixo, diz respeito aos grandes eventos esportivos, que falam por si na medida em que são eventos que têm muita visibilidade. No ano de Copa do Mundo observa-se um aquecimento importante nas vendas de eletroeletrônicos. Fala-se em 4,5 milhões de aparelhos de LCD já existentes no Brasil e que, em 2010, haverá um incremento de mais 4,5 milhões atribuído à realização desse evento. Duzentos países participam dos Jogos Olímpicos, incluindo milhares de atletas, técnicos, dirigentes, levando a uma visibilidade enorme. Na última Copa do Mundo realizada na Alemanha, segundo a Fifa (Fédération Internationale de Football Association) houve uma audiência acumulada de

30 bilhões de expectadores. O Brasil será sede da Copa, das Olimpíadas e, antes disso, dos Jogos Mundiais Militares, que acontecerão no Rio de Janeiro, em 2011. É um evento que terá a participação de 120 países de bom nível técnico. Foi importante sediar os Jogos Militares para conquistar a realização dos Jogos Olímpicos, porque foi demonstrada a disposição de realizar investimentos para os Jogos Militares e preparar a cidade do Rio de Janeiro. Nessa mesma linha, a realização dos Jogos Pan-Americanos comprovou a capacidade do País de sediar um evento com segurança, com instalações e com serviços no padrão olímpico. De 2007 a 2016 viveremos no Brasil, sobretudo no Rio, um ciclo de dez anos em que o País estará no centro dos grandes eventos esportivos internacionais. No Pan foram 42 países das Américas. Nos Jogos Olímpicos chegaremos a duzentos países que participarão do evento.

Esse ciclo tem três dimensões. A primeira é a promoção do Brasil, e não apenas promoção óbvia de um país pelos seus destinos turísticos, seus sítios históricos, belezas naturais e tradições culturais. A média internacional de Copas do Mundo, por exemplo, é de 500 mil a 600 mil turistas nos dois meses do evento. Na Alemanha, chegou-se a dois milhões pela sua localização na Europa. Mas estima-se que ao menos que 600 mil visitantes internacionais virão ao Brasil. A Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) prevê pelo menos 3,5 milhões de brasileiros circularão no País durante a realização da Copa do Mundo. Então, haverá um evidente incremento na economia. A promoção que queremos fazer é do país moderno, democrático, com a economia complexa, com agenda internacional forte. Queremos fazer dessa exposição um momento para mostrar a face do Brasil atual. Um país que é miscigenado e que tem orgulho disso, e que na tolerância, no convívio

vio entre essas matrizes diferentes, produz energia para o seu desenvolvimento. Então devemos promover, com esses eventos, esse exemplo de país de sucesso e de ator central na cena mundial. O slogan da Alemanha, por exemplo, era: “Fazer Amigos”. Era o objetivo da Alemanha. Refere-se à visão que o mundo tem sobre a Alemanha, ao papel da Alemanha na história recente do mundo, à divisão interna da Alemanha. Pela primeira vez, os dois lados da Alemanha torceram com a mesma bandeira, em casa, pela a mesma seleção. As conquistas esportivas elevam a autoestima do povo brasileiro. Então, promover esse Brasil novo é importante.

A segunda dimensão é modernizar a infraestrutura do País. No Rio e nas cidades da Copa o foco é a mobilidade urbana, a infraestrutura de transporte coletivo e o transporte de massa. Faz-se necessário assegurar que as providências sejam tomadas em tempo hábil, e que as soluções adotadas no que diz respeito à integração dos modais de transporte sejam soluções ambientalmente e economicamente sustentáveis. Fala-se muito de metrô, mas a alimentação do sistema metroviário não é simples. O sistema aeroportuário brasileiro também requer melhorias. São 16 aeroportos que exigem maior atenção na fase de preparação da Copa, mas os outros 51 aeroportos brasileiros administrados pela Infraero também têm um papel importante no apoio ao mundial da Fifa. Os portos também são importantes para o turismo, na recepção dos turistas. Os eventos servem para melhorar a infraestrutura, e no Brasil o foco será o transporte, que ficará como legado após os eventos.

A terceira dimensão, também importante para os eventos, é a melhoria na qualificação dos serviços. O Ipea publicou um

estudo que mostra que algumas áreas da economia poderão ter dificuldades para encontrar mão-de-obra qualificada. Esses eventos são oportunidades para concentrar os investimentos na qualificação e preparação de trabalhadores. Existe um potencial enorme para o crescimento do turismo, mas que depende de avanços no setor de hospitalidade. O número de visitantes internacionais ao Brasil dobrou desde 2003. Ainda há uma região pouco explorada que, curiosamente, está próxima ao Brasil. Países como a Colômbia e Venezuela têm o fluxo de turismo pouco expressivo. Por outro lado, o turismo do Chile evoluiu significativamente. Melhorar os serviços de hospitalidade significa incrementar a indústria do turismo e gerar empregos em setor relevante para o desenvolvimento econômico. O Norte e Nordeste têm um enorme potencial de desenvolvimento do turismo e esses eventos podem ser de grande utilidade. Serviços nas áreas de transporte, segurança e saúde também são importantes para o desenvolvimento do País. Por último, vale lembrar que as instalações esportivas organizadas para esses eventos servirão para elevar o patamar de formação dos nossos atletas. Teremos, com os Jogos Olímpicos e com a Copa, instalações esportivas melhores, o que estimulará o desenvolvimento do esporte no Brasil.

O presidente Lula foi muito sensível quando propôs criar um órgão singular para atividade esportiva do Brasil. Ele tinha muito clara a possibilidade social dessa atividade e no Brasil cresce muito a percepção da possibilidade de ativar cadeias produtivas e contribuir para o desenvolvimento da economia nacional. Por meio de um modelo econométrico, utilizado em outras Copas do Mundo, aplicando-o aqui no Brasil, e estudando vários setores, uma consultoria projetou a criação de 330 mil empregos no processo de preparação da Copa do

Mundo de 2014 no Brasil. E estima-se que 400 mil empregos adicionais temporários serão criados em 2014, em função exclusiva da realização do evento. É uma fonte importante e uma contribuição relevante ao desenvolvimento do nosso País. E também para deixar o nosso povo mais feliz, porque cada conquista brasileira no esporte, cada vez que a bandeira nacional é içada, que o hino nacional é cantado, todo mundo se orgulha um pouco mais de ser brasileiro. Muito obrigado.

Ana Paula Saad Calil (SAE) – As emissoras de televisão transmitem eventos esportivos na medida em que os mesmos “encaixam” na sua programação. A Rede Record, por exemplo, transmitia competições das Olimpíadas de Inverno no dia seguinte a sua realização, o que era muito frustrante. O Ministério pode intervir na questão de alguma forma?

Hoje está sendo votado, na cidade de São Paulo, um projeto de lei que gerou muita polêmica, que dispõe sobre a proibição do encerramento de eventos esportivos após as 23h. O argumento é que isso dificulta o acesso aos estádios de futebol. Mas, se trata, na verdade, de acordos comerciais que são firmados entre as empresas de comunicação e as várias modalidades esportivas, as suas entidades e os promotores dos eventos. São eventos privados contratados por empresas privadas. No caso da emissora que transmitiu em rede aberta os Jogos de Inverno, paradoxalmente foi um passo positivo, apesar de os VTs serem veiculados com atraso. Por quê? Porque sempre aconteceram Jogos de Inverno e empresas brasileiras já possuíam esse direito de transmissão, mas compravam o pacote, que incluía os direitos dos Jogos de Inverno e os do Verão, e apenas transmitiam os de Verão. Porque é complexo, tem um aspecto comercial, as empresas de televisão têm grades muito enrije-

cidas e muitas vezes os horários não são os mais confortáveis para os telespectadores, mas atendem melhor ao interesse da estratégia comercial. Como diz respeito a uma regra privada, teríamos limites para intervir Quando o governo trata de temas éticos mais evidentes com relação à comunicação, já há muita polêmica e insinuação de dirigismo e intervencionismo. Caso o governo tratasse desse assunto, seria acusado de intervir inadequadamente em atividades econômicas.

Francisco José Silveira de Vasconcellos (SAE) – No que diz respeito à educação básica, além da infraestrutura nas escolas, existe alguma parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Educação em relação à alocação de professores de Educação Física para atuar nos programas das escolas, uma vez que se trata dos futuros atletas?

Todo país relevante no plano esportivo tem como base do seu sistema esportivo a escola e a universidade – países como Estados Unidos e Cuba, para citar dois países próximos que são muito diferentes nas suas economias, dimensões territoriais e populacionais, e no seu sistema político e ideológico. Mas são duas potências esportivas e pode-se atribuir, nos dois casos, ao peso da escola. O Brasil-modelo que estruturamos ao longo do tempo se fundou muito, mais uma vez, em uma participação das Forças Armadas e, sobretudo, no sistema de clubes que existe apenas no Brasil. Esse modelo se estruturou, e ele é em alguma medida elitista, porque o acesso aos clubes sociais é restrito. Com as outras possibilidades de lazer atualmente existentes, os clubes têm procurado redefinir o seu papel e passam a ser mais úteis socialmente do que foram no passado. Busca-se essa participação maior das escolas, mas é um processo complexo porque envolve as redes municipais e

estaduais. No sistema institucional do Brasil há autonomia nas redes municipais e estaduais. Há uma parceria com o Ministério da Educação por meio de um instrumento chamado Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que mede a qualidade do ensino. Procuram-se inicialmente as 1.500 escolas de mais baixo índice de desenvolvimento educacional e nessas 1.500 escolas há uma atividade complementar, com atividades esportivas. E a nossa meta é chegar a 11 mil escolas, cruzando o Ideb, tentando fazer do esporte uma forma de animar mais a atividade nessas escolas, e alargar a base dos praticantes de esporte na escola. Há o programa Segundo Tempo, que pretende atender um milhão de crianças. Segundo Tempo porque o primeiro tempo é o tempo da escola, da educação regular. Quem estuda pela manhã faz esporte à tarde, e quem estuda à tarde faz esporte pela manhã, três vezes por semana, e pelo menos uma modalidade coletiva e duas individuais. Inclui reforço escolar, alimentação e qualificação de profissionais em educação física. É um programa que tem caráter educacional e aproxima o esporte da escola.

Antônio Jorge Ramalho (SAE) — O senhor poderia explorar um pouco as dificuldades enfrentadas pelo Ministério na articulação das políticas da Federação, estados e municípios, e quais são as soluções que foram dadas para enfrentar essas dificuldades?

Nabil Moura Kadri (SAE) — Gostaria de complementar a pergunta do professor Ramalho com relação aos Entes da Federação. Como é a relação do Ministério do Esporte com as secretarias estaduais e municipais de esporte? Essas secretarias têm hoje infraestrutura, pessoal e instrumental necessário para exercer as suas atividades? Existe algum programa de modernização e fortalecimento dessas secretarias estaduais e municipais?

Respondo ao professor Ramalho e ao Nabil. A incorporação da atividade física e do esporte na agenda institucional, como direito, é um tema absolutamente novo. Há muito se fala de educação, de saúde, de habitação, de direitos laborais, das condições de trabalho, temas que são relevantes. Essa ideia do não-trabalho, do lazer, do esporte é recente. Na agenda pública, é mais recente ainda. Por isso a estrutura institucional é nova e reduzida. Nos estados e nas cidades, muitos gestores e estruturas de gestão foram instituídos após a criação do Ministério do Esporte. Vivemos atualmente o momento de montagem dessa estrutura de gestão nos estados e nas cidades. É um momento, portanto, de iniciação e de mobilização, a partir do processo de participação, a exemplo das conferências. Foi realizada a preparação da III Conferência Nacional do Esporte, como forma de mobilizar e debater publicamente e politicamente nas cidades, com vistas à estruturação dessa rede. Então a relação, no que existe, é excelente, muito boa e funcional. No entanto nas cidades e nos estados o problema de aporte de recursos é mais grave do que na esfera federal. No primeiro ano, em 2003, o orçamento autorizado para o Esporte foi de R\$ 371 milhões. Em 2009, quando foi encerrado o orçamento, o valor aproximou-se a R\$ 1 bilhão e 700 milhões. É uma evolução relevante, mas ainda é insuficiente para os desafios nessa área. Nos estados e nas cidades, essa evolução é mais contida. Vale lembrar que há também um esforço de qualificação dos gestores das atividades. Todos os programas do Ministério incluem esse item importante. A gestão, o acompanhamento e a avaliação também são fundamentais para garantir a eficiência dessas ações.

Ariel Cecílio Garces Pares (SAE) – A atividade esportiva, como o senhor disse, é uma atividade social e também econômica. No campo do Esporte, como o Ministério trata o assunto das desigualdades regionais?

O Brasil tem assimetrias em todos os planos e no esporte essas assimetrias também constituem dinâmicas concentradoras. Existem atletas com capacidade em todos os lugares do Brasil, mas como São Paulo tem mais capacidade instalada e melhores profissionais, concentra os melhores atletas. Os que representam os clubes e as equipes de São Paulo não são paulistas, na maioria dos casos. Isso repercute porque a referência motiva a atividade, então São Paulo tem um nível médio, superior e técnico nas várias modalidades, incorporando os melhores talentos do Brasil. Não se aplica apenas a São Paulo, mas também a Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, que são os estados que têm níveis técnicos superiores em um número relevante de modalidades. Que medida pode ser adotada? A Rede Nacional de Treinamento está em execução. O presidente Lula determinou a instalação de centros regionais. Em Manaus, por exemplo, há um Centro Regional de Treinamento para a fase intermediária de preparação de atletas em seis modalidades olímpicas importantes. Em Recife, Pernambuco, foi concluída uma fase de reforma de equipamento do Centro Esportivo Santos Dumont de forma a permitir o pleno funcionamento de um Centro Regional de Treinamento. É uma tentativa de manter na região Nordeste alguns desses equipamentos. Campinas é um centro importante. Maringá, no Paraná, tem um centro que atende a crianças da região Sul e de Goiânia, no complexo do Rio Vermelho. Está em fase de conclusão um prédio com laboratórios e um parque aquático, que

será um centro para a região Centro-Oeste. A nossa estratégia prevê o estabelecimento, além de centros regionais, de centros por estado e centros nacionais por modalidade, como já existe em Saquarema para o vôlei, em Curitiba para a ginástica e em Santa Catarina para o handebol. E também é interessante ter no Nordeste, em Sergipe, um centro nacional de treinamento para ginástica. Ou seja, para combater as desigualdades é necessário melhorar a estrutura e capacitar profissionais para manter os atletas de melhor performance nos seus estados.

Moacir Wilson de Sá Ferreira (SAE) – A divulgação dos Jogos Militares não está no mesmo nível da divulgação da Copa do Mundo ou das Olimpíadas. Há muita desinformação quanto à realização desses Jogos. Há um movimento no âmbito do governo, do Ministério do Esporte, para ampliação dos convênios e das parcerias com as Forças Armadas?

Há um grau menor de exposição dos Jogos Mundiais Militares. Os interesses comerciais têm um impacto nas restrições. Adotamos algumas medidas e o general Gianni Gola, que é o presidente do CISM, Conselho Internacional do Esporte Militar, esteve no Brasil algumas vezes, a convite, para gerar repercussão. A CDMB, a Comissão Desportiva Militar do Brasil, negocia com emissoras a transmissão dos jogos e, ao comprometer-se, espera-se uma visibilidade maior. As emissoras não têm dimensão do nível técnico da competição e do alcance de atletas e de países, mas brevemente teremos uma cobertura maior.

Helder Ferreira (Ipea) – Anteriormente, a realização dos convênios, no Programa Segundo Tempo, permitia acessar pessoas em todo o Brasil que tinham interesse em desenvolver atividades esportivas e esporte educacional, mas, em alguns casos, gerava

descontinuidade, porque até a assinatura do próximo convênio, as crianças ficavam sem atividade. O Ministério encontrou meios de enfrentar esse problema da descontinuidade? É prioritária a integração cada vez maior com o Ministério da Educação e com as escolas para a realização do programa Segundo Tempo de forma a assegurar a infraestrutura necessária. Uma evolução natural do programa Segundo Tempo é a expansão de escolas integrais?

Tínhamos alguns problemas gravíssimos na implantação do Segundo Tempo. Primeiro, o problema da capacitação. As Universidades Federal do Rio Grande do Sul, Estadual de Londrina e Estadual de Maringá coordenam uma rede de universidades colaboradoras, com profissionais em todos os estados da Federação, que fazem um trabalho de qualificação presencial e acompanhamento dos profissionais que orientam as atividades do Segundo Tempo. A descontinuidade em função de inadimplências com convênios não é um problema apenas do Ministério dos Esportes. Qual é a alternativa? Em comum acordo com o Ministério da Educação foi elaborada proposta, a ser encaminhada por Medida Provisória ou Projeto de Lei, que prevê o pagamento de bolsa pelo MEC a profissionais e professores que orientam a atividade esportiva nas escolas do programa Segundo Tempo. A bolsa será paga diretamente na escola, evitando, dessa forma, a criação de vínculo empregatício ou distorções salariais com relação aos servidores. Caberá ao Ministério dos Esportes a contratação direta de material esportivo e sua doação às escolas. O MEC tem instrumentos próprios para o repasse de recursos para a alimentação nas escolas. Deixaríamos de repassar recursos pelos convênios como é feito atualmente. Assim, aumentamos a eficiência e reduzimos as interrupções no programa.

O Darcy Ribeiro tinha a sua perspectiva da formação completa do ser humano, em que há a dimensão da atividade propedêutica, do acesso às informações gerais, aos conhecimentos de Filosofia, de Sociologia, do idioma, da Matemática, das Ciências, mas também das Artes e do Esporte. Hoje, a inclusão digital é um instrumento importante porque as novas mídias oferecem recursos fundamentais para o aprendizado e para a formação cultural. A jornada ampliada é uma espécie de rede de proteção que oferecemos para as crianças e para os jovens do Brasil.

Juçara Santiago Pedreira (SAE) – Trabalho na SAE, mas faço uma pergunta não como funcionária da Secretaria, e sim como mãe de atleta. Minha filha é atleta de alto rendimento e, na verdade, os pais são reféns das federações porque, se o atleta não for federado, ele não consegue participar das competições nacionais ou regionais. Então, nossa dificuldade é financiar, uma vez que na verdade fazemos o “patrocínio”. A escola trabalha com esporte educacional e o alto rendimento tem patrocínio das estatais, mas entre esses dois, somos reféns das federações se não conseguirmos patrocínio.

O testemunho da Juçara ainda é o de muitos pais e mães, que mencionam as dificuldades em torno da manutenção, sobretudo de atletas que têm melhor capacidade e performance. Ao fazer referência ao Segundo Tempo, pensa-se no jogo, na brincadeira, na recreação e na educação, mas há algumas pessoas que têm, por aptidão, por biotipo, por disciplina e por dedicação, a possibilidade de alcançar uma performance diferenciada e tornar-se um atleta de alto rendimento. Voltamos ao problema anterior do relacionamento interfederativo. Cabe ao governo federal uma contribuição no plano nacional e internacional, sobretudo. É como no sistema edu-

cional –o ensino fundamental é uma tarefa do município; o ensino médio é uma tarefa dos estados; o ensino superior e a pesquisa são tarefas da União. No caso do Esporte, no que se refere às seleções nacionais, aos eventos nacionais e internacionais, temos uma contribuição, até financeira, maior. Qual é o desafio? É que os outros entes também assumam parte da responsabilidade. Assim como no caso da Bolsa Atleta, que tem faixas distintas para atletas estudantes, secundaristas, ou universitários, atletas que tenham uma performance nacional, internacional, olímpica e paraolímpica. Quem ganha a Bolsa Atleta? O primeiro colocado, o segundo colocado e o terceiro colocado da modalidade, no resultado consolidado do ano anterior atestado pela Confederação. O atleta estudante de ensino médio pode receber R\$ 300,00 e o último grau, R\$ 2.500,00. A inscrição é pública, há um edital todo ano, os atletas devem cumprir com aquelas formalidades de demonstrar resultados. O estado deveria ter uma Bolsa Atleta, para ajudar os melhores atletas daquele estado, atletas de nível estadual. A cidade deveria ter uma Bolsa Atleta municipal, para ajudar o atleta que tem a melhor performance naquela cidade. Como nos planos nacional e internacional, é obrigação do governo federal ajudar os atletas.

Houve uma cerimônia de entrega dos cartões das Bolsas para os atletas com a presença do presidente Lula. Realizou-se em São Paulo, porque é onde se encontra o maior número de atletas beneficiados – são 900 atletas de alto nível. O interessante é que o governador Serra estava presente, se surpreendeu com a iniciativa e encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto similar. O desafio – como no exemplo de São Paulo – é que os governos municipais e estaduais também dêem suporte.

Encontramos caminhos para financiar as entidades de administração, as confederações e os comitês. A lei de loterias repassa um montante importante, algo como 100 milhões de reais para essas entidades. As empresas estatais, a partir de um diálogo produtivo, também patrocinam. É também um montante importante de dinheiro. Mas esses recursos ficam concentrados no plano nacional, nas confederações, nas seleções e equipes nacionais. As federações não têm condições de financiar as atividades estaduais. As ligas municipais também não têm meios de manter essas atividades. Como no apoio aos atletas, os estados e municípios precisam ter um protagonismo maior. As três esferas de governo devem partilhar as responsabilidades, porque atualmente o governo federal está repassando recursos às secretarias estaduais e municipais, bem como às federações. Muitas federações se transformam em escritórios de cobrança de taxas para participação em eventos; às vezes as pessoas não têm condições de pagar essas taxas e é uma porta que se fecha para o desenvolvimento desses esportes. A existência da federação é uma exigência do esporte, e segue critérios internacionais.

Renato Flit (SAE) – Tenho uma pergunta em relação ao Pan, que saiu um pouco mais caro que o previsto. Já há estratégias para evitar que isso aconteça na Copa e na Olimpíada? E, além disso, nas Olimpíadas, comenta-se que os centros serão instalados em Jacarepaguá, na região da Barra e do Recreio. É uma política de o Ministério deixar como legado a infraestrutura para a cidade do Rio? Isso não fica um pouco contraditório, já que o centro da cidade está todo em uma região e estamos levando toda a infraestrutura para outra? Como frequentador de estádios, gostaria de saber se a aplicação do Estatuto do Torcedor é descentralizada. Por último, gostaria de saber se o trem-bala ficará pronto para a Copa.

O Sérgio Magalhães, um arquiteto urbanista importante, é presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, da seção do Rio de Janeiro e foi secretário do prefeito César Maia durante muitos anos. É um intelectual importante. Ele tem insistido comigo que, no mundo inteiro, os Jogos Olímpicos ocuparam o centro. As Vilas Olímpicas, por exemplo, ficavam a cinco quilômetros do centro, no máximo quinze. Esse é um problema. A Vila Olímpica proposta para o Rio está a 28 quilômetros em linha reta, o que não existe. Naquela topografia, é possível que a distância chegue a 40 quilômetros. Estamos discutindo com a cidade do Rio, e devemos discutir com o Comitê Olímpico Internacional, a revisão do projeto aprovado. Mas será uma revisão limitada, porque foi aprovado um projeto elaborado com base naquele realizado para o Pan, porque já existem as instalações naquele local. É necessário valorizar mais o centro do Rio, a zona portuária e a Zona Norte. Por quê? Porque é uma oportunidade de revitalizar uma área que já possui infraestrutura. É certo que é uma infraestrutura relativamente degradada, mas é mais simples valorizar, qualificar aquela rede ferroviária da Zona Norte em que já existem trilhos do que construir algo completamente diferente. A Vila Militar de Deodoro é uma base importante. É uma região próxima de uma área na região metropolitana, fundamental para o Rio de Janeiro. Já existem instalações esportivas, todas federais. O Engenhão, que é um estádio olímpico, também está próximo dessa chamada região norte da cidade. O Maracanã também tem um complexo importante. Devemos encontrar uma solução para o porto que envolva as vilas, porque não se restringe à Vila de Atletas, há também as vilas de árbitros e de mídia. Há vila de mídia para jornalista não credenciado, porque há milhares de jornalistas que vêm sem credenciamento. Não é possível credenciar todos porque não há espaço suficiente nas instalações esportivas. Então, em se tratando do centro, é

um tema muito sensível e polêmico, porque as escolhas foram feitas no passado e até a Barra tem limites para expansão.

O Estatuto do Torcedor vem crescentemente sendo implantado. As leis estarão sempre sujeitas a interpretações, contestações e até mesmo disputas. Há uns dois ou três anos, houve um debate nacional sobre as taxas bancárias e se feriam ou não o Código de Defesa do Consumidor. Esse é um exemplo de uma lei que tem sido crescentemente aplicada, mas ainda há temas que não são observados plenamente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, de 1990, também tem temas que ainda não são aplicados. Porque, para a aplicação de uma lei, é claro que existe a coerção do Estado, que detém o monopólio legítimo da força para impor a regra, mas existe também uma dimensão de convencimento social. É cumprido parcialmente e está evoluindo. O exemplo dado anteriormente sobre regras dos campeonatos está no Estatuto do Torcedor. A publicação da tabela do campeonato com determinada antecedência, também. Este ano, em janeiro, nove estádios foram interditados em São Paulo e não receberam os jogos do Campeonato Paulista por conta de laudos técnicos encaminhados ao Ministério Público, o que também é uma regra do Estatuto do Torcedor. Portanto, há questões do Estatuto que são cumpridas, sobretudo no que diz respeito a serviços. O anúncio de público e renda, por exemplo, é algo muito simples e passou a ser cumprido após a vigência do Estatuto. É obrigatório o uso do microfone ao anunciar aos jornalistas os dados relativos ao público e à renda. No passado, o estádio estava cheio e no borderô constavam apenas mil pessoas.

O trem bala, o Tave, o chamado Trem de Alta Velocidade Rio-São Paulo, que na verdade é Campinas-Rio, é um projeto

complexo. Está em fase de preparação para licitação e deve ser objeto de parceria público-privada. A expectativa é de que o ramal Campinas-São Paulo esteja pronto em 2014. O outro ramal tem um cronograma próprio. O ramal Campinas-São Paulo tem valor funcional muito importante para a logística da Copa. Viracopos, o aeroporto de Campinas, tem papel fundamental na logística da exportação. Mas do ponto de vista de transporte internacional de passageiros, Viracopos pode ser a conexão do Brasil. Congonhas, em São Paulo, já ultrapassou o seu limite. O outro aeroporto de São Paulo, Cumbica, demanda o terceiro terminal, mas tem problemas ambientais que têm travado a evolução desse projeto. Ainda assim, o terceiro terminal de passageiros de Cumbica não comportará o aumento de fluxo de passageiros em decorrência do crescimento econômico do Brasil. Segundo estudos de demanda da Infraero, com o terceiro terminal, Guarulhos operará com 85% da sua capacidade na Copa de 2014. Precisaremos, portanto, de Viracopos como base. Ampliando o terminal de passageiros e o pátio das aeronaves, pode-se ter ali uma base importantíssima de conexão internacional, para a Copa e para o País, e para isso o trem de alta velocidade é fundamental. Seria uma facilidade maravilhosa para São Paulo, que será um centro nervoso da preparação da Copa. Mesmo porque é algo comum, no exterior, aterrissar em uma cidade como Campinas e pegar um trem rápido para chegar a outra cidade. O aeroporto de Heathrow não é no centro de Londres, nem o Charles de Gaulle, em Paris.

Outra questão levantada diz respeito aos Jogos Pan-americanos. De fato, nos Jogos Pan-americanos tivemos revisões sucessivas dos orçamentos e, ao final, os jogos foram realizados a um custo três vezes superior ao custo original. A imprensa

diz que foi dez vezes o custo, porque considera o patrocínio de empresas estatais, tais como a Petrobras e a Caixa Econômica, como gasto público. O financiamento de R\$ 150 milhões da Caixa Econômica Federal para construir a Vila foi contabilizado pela imprensa como gasto público, mas na verdade foi empréstimo. Mas de todo modo, houve na conta um crescimento de três vezes. É inaceitável. Por que houve essa expansão? Porque o planejamento foi inconsistente. A segurança do Pan-americano projetava gastar R\$ 13 milhões. Tratava-se de segurança patrimonial nas instalações esportivas e operacionais. Não é possível fazer um evento dessa magnitude sem ter um grande plano de segurança na cidade do Rio. Porque, por exemplo, havia um jovem de Trinidad e Tobago que participou da competição e que foi eliminado na primeira prova, mas ele ficou mais uma semana no Rio de Janeiro. Ele ia à Lapa conhecer o samba brasileiro, ia à praia de Copacabana. Ele não ficava confinado na Vila do Pan-americano. Foi um sistema enorme de monitoramento, uma mobilização social que ajudou no trabalho de segurança. O investimento nas forças de segurança, no equipamento, enfim, o conjunto custou um valor muitas vezes maior do que previsto. Isso revela a insuficiência no planejamento.

Os grandes eventos exigem que tenhamos um pacto claro, nítido, entre os níveis de governo. Para a Copa, já foi assinado em 13 de janeiro, uma matriz de responsabilidades que estabelece as obrigações e cronograma físico-financeiro das esferas de governo envolvidas, e está disponível para consulta no site do Ministério do Esporte. Foi um aprendizado do Pan, que à época não estava claro, e não havia documento assinado. Finalmente, depois de muito custo, em 2007, conseguimos um documento assinado. A Prefeitura não conseguia resol-

ver os problemas, e o governo federal assumiu várias de suas obrigações, sem planejamento, sem projeto básico, sem detalhamento, sem o conhecimento de custos. Portanto, faz-se necessário ter uma matriz de responsabilidade. Segundo, o bom planejamento é fundamental. A Inglaterra, que irá sediar os Jogos Olímpicos de 2012, levou um ano e meio, quase dois anos, planejando as intervenções que serão realizadas naquela cidade, naquela região.

Com relação à questão do Centro, trata-se de uma escolha estratégica que terá impacto durante trinta anos na vida da segunda principal região metropolitana do Brasil. Qualquer grande investimento em uma área da cidade que tem um eixo que se liga à Baixada Fluminense ou em outra área que tem uma limitação natural que impede a sua expansão, necessariamente terá impacto no médio prazo. Então, é importante dividir tarefas e planejar adequadamente, especificando os projetos, detalhando-os, porque assim os custos serão definidos com mais precisão.

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460, Brasília - DF, em dezembro de 2010
Tiragem: 1.000 exemplares



SEE
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS